PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Beatriz Cal Tavares

**CONTRATOS COLIGADOS NA DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEL: RELAÇÃO
ENTRE DISTRIBUIDORA E REVENDEDOR DE BANDEIRA**

Mestrado em Direito

**São Paulo
2023**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Beatriz Cal Tavares

**CONTRATOS COLIGADOS NA DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEL: RELAÇÃO
ENTRE DISTRIBUIDORA E REVENDEDOR DE BANDEIRA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito Civil sob a orientação do Prof. Dr. Giovanni Ettore Nanni.

**São Paulo
2023**

TAVARES, Beatriz Cal.

Contratos coligados na distribuição de combustível: Relação entre distribuidora e revendedor de bandeira. -- São Paulo: [s.n.], 2023.

173p ; 21,5 x 30 cm.

Orientador: Giovanni Ettore Nanni.

Dissertação (Mestrado em Direito) -- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito, 2023.

1. Contratos coligados. 2. Relação contratual entre a distribuidora e revendedor de combustível 3. Efeitos. I. Nanni, Giovanni Ettore. II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito.

III. Título.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Beatriz Cal Tavares

**CONTRATOS COLIGADOS NA DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEL: RELAÇÃO
ENTRE DISTRIBUIDORA E REVENDEDOR DE BANDEIRA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito Civil sob a orientação do Prof. Dr. Giovanni Ettore Nanni.

Aprovada em: _____ / _____ / _____.

Banca Examinadora

Professor Doutor Giovanni Ettore Nanni (Orientador)

Julgamento: _____ . Assinatura: _____

Professor (a) Doutor(a)

Julgamento: _____ . Assinatura: _____

Professor (a) Doutor(a)

Julgamento: _____ . Assinatura: _____

Aos meus pais Paulo e Claudia,
pelo amor incondicional e todo
ensinamento de vida.

Às minhas irmãs Bianca e Bruna,
pela eterna cumplicidade, carinho
e amor.

À minha madrinha Vânia, pela rica
convivência e carinho recíproco.

AGRADECIMENTOS

A Deus por me presentear com o prazer de viver e guiar meus passos.

Ao meu orientador, professor Doutor Giovanni Ettore Nanni, por sua pronta disponibilidade, apoio e seus preciosos ensinamentos ao longo da elaboração deste trabalho.

Aos professores Maria Helena Marques Braceiro Daneluzzi e Rubens Hideo Arai, pelas valiosas contribuições apresentadas na banca de qualificação, que foram fundamentais à conclusão do presente trabalho.

Aos professores do mestrado, pelos ricos ensinamentos e comprometimento.

Aos colegas de mestrado, pelas significativas trocas de conhecimento e experiências compartilhadas.

Aos meus pais, Paulo e Cláudia, pelos importantes exemplos de vida, por todo apoio e incentivo no decorrer do mestrado.

Às minhas irmãs, Bianca e Bruna, pela imensurável parceria e amizade.

À minha avó Zilda (no coração), pelos valorosos incentivos para escrita, carregos sempre comigo.

À minha avó Cylla, por toda sabedoria compartilhada e amor.

Aos meus avôs Clovis e José (no coração), pelos seus ensinamentos.

Aos colegas de trabalho e ao Villemor Amaral advogados, pelo incentivo e apoio na conclusão deste trabalho.

TAVARES, Beatriz Cal Tavares. Contratos coligados na distribuição de combustível: Relação entre distribuidora e revendedor de bandeira. 2023. 173 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

RESUMO

A partir da percepção doutrinária acerca da relevância das combinações contratuais à realidade das operações interempresariais, se desenvolveram estudos a respeito dos contratos coligados. Diante disso, evidencia-se a relação entre a distribuidora e o revendedor de combustível bandeirado, a qual poderá ser composta por diversos contratos autônomos voltados a uma finalidade comum. Assim, este trabalho estuda a referida relação sob a ótica da coligação contratual, com intuito de aferir os fundamentos para identificá-los como coligados e suas implicações. Neste sentido, inicialmente, apresenta-se a teoria dos contratos coligados, expondo suas características e efeitos. Em face do exposto, à luz de estudos doutrinários e jurisprudencial sobre o tema, discorre-se sobre as razões de identificação da coligação contratual entre a distribuidora e o revendedor de combustível bandeirado. Neste viés, são expostos os contratos mais comuns e as causas de resolução destes, analisando se há ou não a propagação das invalidades e ineficácias entre tais contratos. Adiante, visando um tratamento ideal, elucida-se o papel da interpretação nestes contratos e, diante da individualidade dos contratos, o estudo esboça-se a derrogação dos efeitos típicos é medida efetiva para fins de melhor tratá-los. Por fim, relaciona-se a coligação com o princípio da conservação dos negócios jurídicos, visando identificar os efeitos de sua aplicação perante a relação contratual objeto de estudo.

Palavras-chave: Contratos coligados. Distribuição de combustível. Interpretação. Efeitos.

TAVARES, Beatriz Cal Tavares. Related contracts in fuel distribution: Relationship between distributor and flag retailer. 2023. 173 f. Dissertation (Master of Law). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

ABSTRACT

Based on the doctrinal perception of the relevance of contractual combinations to the reality of inter-company operations, studies have been developed regarding related contracts. In view of this, the relationship between the distributor and the flagged fuel reseller is evidenced, which may be composed of several autonomous contracts aimed at a common purpose. Thus, the work studies this relationship from the perspective of contractual coalition, to assess the grounds for identifying them as related and their implications. In this sense, initially, the theory of related contracts is presented, exposing its characteristics and effects. In view of the above, in the light of doctrinal and jurisprudential studies on the subject, we discuss the reasons for identifying the contractual coalition between the distributor and the flagged fuel reseller. In this regard, the most common contracts and the causes of their termination are exposed, analyzing whether there is a spread of invalidity and ineffectiveness between such contracts. Aiming at an ideal treatment, the role of interpretation in these contracts is elucidated. And given the individuality of the contracts, the study outlines whether the derogation of the typical effects is an effective measure for the purpose of better treating them. Finally, the coalition is related to the principle of conservation of legal business, aiming to identify the effects of its application in the contractual relationship under study.

Keywords: Related contracts. Fuel distribution. Interpretation. Effects

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ART	Artigo
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
AgRg	Agravo Regimental
AI	Agravo de Instrumento
CC	Código Civil
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
Resp	Recurso Especial
RE	Recurso Extraordinário
TJSP	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
TJSC	Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
TJPR	Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
TJMG	Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
TJGO	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
TJDFT	Tribunal de Justiça do Estado do Distrito Federal e Territórios

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 CONTRATOS COLIGADOS.....	11
1.1 Contrato e a causa concreta.....	11
1.2 Compreensão dos contratos coligados.....	14
1.3 Classificação dos contratos coligados.....	23
1.3.1 Coligação <i>Ex lege</i>	24
1.3.2 Coligação Natural.....	25
1.3.3 Coligação Voluntária.....	27
1.4 Outras classificações.....	28
1.5 Diferenciação com institutos similares.....	30
2 EFEITOS DA COLIGAÇÃO.....	35
2.1 Interpretação dos contratos coligados.....	36
2.2 Plano de validade.....	50
2.3 Plano de eficácia.....	56
2.4 Derrogação dos efeitos típicos.....	64
3 CONTRATOS COLIGADOS NA DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEL: RELAÇÃO ENTRE DISTRIBUIDORA E REVENDEDOR DE BANDEIRA.....	69
3.1 Compreensão dos contratos.....	69
3.2 Identificação dos contratos como coligados.....	76
3.3 Legislação vigente e órgão regulador.....	82
3.4 Tipologia de contratos celebrados entre a distribuidora e o revendedor de bandeira.....	86
3.4.1 Contrato de compra e venda mercantil.....	87
3.4.2 Contrato de locação e sublocação do imóvel	91
3.4.3 Contrato de comodato de equipamentos.....	95
3.4.4 Contrato de franquia.....	97
3.4.5 Contrato de mútuo para reforma e construção do posto revendedor.....	102
4 EFEITOS DA COLIGAÇÃO CONTRATUAL ENTRE A DISTRIBUIDORA E O REVENDEDOR DE BANDEIRA.....	107

4.1	Análise das principais causas de resolução dos contratos.....	107
4.2	Efeitos das invalidades dos contratos perante a coligação.....	117
4.3	Efeitos das ineficácias dos contratos perante a coligação.....	125
4.4	Busca de um tratamento ideal.....	131
4.4.1	Interpretação conjunta.....	132
4.4.2	Derrogação dos efeitos típicos: olhar específico aos contratos na rede de combustível.....	138
4.4.3	Tentativa de preservar os contratos e o nexó funcional da coligação: Aplicação do princípio da conservação.....	143
	CONCLUSÃO.....	152
	REFERÊNCIAS.....	155

INTRODUÇÃO

Os contratos coligados vêm sendo objeto de estudos desde a percepção doutrinária sobre a importância das combinações contratuais à realidade das operações interempresariais, cujas implicações são de notória função econômico-social. Deste modo, resultou-se a necessidade de analisar tais contratos a partir da verificação dos pressupostos para sua aferição, das suas distinções com institutos similares e dos possíveis efeitos inerentes à coligação contratual.

Diante destas premissas, evidencia-se a relação contratual entre a distribuidora e o revendedor de combustível bandeirado, a qual poderá comportar diversos contratos voltados a um escopo comum, como exemplos, a compra e venda mercantil, o comodato de equipamentos, a locação de imóvel, entre outros, os quais cooperam para a distribuição do combustível.

Deste modo, surge a necessidade de estudá-los sob a ótica da coligação contratual, visando aferir quais os fundamentos os identificam como sendo contratos coligados e, assim, analisar suas implicações: seja no modo de interpretá-los, seja em verificar se há ou não a propagação de suas invalidades e ineficácias, seja, ainda, em constatar se existe um modo ideal de tratamento destes contratos.

Para tanto, o estudo se inicia com a exposição da teoria dos contratos coligados, apresentando o papel da causa nestas relações contratuais e o conceito destes contratos. No segundo capítulo, são apresentadas as espécies de coligação e as características que os diferenciam dos institutos similares, para, em seguida, analisar seus efeitos, em especial, os métodos de interpretação, as teorias da validade e eficácia e, por fim, a possibilidade ou não da derrogação dos efeitos típicos como forma de tratamento.

A partir disso, no terceiro capítulo, o estudo se volta especificamente aos contratos celebrados entre a distribuidora e o revendedor de combustível bandeirado, visando evidenciar as características desta relação interempresarial, que, como tal, não é regida pelas normas do Código de Defesa do Consumidor, mas sim pelos dispositivos do Código Civil e Leis específicas vigentes.

Neste sentido, a partir de visão doutrinária e jurisprudencial sobre o tema, o trabalho prossegue elucidando as razões de reconhecê-los como sendo contratos coligados, apresentando-se as legislações específicas vigentes, as obrigações e proibições da distribuidora e revendedor, bem como o seu órgão regulatório, além da análise individual de alguns dos principais contratos desta cadeia coligada e suas normas de tratamento.

Neste viés, no quarto capítulo, o estudo apresenta os efeitos da coligação contratual celebrada entre a distribuidora e o revendedor de combustível bandeirado, identificando-se as principais causas de resolução dos negócios jurídicos pactuados, sendo que, a partir de estudos doutrinários e da jurisprudência, o trabalho evidencia se há ou não a propagação das invalidades e ineficácias entre tais contratos.

Por fim, o trabalho ressalta a busca pelo tratamento ideal desta relação contratual, visando aferir, a partir de casos práticos da jurisprudência e contribuição da doutrina, como a interpretação auxilia no tratamento destes contratos, bem como, em se tratando de contratos individuais, os quais podem ser regidos por leis distintas, se a derrogação dos efeitos típicos é efetiva para fins de melhor tratá-los. Em acréscimo, visando preservar a cadeia coligada, o estudo relaciona a coligação com o princípio da conservação dos negócios jurídicos, objetivando identificar quais os efeitos de sua aplicação perante a relação contratual objeto de estudo.

1. CONTRATOS COLIGADOS

1.1 Contrato e a causa concreta

Para fins de compreender os contratos coligados é importante apresentar o conceito de contrato, definido por Enzo Roppo como sendo “a veste jurídico formal de operações econômicas”. Em suas palavras:

As situações, as relações, os interesses que constituem a substância real de qualquer contrato podem ser resumidos na ideia de operação económica. De facto, falar de contrato significa sempre remeter – explícita ou implicitamente, directa ou mediatamente – para a ideia de operação económica¹.

Neste sentido, Orlando Gomes conceitua contrato como “todo acordo de vontades destinado a constituir uma relação jurídica de natureza patrimonial e eficácia obrigacional”².

No tocante ao papel do contrato, Francesco Carnelutti o observa enquanto “instrumento de circulação de riquezas”³. Ainda, o autor define a circulação como deslocamento de bens visando o aumento da sua utilidade⁴.

Em acréscimo, Judith Martins Costa assevera que o papel do contrato se refere à realização convencional de um programa econômico, querido pelas partes para distribuição de riscos e benefícios, mas também advém do estabelecimento de regras observadas pelas partes⁵.

Portanto, o contrato instrumentaliza a vontade das partes, na medida em que estabelece os direitos e obrigações estabelecidos por estas, tendo a função de circular riquezas.

¹ ROPPO, Enzo. *O contrato*. Coimbra: Almedina, 1988. p. 7.

² GOMES, Orlando. Atualizado por Edvaldo Brito e Reginalda Paranhos de Brito. *Contratos*. 28. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022, p.44.

³ CARNELUTTI, Francisco. *Teoria giuridica dela circolazione*, Padova: Cedam, 1933, p.15.

⁴ Idem, *Ibidem*.

⁵ MARTINS-COSTA, Judith. O fenômeno da supracontratualidade e o princípio do equilíbrio: inadimplemento de deveres de proteção (violação positiva do contrato) e deslealdade contratual em operação de descruzamento acionário. *Revista Trimestral de Direito Civil*. vol. 26, abr./jun. 2006. pp. 213-219, p. 218.

Nesta esteira, Andrea D' Ângelo, buscando as técnicas de aferição do contrato como operação econômica, evidencia a importante função da causa concreta para tal fim, assim expondo: “a causa, enquanto função econômico individual, não é outra coisa senão o espelho da operação econômica, a fórmula jurídica que a designa”⁶.

O conceito de causa concreta é proposto inicialmente por Giovanni Battista Ferri, no qual a referida causa advém da ideia de valorização dos elementos concretos do contrato, sendo a causa o fator que coordena e unifica a operação econômica a seus sujeitos⁷. Para o autor, a causa concreta possui a função econômico social⁸.

Corolário disso, Massimo Bianca elucida o sentido da causa concreta como “*la ragione pratica del contrato, cioè l'interesse che l'operazione contrattuale è diretta a soddisfare*”⁹. Em complemento, o autor defende que a causa é a razão concreta do contrato e, a partir da sua identificação, se verifica a função prática do negócio celebrado entre as partes¹⁰.

No mesmo sentido, Ricardo Luis Lorenzetti explica que a causa é concreta por depender de cada caso em particular, variando em determinado negócio e na produção de seus efeitos, sendo necessário examiná-la não apenas na constituição do contrato, mas também na produção dos efeitos¹¹.

Também é o entendimento de Luciano de Camargo Penteado, ao expor que “o instrumento mais adequado da teoria dos contratos que permite decompor e recompor

⁶ D' ANGELO. *Contrato e operazione economica*. Torino: Giappichelli, 1992, p. 63.

⁷ FERRI, Giovanni Battista. *Causa e tipo nella teoria del negozio giuridico*. Milano: Giuffrè, 1966, p. 370-371.

⁸ Vide trecho: “Si vuole soltanto mettere in luce che, se il negozio esprime una regola privata, la causa è l'elemento che collega l'operazione economica oggettiva ai soggetti che ne sono autori; e che quindi la causa è l'indice di come il regolamento negoziale di interessi sia l'espressione oggettiva di talune finalità soggettive”(Idem, Ibidem).

⁹ “Razão prática do contrato, que é o interesse que a operação contratual é dirigida a satisfazer” (tradução livre). In: BIANCA, Massimo. *Diritto Civile*. V. 3. Il Contrato. Milano. Giuffrè Editore, 1998, p. 419.

¹⁰ Idem, Ibidem.

¹¹ LORENZETTI, Ricardo Luis. *Tratado de los contratos*. Parte General. Santa Fé: Rubinzal Culzoni Editores, 2004, p. 412-413.

as relações jurídicas por ele engendradas é a causa contratual, em sua acepção concreta”¹².

Diante disso, a causa concreta consiste na função do contrato celebrado entre as partes, isto é, em sua razão prática hábil à produção de efeitos, agregando os sujeitos do contrato, ao mesmo tempo em que coordena e unifica a relação jurídica. Ainda, a causa concreta é atrelada às particularidades de cada contrato, variando na produção de seus efeitos, à luz do negócio celebrado.

Neste sentido, para fins da teoria da coligação contratual, há autores que identificam a causa concreta como elemento essencial ao emprego destes contratos. Sobre o tema, assevera Massimo Bianca:

Ancora, il collegamento negoziale e la conseguente connessione della sorte di un contratto alla sorte dell'altro possono essere rilevati solo con riferimento alla causa concreta che le operazioni erano complessivamente dirette a realizzare¹³.

Corolário disso, Torquato Castro afirma a necessidade de verificar a causa concreta no próprio ato, como sendo um elemento essencial a lhe conferir individualidade, sendo esta definida como “a função que o ato tende a realizar”. Abordando especificamente os contratos coligados, o autor leciona:

A causa assume especial relevância na solução de outro problema essencialmente técnico: o da individualização dos contratos, nas hipóteses de cumulação de contratos autônomos, ou de conexão objetiva ou subjetiva entre os contratos¹⁴.

Outrossim, Eduardo Takemi Takaoka entende haver uma causa supercontratual transcendente da causa do contrato, a qual tem o papel de conferir relevância prática à coligação. Em suas palavras:

O todo é mais do que o somatório das unidades. Isso permite identificar que partes da coligação são tangentes à causa supercontratual – função econômica da coligação – e quais pertencem aos contratos específicos.

¹² PENTEADO, Luciano de Camargo. Redes Contratuais e Contratos Coligados. In: *Direito Contratual. Temas Atuais*. Coord. Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka e Flávio Tartuce. São Paulo: Método. 2007. p. 482.

¹³ BIANCA, Massimo. *Diritto Civile*. op.cit, p. 426-427.

¹⁴ CASTRO, Torquato. *Da causa do contrato*. Recife: Imprensa Universitária, 1966, p. 15-18.

Isso permite suspeitar quais cláusulas são da coligação e quais são dos contratos específicos¹⁵.

Dito de outro modo, ao conferir relevância prática à coligação, a causa concreta, denominada de função econômica, identifica os sujeitos dos contratos e auxilia na verificação dos contratos, mas, sobretudo, tem o papel de aferir qual o fim prático da coligação contratual constituída.

Por sua vez, Luciano de Camargo Penteado expõe se tratar a causa concreta de elemento essencial para identificar uma coligação contratual, a partir da análise de todo o complexo: “Mas é ela, de fato, a causa concreta final dos contratos que compõe a coligação, obtida não da soma das causas singulares dos contratos, mas de sua aferição no “conjunto da obra”¹⁶.

Ademais, parte da doutrina entende que a causa concreta é o elemento imprescindível à coligação contratual, conforme os ensinamentos de Renato Renato Scognamiglio¹⁷, Rodrigo Xavier Leonardo¹⁸ e Ana López Frías¹⁹.

A partir das noções de contrato e causa concreta, isto é, a manifestação de vontade das partes e a razão prática dos contratos, respectivamente, mas também do papel relevante que esta última assume para aferição e qualificação dos contratos coligados, o tópico seguinte abordará especificamente estes contratos visando à sua compreensão.

1.2 Compreensão dos contratos coligados

A definição de contratos coligados é assim trazida por Francisco De Crescenzo Marino: “contratos que, por força de disposição legal, da natureza acessória de um deles

¹⁵ KATAOKA, Eduardo Takemi. *A coligação contratual*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p. 180.

¹⁶ PENTEADO, Luciano de Camargo. *Redes Contratuais e Contratos Coligados*. op.cit, p. 482.

¹⁷ SCOGNAMIGLIO, Renato. Collegamento negoziale. *Enciclopedia del Diritto*. v. 7. Milano: Giuffrè, 1960, p.376.

¹⁸ LEONARDO, Rodrigo Xavier. *Redes contratuais no mercado habitacional*. São Paulo: RT, 2003, p. 147-148.

¹⁹ LÓPEZ FRÍAS, Ana. *Los contratos conexos*. Estudio de supuestos concretos y ensayo de una construcción doctrinal. Barcelona: Bosch, 1994, p. 280.

ou do conteúdo contratual (expresso ou implícito), encontram-se em relação de dependência unilateral ou recíproca”²⁰.

Para Antunes Varela, a coligação se dá quando os contratos, individuais, mas não autônomos, segundo a intenção dos contratantes, encontram-se vinculados entre si por um nexó funcional, de interdependência. São contratos que podem ser condição, contraprestação ou motivo um do outro²¹.

Na doutrina italiana, Rosário Nicolò, precursor da teoria da coligação contratual, leciona que a identificação de contratos como sendo coligados baseia-se na autonomia estrutural destes negócios e no nexó funcional, pois os contratos são autônomos na medida em que cada qual possui o seu conteúdo e causa próprios²².

Segundo Nicolò, o referido nexó funcional deriva da vontade das partes em atribuir aos contratos um determinado escopo prático unitário, sendo o intento a causa única da coligação contratual²³.

Em complemento, Bruno Meoli e Carlo Di Nanni asseveram que a coligação negocial se caracteriza pelo nexó funcional entre os negócios, ou seja, pela comum destinação à realização da função global²⁴. Neste sentido, Francesco Messineo dispõe que a coligação advém da interligação dos contratos:

È certamente possibile che l'interesse economico unitario sia appagato da un contratto unico (e sarà la regola); ma è possibile che, se tale interesse sia complesso, o non suscettibile di essere realizzato uno actu, o se più interessi siano fra loro connessi . le parti facciano ricorso a più (di regola, due) contratti, i quali, naturalmente, restano collegati, in vista appunto

²⁰ MARINO, Francisco Paulo De Crescenzo. *Contratos coligados no direito brasileiro*. São Paulo: Saraiva. 2009, p.99.

²¹ VARELA, João de Matos Antunes. *Das obrigações em geral*. 10. ed. Coimbra: Almedina, 2000. v. 1. p. 281-284.

²² NICOLÒ, Rosario. *Deposito in funzione di garanzia e inadempimento del depositario*. Il foro italiano, 1936, p. 1477.

²³ Idem, *Ibidem*.

²⁴ MEOLI, Bruno. *I contratti collegati nelle sperienze giuridiche italiana e francese*. Napoli: Edizione Scientifiche Italiane, 1999, p. 216-264; DI NANNI, Carlo. Collegamento negoziale e funzione complessa. *Rivista del diritto commerciale*.1977, p. 190-192.

dell'unità dell'interesse, o della connessione fra gli interessi e, quindi, della finalità definitiva da conseguire²⁵.

Por sua vez, Luigi Cariota Ferrara expõe que o liame ou o nexa entre os negócios deriva da vontade ou da função de um dos contratos servir para reforçar, integrar, sanar ou até revogar os demais, ao ponto de implicar na comunhão de interesses entre estes²⁶.

Para Ferrara, a coligação contratual advém do *animus* das partes, sendo que o nexa se trataria de “o resultado ou conteúdo da vontade (elemento subjetivo), que, precisamente, cria tal nexa”²⁷.

Outrossim, Renato Scognamiglio apresenta os dois elementos necessários para existência de uma coligação contratual, quais sejam, a pluralidade de negócios e a conexão entre eles²⁸. O autor afirma não bastar um nexa qualquer, sendo necessário haver liame concernente “a qualquer perfil ou elemento essencial em consideração”²⁹.

Assim sendo, é oportuno ressaltar o conceito trazido por Rodrigo Xavier Leonardo, no qual o autor elenca as espécies de nexa funcional, ao definir contratos coligados como “coordenação de contratos, diferenciados estruturalmente, porém interligados por um articulado e estável nexa econômico, funcional e sistemático”³⁰.

De modo explicativo, o nexa é econômico, pois se entende que os contratos, embora independentes, unem-se para a consecução de uma operação econômica. O nexa é funcional por decorrer da constituição de elementos da operação econômica. Por fim, é sistemático, em alusão aos estudos do autor sobre a teoria dos sistemas, uma vez que se constatou um “objetivo de unidade” referente à relação entre os elementos do

²⁵ Em tradução livre: “É certamente possível que o interesse econômico unitário seja satisfeito por um único contrato (e será a regra); mas é possível que - se tal interesse for complexo, ou não suscetível de ser realizado uno actu, ou se vários interesses estão ligados uns aos outros - as partes fazem uso de mais (em regra, dois) contratos, que, é claro, permanecem conectados, tendo em vista precisamente a unidade (MESSINEO, Francesco. Verbete: *Contratto collegato*. Enciclopedia del diritto. Varese. Giuffrè Editore. 1962. p. 49).

²⁶ CARIOTA FERRARA, Luigi. *Il negozio giuridico nel diritto privato italiano*. Napoli: Morano [s.d], p.318.

²⁷ Idem, p. 325.

²⁸ SCOGNAMIGLIO, Renato. Collegamento negoziale (verbete). *Enciclopedia del diritto*, volume VII, 1960, p. 375-381.

²⁹ Idem, Ibidem.

³⁰ LEONARDO, Rodrigo Xavier. *Redes contratuais no mercado habitacional*. São Paulo: RT, 2003, p. 138.

sistema e o nível de interação destes, cujos efeitos extrapolaria os efeitos dos contratos considerados singularmente³¹.

Em outros termos, uma coligação não significa a soma desordenada dos contratos componentes desta rede, mas sim se define pela organização de contratos celebrados em razão da operacionalidade comum entre os vários agentes, os quais se interessam por potencializar benefícios e minimizar os riscos. Tais contratos são voltados por uma finalidade econômica social, denominada de supracontratual, a qual torna o porquê global significativo³².

Neste ponto, Ricardo Luis Lorenzetti, ao denominar a coligação de rede contratual, afirma que esta possui uma causa sistemática, ou melhor, uma finalidade, a qual torna legítima a existência do grupo, pois “[o]s contratos em rede não se explicam apenas pela soma de suas individualidades. A rede contratual possui finalidade e razão de existir próprias”³³.

Nesta linha, ressalte-se a explanação de Marcelo Fernandes acerca da individualidade dos contratos e sua interligação em prol de uma finalidade comum:

[...] Cuida-se, nesse contexto, de duas ou mais relações formalmente autônomas e contemporâneas interligadas em face da existência de uma finalidade comum, em geral consistente em uma operação econômica global. Esses contratos, embora estruturalmente independentes, exercem influência recíproca e têm sua finalidade e conteúdo material alterados e redefinidos pelo escopo do grupo, também chamado de causa contratual³⁴.

Desta forma, os contratos coligados, não obstante mantenham suas individualidades, cooperam entre si pelo alcance de uma causa comum, a qual caracteriza e dá significado à coligação constituída.

³¹ LEONARDO, Rodrigo Xavier. *Redes contratuais no mercado habitacional*. op.cit.

³² Idem, *Ibidem*.

³³ LORENZETTI, Ricardo. Redes contractuales: conceptualización jurídica, relaciones internas de colaboración, efectos perante a terceros. *Revista de Direito do Consumidor*, n. 28, p. 22-58, out.-dez. 1998, p.30.

³⁴ FERNANDES, Marcelo Cama Proença. *Contratos: eficácia e relatividade nas coligações contratuais*. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 219.

Nesta esteira, Emilio Betti, ao apresentar o seu conceito de contratos coligados, evidencia a autonomia dos contratos interligados entre si, dispondo se tratar da “multiplicidade de negócios, ligados numa fatispécie complexa, por nexos que não excluem o valor próprio de cada um deles”³⁵.

Em acréscimo, Betti entende que o nexo entre os negócios jurídicos se demonstra “congruente entre as respectivas funções”³⁶, isto é, cada contrato conserva a sua autonomia, mas produzem efeitos conforme as suas finalidades, as quais “não coincidem com as de cada um deles, isoladamente considerado”³⁷.

A respeito do elemento conexidade existente no âmbito da coligação contratual, Marcelo Fernandes o conceitua como uma finalidade jurídico econômica específica, a qual caracteriza a coligação contratual, conferindo identidade e permitindo a sua análise pelo operador do direito como um fenômeno independente com consequências e regime jurídico próprio³⁸.

Do mesmo modo, Roberto Rosas enaltece a presença do nexo, como sendo o elemento formador da coligação: “Os contratos individuais ligam entre si por um nexo, para formar a coligação. Ainda que os contratos estejam individualmente, ligam-se por um vínculo substancial, uma relação de dependência”³⁹.

Para Francisco De Crescenzo Marino, o nexo dos contratos é determinado pelo interesse concreto das partes. Nesta senda, o autor exemplifica a função de determinado contrato no contexto da coligação, tal como a coligação do contrato de locação e o de garantia, na qual o segundo tem a função de reforçar a posição jurídica do locador, instituindo-se uma relação jurídica acessória da relação locatícia⁴⁰.

³⁵ BETTI, Emilio. *Teoria geral do negócio jurídico*. Campinas: Servanda, 2008. p. 429.

³⁶ BETTI, Emilio. *Teoria generale del negozio giuridico*. Reimpressão da 2ª edição. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1994, p. 298.

³⁷ MARINO, Francisco Paulo De Crescenzo. *Contratos coligados no direito brasileiro*. op.cit, p. 134.

³⁸ FERNANDES, Marcelo. *Contratos: eficácia e relatividade nas coligações contratuais*. op.cit, p. 213.

³⁹ ROSAS, Roberto. *Contratos coligados*. *Revista de Direito Civil, Imobiliário, Agrário e Empresarial*. São Paulo: Revista dos Tribunais. v.3, jan/mar. 1978, p. 53.

⁴⁰ MARINO, Francisco Paulo De Crescenzo. *Contratos coligados no direito brasileiro*. op.cit, p. 133-134.

Neste sentido, o autor conclui que, “ao lado da forma e do próprio conteúdo, o contrato garantia mantém a função que lhe é característica, o mesmo podendo ser dito do contrato de locação”⁴¹. Também Marino elucida a autonomia contratual e o nexos dos contratos coligados, dispondo:

Autonomia estrutural significa, então, que cada um dos contratos coligados conserva a própria estrutura, isto é, a própria forma (ainda que documentalmente unidos) e o próprio conteúdo. Por nexos funcional entende-se que a coligação visa a um determinado resultado econômico social⁴².

Ou seja, para existirem contratos coligados não basta haver dois ou mais contratos: é imprescindível a presença de um nexos funcional, o qual consiste na finalidade comum desta coligação, trazendo significado para ela, na medida em que cada contrato, apesar de possuir sua determinada função econômico social, coopera para o alcance do fim visado pela coligação.

Logo, analisando a cadeia coligada como um sistema, tal qual Rodrigo Xavier Leonardo propõe, considera-se o desempenho de cada contrato perante ela, sendo que as funções são indispensáveis para o fim comum, pois sem estas não haverá razão em existir a coligação contratual.

Além disso, consoante já abordado neste trabalho, é imprescindível o papel da causa concreta para os contratos coligados. A este respeito, Giovanni Ettore Nanni elucida que a natureza conexa dos contratos advém de uma causa concreta, para o fim de alcançar o objetivo visado pela coligação, em seus termos:

De fato, é da essência do instituto tal configuração, mesmo porque só tem razão de ser pela circunstância de uma complexidade negocial, que usualmente demanda vários contratos, muitas vezes com múltiplas pessoas, objetivando um fim comum, unidas mediante uma causa concreta⁴³.

⁴¹MARINO, Francisco Paulo De Crescenzo. *Contratos coligados no direito brasileiro*. op.cit, p. 133-134.

⁴²Idem, p. 132.

⁴³NANNI, Giovanni Ettore. Contratos coligados. IN: LOTUFO, Renan; e NANNI, Giovanni Ettore (coord.). *Teoria geral dos contratos*. São Paulo: Atlas, 2011. p. 248. p. 251.

Com efeito, o autor, compartilhando das lições de Massimo Bianca⁴⁴, assevera que o elemento caracterizador da interdependência destes contratos é a causa, pois esta qualifica o contrato, revela o interesse negocial estabelecido no negócio, destrinchando a sua essência e os seus genes⁴⁵. Ou seja, é por meio da causa “que se afere a existência ou não da coligação contratual”⁴⁶.

Coadunando deste entendimento, Ricardo Luis Lorenzetti destaca o elemento conexão na coligação contratual, atribuindo a causa o papel de vincular os contratos:

En la conexidad hay un interés asociativo que se satisface a través de un negocio que requiere varios contratos unidos en sistema; la causa en estos supuestos vincula a sujetos que son partes de distintos contratos situándose fuera del vínculo bilateral pero dentro del sistema o red contractual. Ello significa que hay una finalidad económico social que trasciende la individualidad de cada contrato y que constituye la razón de ser de su unión; si se desequilibra la misma se afecta todo el sistema y no un solo contrato⁴⁷.

Por sua vez, Francesco Galgano, ao relacionar a causa com os contratos coligados, leciona que cada um dos contratos integrantes do sistema conserva uma causa autônoma, muito embora haja uma finalidade econômica comum a todos eles. Para o autor, os vínculos conservam sua individualidade, mas há uma causa comum e indivisível no âmbito da rede contratual⁴⁸.

Neste sentido, Luciano de Camargo Penteado defende que os contratos coligados possuem causas diversas, as quais se unem por uma causa comum, com a atribuição de direitos e deveres diferentes do vínculo obrigacional tradicional. Em suas palavras:

Trata-se de uma união de contratos de causas distintas para formar uma causa contratual da rede, a qual permite a referência a deveres e direitos

⁴⁴ Vide trecho: “Ancora, il collegamento negoziale e la conseguente connessione della sorte di un contratto alla sorte dell’altro possono essere rilevati solo con riferimento alla causa concreta che le operazioni erano complessivamente dirette a realizzare”. In: BIANCA, C. Massimo. *Diritto civile: il contratto*. Milano: Giuffrè, 1998, v. 3, p. 426-427.

⁴⁵ NANNI, Giovanni Ettore. Contratos coligados. op.cit, p. 252.

⁴⁶ Idem, *Ibidem*.

⁴⁷ LORENZETTI, Ricardo Luis. *Tratado de los contratos*. t. 1. Buenos Aires: Rubinzal-Culzoni, 1999, p. 63.

⁴⁸ GALGANO, Francesco. *Tratado di diritto civile e commerciale*. Milão: Giuffrè, tomo 1. v. III. 1988, p. 93.

decorrentes de um vínculo distinto do vínculo obrigacional tradicional, que une partes contratantes.⁴⁹

Por seu turno, Renato Scognamiglio atribui à causa concreta, também denominada de função econômico social, o critério adequado para a análise e aferição da coligação contratual:

E si deve per converso ritenere – aderendo alla opposta e più accreditata tendenza dottrinale – che il problema proposta – come ogni altro relativo alla qualificazione giuridica del contegno negoziale – possa soltanto risolversi alla stregua del criterio di valutazione obiettivo che la legge ritiene all'uopo decisivo. La soluzione in questo senso più corretta – tra le altre suggerite dagli scrittori – ci sembra quella che fa leva sull'elemento della causa o funzione economico.sociale⁵⁰.

Deste modo, a causa concreta, que assume o papel de razão prática dos contratos, possui grande importância na aferição dos contratos coligados, seja por justificar o nexo funcional da coligação, seja por caracterizar a interdependência dos contratos ou, ainda, por representar a causa comum inerente aos contratos pertencentes à coligação.

Ademais, para fins de identificar se um contrato integra a coligação contratual, é necessário aferir se as causas dos contratos integrantes da cadeia estão relacionadas entre si. Neste sentido, Luciano de Camargo Penteado afirma:

A causa, entretanto, como traduz a específica ligação entre prestações, permite identificar cada relação contratual e a rede como um todo, decompondo as diferentes segmentações em que se divide a operação econômica unitária. Assim, podemos ver a causa de cada contrato que integra a rede e a causa da rede⁵¹.

Nesta esteira, Giovanni Ettore Nanni defende o cotejamento das causas concretas dos contratos para análise de eventual conexão entre estes, dispendo: “Por conseguinte,

⁴⁹ PENTEADO, Luciano de Camargo. Redes Contratuais e Contratos Coligados. In: *Direito Contratual. Temas Atuais*. Coord. Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka e Flávio Tartuce. São Paulo: Método. 2007. p. 482.

⁵⁰ Em tradução livre: “Em contrapartida, deve-se considerar – aderindo à tendência doutrinária oposta e mais reconhecida – que o problema proposto – como qualquer outro relacionado à qualificação jurídica do comportamento da negociação – possa apenas se resolver com base no critério de apreciação objetivo tido pela lei como decisiva para esse efeito. Nesse sentido, a solução mais acertada – dentre as outras sugeridas pelos estudiosos – parece ser a que apela ao elemento da causa ou da função econômico-social”. In: SCOGNAMIGLIO, Renato. Collegamento negoziale. op.cit, p.376.

⁵¹ PENTEADO, Luciano de Camargo. Redes contratuais e contratos coligados. op.cit, p. 483.

realizado o cotejo entre as causas concretas de contratos que tenham acentuado grau de proximidade entre si, a coligação se configura quando ocorre alguma sorte de conexão entre elas”⁵².

Na prática, o cotejamento das causas decorre da análise do interesse individual de cada negócio jurídico e do interesse comum dos contratos conexos entre si. Por exemplo, na hipótese da celebração de um contrato de financiamento para aquisição de um automóvel, o contrato visa a obtenção de crédito, enquanto o contrato de compra e venda tem como objeto a compra do bem móvel. Analisando ambos os contratos, é possível aferir que a causa comum destes negócios se refere à aquisição do veículo.

Do mesmo modo, no caso de contrato de garantia (ex: fiador) e locação de bem imóvel, o primeiro possui natureza acessória, tendo como objetivo reforçar a posição jurídica do locador, ao passo que o segundo visa propriamente a locação. Ao examiná-los, constata-se uma causa comum, qual seja, a execução do contrato de locação; logo, estar-se-á constatada a conexão destes contratos.

Para Eduardo Takemi Kataoka, a causa concreta identifica a função econômica e os contratos inerentes à coligação, mas também constatar quais as cláusulas inerentes aos negócios celebrados:

O todo é mais do que o somatório das unidades. Isso permite identificar que partes da coligação são tangentes à causa supercontratual – função econômica da coligação – e quais pertencem aos contratos específicos. Isso permite suspeitar quais cláusulas são da coligação e quais são dos contratos específicos⁵³.

Diante disso, são identificados como contratos coligados os negócios jurídicos que possuem uma conexão inerente ao nexos funcional existente entre eles, sendo este determinante para aferir o escopo visado pela coligação; mas, para a identificação destes contratos, não basta todo e qualquer nexos, e sim a constatação de uma organização entre estes, refletindo a operabilidade comum da coligação.

⁵² NANNI, Giovanni Ettore. Contratos coligados. op.cit. p. 252

⁵³ KATAOKA, Eduardo Takemi. *A coligação contratual*. op.cit, p. 180.

Outrossim, não obstante os contratos coligados possuïrem uma interdependência entre si, isto é, uma conexidade, também denominada de finalidade jurídico-contratual, cada qual conserva a sua autonomia e produz os seus próprios efeitos e, ao mesmo tempo, contribuem de forma indispensável para o alcance do fim comum.

Além disso, para fins de identificação da coligação contratual, considera-se também a figura da causa concreta, a qual evidencia a interdependência entre os negócios, na medida em que atribui razão prática a eles; sendo que, para tanto, é necessário realizar o cotejamento das causas de cada contrato e da causa comum. Assim, se a partir de tal procedimento se constatar a conexão entre os contratos, estar-se-á diante de uma coligação contratual.

1.3 Classificação dos contratos coligados

Na aceção dos contratos coligados é importante compreender a sua classificação, para fins de melhor estudo acerca do tema, de modo a identificar a base de interligação dos negócios jurídicos objeto de análise e, assim, verificar seus efeitos práticos e específicos.

Deste modo, para o presente trabalho, as espécies de significativa importância se referem à fonte da coligação contratual, ressaltando-se a classificação tripartite, a qual contém as coligações *ex lege*, natural e voluntária, com a elucidação de suas definições e diferenças, com intuito de analisar especificamente os contratos celebrados entre a distribuidora e o revendedor de combustível, para fins de identificar qual a fonte desta coligação contratual, que será objeto de estudo no terceiro e quarto capítulos.

Em acréscimo, o trabalho também elucida outras classificações de contratos coligados, em destaque para as classificações apresentadas por Ludwig Ennecerus (união externa; com dependência bilateral ou unilateral; união alternativa), Rodrigo Xavier Leonardo (coligação em sentido estrito; por cláusula expressa; contratos conexos, em sentido estrito e redes contratuais) e Vincenzo Barba (coligação necessária; voluntária; ocasional, continuada; concursal), demonstrando suas semelhanças e divergências com

relação à classificação tripartite, bem como, suas funções no âmbito da coligação contratual.

1.3.1 Coligação *Ex lege*

A coligação *ex lege* decorre da lei, se trata das coligações com expressa previsão legal, seja pela referência direta da coligação, seja pela previsão de um ou de mais efeitos da coligação⁵⁴.

Segundo Eduardo Takemi Kataoka, “estabelece-se coligação legal quando o legislador ordena que dois contratos produzam efeitos recíprocos, ou um deles produza efeitos no outro – coligação bilateral ou unilateral, respectivamente”⁵⁵.

A título exemplificativo, Claudia Lima Marques evidencia os contratos regidos pela legislação consumerista. Segundo a autora, no direito brasileiro a coligação para consumo e fornecimento é determinada pela lei⁵⁶.

Há, ainda, os chamados contratos de interconexão celebrados entre as diversas prestadoras de serviços de telefonia, sob a regulação da Lei 9.472/1997.

Neste sentido, Rodrigo Xavier Leonardo esclarece sobre a interdependência destes contratos:

Sob o viés jurídico, a interconexão entre redes é viabilizada por diversos contratos coligados que possibilitam a cada operadora de telefonia se utilizar, mediante contraprestação, das estruturas de tecnologia de outras operadoras de telefonia⁵⁷.

⁵⁴ MARINO, Francisco Paulo De Crescenzo. *Contratos coligados no direito brasileiro*. op.cit, p. 104.

⁵⁵ KATAOKA, Eduardo Takemi. *A coligação contratual*. op.cit, p. 156.

⁵⁶ MARQUES, Claudia Lima. *Contratos no código de defesa do consumidor*. 4.ed. Revista dos Tribunais. 2002, p.93.

⁵⁷ LEONARDO, Rodrigo Xavier. Os contratos coligados. In: BRANDELLI, Leonardo. *Estudos em homenagem à Professora Vera Maria Jacob de Fradera*. Porto Alegre: Lejus, 2013, p.12. A operação de interconexão corresponde “a ligação entre redes de telecomunicações funcionalmente compatíveis, de modo que os usuários de serviços de uma das redes possam comunicar -se com usuários de serviços de outra ou acessar serviços nela disponíveis” (§º único do artigo 146 da Lei n.º 9.472/1997). Sobre o assunto, cf. SALOMÃO FILHO, Calixto. *Regulação da atividade econômica (princípios e fundamentos jurídicos)*. São Paulo: Malheiros, 2001 p.65).

Para Francisco De Crescenzo Marino, é necessário separar os casos de coligação *ex lege* das hipóteses de coligação referente à própria natureza acessória de um dos contratos, pois a segunda nem sempre será “necessária”, já que o vínculo “poderá perfeitamente surgir acidentalmente, sem que fizesse parte do programa inicial das partes”⁵⁸.

Deste modo, a coligação *ex lege* possui um vínculo já determinado pela lei e, diferentemente da espécie que se origina da natureza acessória de um dos contratos, não tem, evidentemente, a possibilidade de ocorrer acidentalmente.

1.3.2 Coligação Natural

A coligação natural tem origem na natureza acessória de um dos contratos coligados⁵⁹, sendo natural por derivar de um contrato principal, mas podendo ocorrer de forma incidental, característica que a diferencia da coligação legal.

Para Francisco De Crescenzo Marino, “Trata-se, normalmente, mas não necessariamente, de coligação com dependência unilateral, visto que o principal pode, conforme o caso, seguir o acessório”⁶⁰.

A coligação natural, necessária ou funcional é aquela na qual a existência de um contrato pressupõe a existência de outro (o tipo ou a espécie contratual implica na existência de outro contrato) em razão da presença de uma causa comum (ex: contratos autônomos recíprocos, como no caso de doações mútuas) ou porque individualmente determinado contrato não pode existir sem a existência de outro, o que usualmente configura a natureza acessória de um dos contratos coligados⁶¹.

⁵⁸ MARINO, Francisco Paulo De Crescenzo. *Contratos coligados no direito brasileiro*. op.cit, p. 105.

⁵⁹ Idem, *Ibidem*.

⁶⁰ Idem, *Ibidem*.

⁶¹ KIRCHNER, Felipe. *Contratos coligados: conformação teórica e fundamentos de responsabilidade civil*. Rio de Janeiro: Processo, 2022, p. 186.

A natureza acessória de um dos contratos geralmente implica na dependência unilateral da coligação, isto é, apenas um dos negócios jurídicos é dependente do outro, sendo que o inverso não ocorre⁶².

Além disso, segundo Emília Belo, perante a acessoriedade pode se determinar a relação de dependência bilateral na hipótese de o contrato principal ser querido ou somente conseguir atingir a sua finalidade em conjunto com o acessório, ou unilateral quando apenas um contrato permanece funcionalmente relevante perante a extinção do outro⁶³.

Deste modo, um contrato acessório está diretamente interligado ao contrato principal e, não obstante cada qual possua suas obrigações e direitos individualizados, isto é, tenham sua autonomia, o acessório é dependente do principal e, como tal, sofrerá efeitos decorrentes do não alcance da finalidade precípua daquele.

Além disso, apesar da regra de dependência unilateral do acessório, é possível que o principal também sofra as consequências do acessório, na hipótese de a coligação pressupor a necessária execução conjunta do principal e acessório para atingir o fim visado, de modo que a falta do acessório poderá prejudicar a execução do principal.

Ademais, Marino apresenta a diferenciação desta coligação com relação à voluntária: “Com efeito, o que distingue a coligação natural é o fato de o próprio tipo contratual pressupor, por sua natureza, um ou mais contratos a ele relacionados”⁶⁴. Por fim, complementa: “Em se tratando de operações econômicas complexas, que requerem a combinação de diversos contratos cuja natureza típica não pressupõe coligação, haverá, pois, coligação “voluntária”⁶⁵.

Deste modo, sendo os contratos interligados em razão da natureza acessória de um deles, estar-se-á diante de uma coligação natural; porém, se os contratos são

⁶² As coligações de dependência unilateral e bilateral serão abordadas no subcapítulo “1.4 Outras classificações”.

⁶³ BELO, Emília. *Os efeitos decorrentes da coligação de contratos*. São Paulo: MP Editora, 2014, p 69.

⁶⁴ MARINO, Francisco Paulo De Crescenzo. *Contratos coligados no direito brasileiro*. op.cit, p. 106.

⁶⁵ Idem, *Ibidem*.

interdependentes sem que qualquer deles possua natureza acessória, não haverá uma coligação natural, mas sim a voluntária.

A diferença entre a voluntária e a natural é que nesta última o tipo contratual pressupõe, por sua própria natureza, um ou mais contratos a ele relacionados. À guisa de exemplo, ressalte-se a relação entre o contrato principal e o contrato de garantia típico (fiança, seguro-fiança, contratos de hipoteca, penhor e anticrese).

1.3.3 Coligação Voluntária

Por último, a coligação voluntária decorre da vontade das partes, sendo esta a própria fonte da coligação contratual, nas palavras de Francisco De Crescenzo Marino:

A vontade de estabelecer o nexo entre os contratos coligados não se põe, no entanto, como novo elemento do conceito de coligação contratual, mas concerne, mais propriamente, à fonte do nexo existente entre os contratos coligados e, portanto, à fonte da própria coligação⁶⁶.

Neste sentido, Michele Giorgianni apresenta os elementos característicos desta coligação: (i) nexo econômico ou funcional entre os negócios (elemento objetivo) e; (ii) a intenção de coordená-los em direção a um escopo comum (elemento subjetivo)⁶⁷. A presente coligação poderá advir de previsão contratual expressa ou de vínculo implícito, denominando-se de “coligação voluntária expressa” ou “coligação voluntária implícita”, sendo a última identificável pelo fim contratual concreto e as circunstâncias interpretativas⁶⁸.

Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda afirma que a vinculação dos contratos coligados poderá advir de cláusulas prevendo que a extinção de um contrato provocará a extinção dos demais; ou cláusula dispondo da necessidade de cumprimento de determinada disposição contratual quando a obrigação do outro contrato estiver

⁶⁶ MARINO, Francisco Paulo De Crescenzo. *Contratos coligados no direito brasileiro*. op.cit, p. 106.

⁶⁷ GIORGIANNI, Michele. *Negozi giuridico collegati, separata da Rivista italiana per le Scienze Giuridiche*. Roma: Soc. Ed. del <Foro italiano>, 1937, p. 58.

⁶⁸ MARINO, Francisco Paulo De Crescenzo. *Contratos coligados no direito brasileiro*. op.cit, p. 106.

adimplida⁶⁹. Nestas hipóteses, estar-se-á diante de uma coligação expressa. Exemplificando, Eduardo Takemi Kataoka cita o *Project Finance*, que se trata de uma modalidade de financiamento realizada por complexo de contratos coligados em prol de determinada finalidade comum⁷⁰. Dessa maneira, a coligação voluntária deriva exclusivamente da vontade das partes, sendo esta característica peculiar que a diferencia da coligação natural, pois esta tem como fonte a natureza de um dos negócios jurídicos, como é o caso dos contratos acessórios, cuja espécie exige a coligação, independentemente da vontade das partes.

1.4 Outras classificações

A primeira classificação de relevância na doutrina é a de Ludwig Ennecerus, na qual se apresentam as seguintes formas de conexão entre os contratos: (i) união meramente externa; (ii) união com dependência bilateral ou unilateral e; (iii) união alternativa⁷¹.

A união meramente externa não se trata de coligação propriamente dita, pois, segundo Antunes Varela, muitas vezes o vínculo entre os contratos é puramente exterior ou acidental. Seria o caso de contratos celebrados ao mesmo tempo (entre as mesmas pessoas) ou de constarem no mesmo título, mas que não tenham relação entre eles⁷².

Por exemplo, comprar um relógio e mandar consertar um outro junto ao mesmo joalheiro; ou, um empresário que contrata um técnico para realização de determinada tarefa e compra, ao mesmo tempo, o direito de utilizar certas patentes de sua invenção⁷³. Percebe-se que em ambos os casos inexistente interdependência contratual.

A conexão bilateral consiste na interdependência recíproca entre os contratos, enquanto na unilateral apenas um depende do outro. A título de exemplo da conexão

⁶⁹PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de direito privado. tomo III*. 3.ed. reimpressão. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1970, p. 181.

⁷⁰KATAOKA, Eduardo Takemi. *A coligação contratual*. op.cit, p. 102.

⁷¹ ENNECCERUS, Ludwig. *Derecho de Obligaciones: Doctrina Especial*. traducción de la 35.ed. Barcelona: BOSCH/Casa Editorial, 1935.

⁷²VARELA, Antunes. *Das obrigações em geral*. op.cit, p. 288-289.

⁷³ Idem, *Ibidem*.

unilateral, destaca-se o contrato de natureza acessória, que tende a seguir o destino do contrato principal (ex: contrato garantia)⁷⁴.

Ainda sobre esta classificação, Francisco De Crescenzo Marino diferencia as coligações de nexos bilateral e unilateral por meio do fim visado pela coligação:

O vínculo entre os contratos coligados possui índole funcional (normalmente) e finalística. Na coligação unilateral, este fim tem como principal ponto de referência o contrato principal, a qual o acessório se liga. Na coligação com dependência recíproca, o fim tende a ser equidistante em relação aos contratos coligados⁷⁵.

Em outras palavras, na coligação unilateral o fim visado é vinculado diretamente à execução do contrato principal, enquanto na bilateral o fim deriva da realização de ambos os negócios jurídicos, pois cada qual depende um do outro para satisfação da operação econômica desenvolvida.

Uma segunda classificação é abordada por Rodrigo Xavier Leonardo, o qual divide os contratos coligados em: (i) coligados em sentido estrito; (ii) coligados por cláusula expressa; e (iii) contratos conexos: (a) sentido estrito e (b) redes contratuais⁷⁶.

A coligação em sentido estrito se refere à interdependência por determinação da lei, também denominada de coligação *ex lege*. A coligação por cláusula expressa ocorre quando as partes expressamente preveem nos contratos dita conexão⁷⁷.

Por sua vez, os contratos conexos em sentido amplo são determinados pelo “nexo entre relações jurídicas contratuais diversas que compõem uma operação unificada animada por um propósito comum”. O referido nexo está a serviço de uma operação supracontratual⁷⁸. Essa espécie se subdivide ainda em “redes contratuais” e “contratos conexos em sentido estrito”: aqueles decorrem do nexo entre os contratos para fins de alcançar o consumidor final, enquanto estes se referem aos negócios celebrados entre

⁷⁴ BIANCA, Massimo. *Diritto Civile*. op.cit, p. 455.

⁷⁵ MARINO, Francisco Paulo De Crescenzo. *Contratos coligados no direito brasileiro*. op.cit, p. 133.

⁷⁶ LEONARDO, Rodrigo Xavier. *Os contratos coligados*. op.cit, p. 10.

⁷⁷ Idem, p. 11-12.

⁷⁸ LEONARDO, Rodrigo Xavier. *Os contratos coligados*. op.cit, p. 10.

sociedades empresariais ou entre particulares, nas quais inexistem desigualdade de posição entre as partes⁷⁹.

Além disso, é oportuno ressaltar a classificação do italiano Vincenzo Barba, na qual a fonte dos contratos emana do vínculo, dividindo-se a coligação nas seguintes espécies: (i) necessária, que advém de imposição legal; (ii) voluntária, que decorre da vontade das partes; e (iii) ocasional, cuja interdependência dos contratos decorre da formação de um mesmo documento⁸⁰. Em acréscimo, o autor apresenta uma segunda classificação, esta com base no critério temporal, com a divisão em duas espécies: (i) concursal, a qual decorre de nexos sincrônico entre os contratos, sendo que ambos cooperam para o mesmo resultado financeiro; e (ii) continuada ou sequencial, decorrente da coexistência efetiva entre os contratos⁸¹.

Diante disso, constatam-se algumas classificações de contratos coligados, as quais, em certa medida, se assemelham à divisão tripartite já exposta, isto é, legal, voluntária e natural; porém, também se diferenciam em suas denominações e funções.

1.5 Diferenciação com institutos similares

O estudo dos contratos coligados surge como contraposição à teoria dos contratos mistos, em razão de a última ignorar a chance de vinculação entre negócios jurídicos combinados⁸². Enquanto nos contratos mistos há apenas um único contrato, nos coligados há a pluralidade de contratos, sendo esta uma significativa diferença entre estas espécies contratuais.

Para Carlos Nelson Konder, os contratos coligados divergem do contrato misto, pois este advém de um único instrumento que contempla diversas espécies típicas; ao passo

⁷⁹ LEONARDO, Rodrigo Xavier. *Os contratos coligados*. op.cit, p. 10.

⁸⁰ BARBA, Vincenzo. La connessione tra i negozi e il collegamento negoziale. Parte prima. *Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile*, a. LXII, n. 3, p. 792, set. 2008, p. 792 e 118.

⁸¹ BARBA, Vincenzo. La connessione tra i negozi e il collegamento negoziale. op.cit, p. 792 e 118.

⁸² MARINO, Francisco Paulo De Crescenzo. *Contratos coligados no direito brasileiro*. op.cit., p. 117.

que na coligação é possível identificar uma função ulterior, alcançável apenas por diversos contratos⁸³.

Nos dizeres de Nelson Rosenvald e Cristiano Chaves de Farias: “os contratos mistos possuem característica unitária, resultando da fusão de dois ou mais contratos ou de partes de contratos distintos, ou ainda da participação de um contrato de aspectos próprios de outros”⁸⁴.

Sobre o tema, destaca-se a diferenciação trazida por Guido Alpa, na qual também se elucida a característica unitária dos contratos mistos, em contraposição aos coligados; em seus termos:

Dai negozi complessi e misti si distinguono i negozi collegati: essi sono negozi diversi e autonomia tra loro, collegati però da un nesso, che si dice funzionale; è solo lo scopo pratico che le parti vogliono conseguire che unisce i negozi collegati; mentre nel negozio complesso lo scopo è único, ed il contratto unico⁸⁵.

Já, na concepção de Álvaro Villaça Azevedo, contratos mistos são aqueles que “reúnem em seu corpo dois ou mais contratos típicos, ou dois ou mais contratos atípicos, ou, ainda, simultaneamente, as duas categorias mencionadas⁸⁶. Em outros termos, nos contratos mistos há apenas um instrumento contratual, podendo haver tanto uma combinação de contratos típicos como atípicos ou até de ambos, sendo, para tanto, criadas cláusulas específicas pelas partes, implicando na constituição de uma nova espécie contratual⁸⁷.

⁸³ KONDER, Carlos Nelson. *Contratos conexos: Grupos de contratos, redes contratuais e contratos coligados*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 183.

⁸⁴ ROSENVALD, Nelson; CHAVES, Cristiano. *Direito das Obrigações*. 4.ed. Rio de Janeiro Lumen Juris, 2010. p. 419.

⁸⁵ Tradução livre: Os negócios coligados distinguem-se dos negócios complexos e mistos: são negócios diferentes e autônomos, mas ligadas por um nexo, que se diz ser funcional; é apenas o objetivo prático que as partes desejam alcançar que une os negócios coligados; enquanto nos negócios complexos o objetivo é o mesmo, e o contrato é único”. In: ALPA, Guido. *Corso di Diritto Contrattuale*. Milano: CEDAM, 2006, p. 61-62.

⁸⁶ AZEVEDO, Álvaro Villaça. *Teoria geral dos contratos típicos e atípicos*. São Paulo: Atlas, 2002, p. 120.

⁸⁷ GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro*. vol. 03: Contratos e atos unilaterais. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 116.

Em acréscimo, para fins de diferenciação destes contratos, Daniel Eduardo Carnacchioni evidencia a autonomia dos contratos coligados, sendo tal característica inexistente nos contratos mistos, dispondo:

Nos contratos coligados ou conexos, há a agregação de vários negócios para a viabilização de uma operação econômica. No entanto, estes contratos coligados, ao contrário dos mistos, não perdem a sua autonomia. Cada um preserva a sua característica, peculiaridades e efeitos, pois são agregados e conectados para possibilitar uma determinada atividade econômica⁸⁸.

Ou seja, os contratos mistos, além se constituírem em único instrumento contratual, não possuem autonomia entre si; situação diversa dos contratos coligados, pois nestes últimos cada contrato possui sua individualidade própria e produz os seus efeitos, mas estão conectados para o alcance de uma função supracontratual.

A título exemplificativo, Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda cita como contratos mistos a empreitada mista (arts. 610, §1º e 611 do CC), o contrato de sociedade em que o sócio integraliza a sua quota do capital social sob a forma de prestação de serviços ou transmissão de domínio (arts. 1.005 e 1.006 do CC) e o contrato de transporte com prestação acessória de custódia (arts. 751 e 753, §4º do CC)⁸⁹.

Ademais, para Francisco De Crescenzo Marino, os contratos mistos necessariamente são formados por elementos típicos de vários contratos. Diante deste raciocínio, entende que, apesar de a doutrina sempre se preocupar em distinguir os contratos mistos dos coligados, há hipóteses nas quais um único instrumento contratual englobará outros negócios, mas tal situação não implicará a existência de contratos mistos, e sim propriamente um contrato único⁹⁰.

De forma exemplificativa, o autor cita o caso de locação de condomínio edilício por todos os condomínios, no qual haverá um único tipo contratual, que é a locação e, embora se constate um contrato único, não haverá contrato misto; nos seus termos:

⁸⁸ CARNACCHIONI, Daniel Eduardo. *Curso de direito civil: teoria geral das obrigações e dos contratos: institutos fundamentais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 668.

⁸⁹ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de direito privado*. op.cit, p. 179, 186 e 187.

⁹⁰ Idem, p. 115.

Figure-se um exemplo. Se todos os condôminos de determinado edifício decidem locá-lo ao mesmo locatário, tal operação econômica poderá ser estruturada sob a forma de um contrato único de locação, tendo por objeto o prédio como um todo, ou de vários contratos de locação, cada qual celebrado entre a locatária e o proprietário de uma das unidades autônomas. Na primeira hipótese ter-se-á contrato único típico e complexo (do ponto de vista subjetivo e volitivo), mas não se tratará de contrato misto⁹¹.

A respeito do tema, Francisco De Crescenzo Marino, ao mencionar as lições de Giorgio Oppo⁹², aponta, de forma sistemática, três coordenadas para diferenciar os contratos coligados daquele denominado contrato único, quais sejam: (i) limites dos tipos contratuais, sejam decorrentes da Lei ou jurisprudência; (ii) participação de vários interesses na relação jurídica ou relações jurídicas; e (iii) unidade ou diversidade instrumental, temporal e de contraprestação⁹³.

A partir destas coordenadas elucidadas, o contrato único existirá quando um tipo contratual consegue englobar diversas prestações contratuais no mesmo jogo ou se, havendo duas ou mais pessoas, o interesse em comum seja indissociável e reflita a operação econômica celebrada. Além disso, é necessária a compatibilidade temporal entre as prestações e, de forma secundária, a existência de unidade da contraprestação⁹⁴. Em outros termos, para Marino o contrato único seria somente no caso da existência de um tipo contratual com múltiplas prestações; já os contratos mistos, embora se constituam no mesmo instrumento contratual, necessariamente teriam de somar distintos tipos contratuais para constituição da operação econômica envolvida.

Diante do exposto, os contratos coligados se distinguem dos mistos, na medida em que estes, apesar da pluralidade de negócios jurídicos, constituem apenas um instrumento contratual e não possuem autonomia entre os contratos. Já os coligados decorrem da conexão entres os negócios jurídicos, os quais são autônomos, mas interligados pelo mesmo nexos funcional da cadeia, isto é, se interligam para o alcance de uma função ulterior. Ademais, são relevantes as lições trazidas por Francisco De

⁹¹ MARINO, Francisco Paulo De Crescenzo. *Contratos coligados no direito brasileiro*. op.cit, p. 115.

⁹² OPPO, Giorgio. *Contratti parasociali*. Milano: Dottor Francesco Vallardi, 1942, p. 522.

⁹³ MARINO, Francisco Paulo De Crescenzo. *Contratos coligados no direito brasileiro*. op.cit p. 119.

⁹⁴ Idem, Ibidem.

Crescenzo Marino acerca da distinção entre contrato único e contratos mistos, segundo o qual o primeiro se refere à união de prestações diante de apenas um tipo contratual, enquanto o segundo necessariamente agrega diversos tipos contratuais em um mesmo instrumento contratual, sendo ambos evidentemente diversos dos contratos coligados.

2. EFEITOS DA COLIGAÇÃO CONTRATUAL

Consoante já exposto neste trabalho, os contratos coligados são interligados entre si por um nexo funcional, vindo cada qual a cooperar para o alcance do fim visado pela cadeia. Assim, existindo conexão entre os negócios, constata-se a importância de identificar a propagação dos efeitos de um ou mais contratos sobre os demais, até porque a ausência do elemento conexão, em regra, afastaria a expansão dos efeitos⁹⁵.

Neste sentido, tendo em vista que cada coligação possui suas próprias circunstâncias e causa concreta, os efeitos tendem a variar conforme o caso. Sobre o tema, Pedro Pais de Vasconcelos afirma que a coligação contratual poderá ser mais ou menos intensa e mais ou menos complexa⁹⁶.

Na mesma linha, Francisco De Crescenzo Marino aponta critérios para auxiliar na identificação dos efeitos, os quais denomina de fatores de intensidade. Para o autor, a coligação contratual celebrada entre as mesmas partes tem mais aptidão para produzir efeitos se comparada com uma coligação formada por partes distintas, sendo que outro fator de intensidade seria a coexistência de contratos coligados⁹⁷.

Sobre o segundo fator elucidado, na hipótese de existir uma coligação entre um contrato de execução instantânea e outro de duração, a tendência é a diminuição da propagação de efeitos. Neste caso de desconstituição *ex nunc* do contrato de duração, entretanto, não é provocada a ineficácia superveniente do contrato de execução instantânea.

De todo modo, a análise de cada caso concreto será essencial para averiguar o grau de intensidade da conexão entre os contratos. Neste sentido, buscando aferir se há propagação dos efeitos, Francisco De Crescenzo Marino evidencia a necessidade de se interpretar os negócios jurídicos envolvidos e suas circunstâncias⁹⁸.

⁹⁵ NANNI, Giovanni Ettore. Contratos coligados. op.cit, p. 262.

⁹⁶ VASCONCELOS, Pedro Pais de. *Contratos atípicos*. 2.ed. Coimbra: Almedina, 1996, p. 224.

⁹⁷ MARINO, Francisco Paulo De Crescenzo. *Contratos coligados no direito brasileiro*. op.cit, p. 142.

⁹⁸ Idem, p.144.

Entretanto, apesar de não se ignorar a possibilidade de a coligação implicar diversas consequências jurídicas aos contratos, as quais dependerão da análise de cada caso concreto, não se pretende neste trabalho esgotar a análise dos efeitos inerentes à coligação contratual.

Assim, a seguir serão demonstrados alguns dos principais efeitos dos contratos coligados, os quais são de significativa importância para a análise dos contratos celebrados entre a distribuidora e o revendedor de combustível, que serão abordados nos tópicos seguintes.

2.1 Interpretação dos contratos coligados

Inicialmente, é imperioso apresentar o conceito de interpretação, a qual se assemelha à significação, a dar sentido as coisas e objetos. Nas palavras de Carlos Maximiliano:

interpretar é explicar, esclarecer; dar significado de vocábulo, atitude ou gesto; reproduzir por outras palavras um pensamento exteriorizado; mostrar o sentido verdadeiro de uma expressão; extrair, de frase, sentença ou norma, tudo o que na mesma se contém⁹⁹.

Sobre o tema, Tárek Moussallen assim ensina: “Compreender é interpretar. Interpretar é atribuir sentido aos suportes físicos em que o objeto linguístico se manifesta¹⁰⁰.”

Neste sentido, é a lição de Gadamer: “a forma de realização da compreensão é a interpretação, todo compreender é interpretar e toda interpretação se desenvolve em meio a uma linguagem que pretende deixar falar o objeto e ao mesmo tempo a linguagem própria de seu intérprete”¹⁰¹.

⁹⁹ MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*. 16.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997, p. 09.

¹⁰⁰ MOUSSALLEM, Tárek. A Lógica como técnica de análise do direito. In: CARVALHO, Paulo de Barros (Org.). *Construtivismo Lógico Semântico*. Vol. I. Capítulo II. Coordenação: Paulo de Barros Carvalho. São Paulo: Noeses, 2014, p. 167.

¹⁰¹ GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. Trad. Flávio P. Meurer, 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 467.

Ademais, Lourival Vilanova esclarece que “interpretar é atribuir valores aos símbolos, isto é, adjudicar-lhes significações e, por meio dessas, referências a objetos”¹⁰². Deste modo, sem a interpretação, não há que se chegar no valor das coisas, pois o seu valor é construído mediante o universo cultural do intérprete.

Por sua vez, Massimo Bianca, tratando acerca do papel da interpretação perante a esfera contratual, entende que aquela determina o significado objetivo do acordo, isto é, o seu conteúdo substancial¹⁰³. Neste sentido, o interpretar implica aferir o conteúdo do contrato celebrado entre as partes.

Assim sendo, a interpretação consiste em atribuir sentido às coisas e tem o condão de auxiliar na aferição do conteúdo dos contratos. Por conseguinte, é imprescindível determinar sua função no âmbito dos contratos coligados.

A este respeito, Francisco De Crescenzo Marino afirma que a interpretação serve para identificação dos contratos coligados, mas também para definir a intensidade da coligação contratual¹⁰⁴. Para o autor, a interpretação deverá ter como base as regras hermenêuticas do Código Civil, disciplinadas em seus artigos 112 e 113¹⁰⁵, cujas transcrições ora se destacam:

Art. 112. Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.

Art. 113. Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.

§ 1º A interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o sentido que:

I - for confirmado pelo comportamento das partes posterior à celebração do negócio;

II - corresponder aos usos, costumes e práticas do mercado relativas ao tipo de negócio;

III - corresponder à boa-fé;

IV - for mais benéfico à parte que não redigiu o dispositivo, se identificável; e;

V - corresponder a qual seria a razoável negociação das partes sobre a questão discutida, inferida das demais disposições do negócio e da

¹⁰² VILANOVA, Lourival. *Universo das formas lógicas e o direito*. Escritos jurídicos-filosóficos. vol. 1. São Paulo: IBET/Axis Mundi, 2003, p. 15.

¹⁰³ “Funzione dell’interpretazione è quella di accertare il significato obiettivo dell’accordo, cioè il contenuto sostanziale del contratto”. In: BIANCA, Massimo. *Diritto civile*. op.cit, p. 380.

¹⁰⁴ MARINO, Francisco Paulo De Crescenzo. *Contratos coligados no direito brasileiro*. op.cit, p. 145.

¹⁰⁵ Idem, p. 146.

racionalidade econômica das partes, consideradas as informações disponíveis no momento de sua celebração.

§ 2º As partes poderão livremente pactuar regras de interpretação, de preenchimento de lacunas e de integração dos negócios jurídicos diversas daquelas previstas em lei.

A respeito da interpretação dos contratos, ressalte-se que a Lei de Liberdade Econômica (13.874/2019) trouxe mudanças ao Código Civil, em especial, no tocante à inserção dos parágrafos 1º e 2º no art. 113, visando aprimorar o auxílio ao intérprete dos contratos.

As alterações da aludida Lei promovidas no Código Civil inserem-se numa compreensão de que os institutos de direito privado ostentam potencial para minimizar ou ampliar os custos de transação, reduzir ou estender os obstáculos para a circulação de riqueza, para o empreendedorismo e, em última análise, alicerçam um ambiente (favorável ou hostil) ao exercício da liberdade econômica)¹⁰⁶.

Neste sentido, a Lei de Liberdade Econômica tem como pressuposto proporcionar maior liberdade aos contratantes, ao mesmo tempo em que amplia a segurança jurídica das relações negociais, dando-lhes tratamento igualitário nas relações de contratos empresariais e cíveis, com exceção daqueles contratos tratados por leis específicas, tais como os contratos regidos pelo Código de Defesa do Consumidor.

De toda sorte, a respeito do art. 112 do Código Civil, sua previsão permaneceu a mesma e, como tal, Guilherme Carneiro Monteiro Nitschke assevera que referido dispositivo legal funciona como “postulado normativo” de toda interpretação contratual e, ao afirmá-lo, estar-se-á sustentando que a intenção comum é critério de aplicação de outras normas (princípios e regras) e consiste em “diretriz metódica” a qual conduz o aplicador na interpretação destas¹⁰⁷.

¹⁰⁶ RODRIGUES JÚNIOR, Otavio Luiz. A lei da liberdade econômica e as transformações no Código Civil Brasileiro. In: GOERGEN, Jerônimo. *Liberdade econômica: o Brasil livre para crescer*. s.n.t., p. 123.

¹⁰⁷ NITSCHKE, Guilherme Carneiro Monteiro. Comentário ao artigo 113 §§1o e 2o do Código Civil: interpretação contratual a partir da Lei da Liberdade Econômica. *Direito privado na lei da liberdade econômica*. Comentários. MARTINS-COSTA, Judith; NITSCHKE, Guilherme Carneiro Monteiro (coord.). São Paulo, SP: Almedina, 2022, p. 326.

Por sua vez, o art. 113 do Código Civil, ao aludir a alguns dos critérios de interpretação, refere àqueles instrumentos óticos que permitem ao intérprete descobrir essa intenção comum (*rectius*: a disciplina que se tornou controversa)¹⁰⁸

Desta forma, no §1º do art. 113 do CC, foram incluídos critérios como forma de auxiliar ao intérprete a aferição vontade comum dos contratantes, tais como, averiguar: (i) o comportamento das partes posterior à celebração do negócio; (ii) se o contrato corresponde aos usos, costumes e práticas do mercado relativas ao tipo de negócio; (iii) se está de acordo com a boa-fé contratual; (iv) se o contrato é mais benefício à parte que não redigiu o dispositivo e; (v) qual a razoável negociação das partes sobre o objeto do contrato¹⁰⁹.

¹⁰⁸ NITSCHKE, Guilherme Carneiro Monteiro. Comentário ao artigo 113 §§1o e 2o do Código Civil: interpretação contratual a partir da Lei da Liberdade Econômica. *Direito privado na lei da liberdade econômica*. op.cit, p. 367.

¹⁰⁹Sobre o inc. I do §1º do art. 113: “Na aplicação do dispositivo, há que se tomar a cautela de não afastar o objetivismo que deve pautar a extração do significado da declaração negocial (art. 112 do Código Civil), evitando-se que a mudança de comportamento posterior à formação do vínculo, de apenas uma das partes, possa alterar o que restou consubstanciado na declaração, implicando não só abalo do conteúdo ajustado como também frustração da expectativa criada na contraparte e em insegurança jurídica. Por conseguinte, a tarefa do intérprete consistirá em valorar o comportamento que é juridicamente relevante” (MENKE, Fabiano. Livro III: Dos fatos jurídicos. In: NANNI, Giovanni Ettore (coord.). *Comentários ao Código Civil*. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021, p.125).

Sobre o in. II do §1º do art. 113: Usos e costumes: Cuida-se dos usos negociais, que terão função interpretativa. Os costumes, por seu turno, consistem em usos-regras, alçados que são a um nível superior de normatividade, para figurarem, em virtude da longa duração de determinadas práticas, como regras jurídicas de índole costumeira (NITSCHKE, Guilherme Carneiro Monteiro. *Lacunae contratuais e interpretação: história, conceito e método*. São Paulo: Quartier Latin, 2019, p. 487). Os costumes, portanto, podem ser cogitados como regra contratual. As práticas, por outro lado, são mais localizadas e concretas, no âmbito da esfera jurídica de partes determinadas. (MENKE, Fabiano. Livro III: Dos fatos jurídicos. op. cit, p. 126). No tocante ao inc. III I do §1º do art. 113: A Lei n. 13.874 manteve a redação do caput do art. 113 originário, que já estipulava que os negócios jurídicos deverão ser interpretados conforme a boa-fé. Como ensina Clovis do Couto e Silva, a boa-fé é uma regra de conduta, a qual engloba todos os que participam do vínculo negocial e estabelece, entre eles, um elo de cooperação, em face do fim objetivo a que visam (SILVA, Clóvis Veríssimo do Couto e. *A obrigação como processo*. São Paulo: José Bushatsky, 1976, p.35). Já a redação do inc. IV, §1º do art. 113 estampa a regra contra *proferentem*, que enuncia uma diretriz interpretativa desfavorável àquele que redigiu, o predisponente, e favorável àquele que não redigiu determinado dispositivo negocial. Assim, deve-se observar que a regra tem por finalidade buscar o sentido que “for mais benéfico à parte que não redigiu o dispositivo”, no sentido de dispositivo negocial, ou seja, item, cláusula ou disposição, permitindo inferir que nos negócios bilaterais, como nos contratos paritários, as partes podem não só ter discutido o conteúdo do programa contratual, bem como dividido a tarefa da redação (MENKE, Fabiano. Livro III: Dos fatos jurídicos.p.126). Por fim, o inciso V, §1º do art. 113 prevê a possibilidade de, na tarefa interpretativa acerca da disposição discutida, realizar esforço de posterior construção de qual teria sido a razoável negociação das partes acerca do ponto conflituoso. No caso do inciso em comento, a razoável negociação entre as partes deve ser recomposta a partir de alguns critérios,

Ainda acerca das inovações trazidas pela Lei de Liberdade Econômica, é imperioso destacar a modificação referente ao tratamento dos contratos. Isso porque, o art. 7º da Lei 13.874/2019 reformou o Código Civil vigente para alterar o texto do art. 421 do Código Civil que vigorava desde 2003, do seguinte modo: “art. 421. A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social dos contratos”.

A redação, após a alteração passou a ter o seguinte texto: “Art. 421. A liberdade contratual será exercida nos limites da função social do contrato. Parágrafo único. Nas relações contratuais privadas, prevalecerão o princípio da intervenção mínima e a excepcionalidade da revisão contratual.”

O texto do parágrafo único foi introduzido pela Lei n. 13.874/2019, que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica e estabelece garantias de livre mercado. Na esteira do disposto nos art. 1º, § 2º, art. 2º, incs. I e III, art. 3º, incs. III, V e VIII, da Lei n. 13.874/2019, a norma reforça a tutela da autonomia privada, ao esclarecer que os contratantes podem prever parâmetros objetivos tanto a propósito de interpretação do respectivo negócio jurídico, no que dialoga com o art. 113, § 2º, do Código Civil, como sobre os pressupostos necessários à sua revisão ou resolução¹¹⁰.

A disposição constante no parágrafo único que “positiva” o “princípio da intervenção mínima” é a repetição de um dos princípios da Lei da Liberdade Econômica, já consubstanciada no art. 2º, III, segundo o qual estabelece “a intervenção subsidiária e excepcional do Estado sobre o exercício de atividades econômicas”.

Nos termos do caput do art. 421, “a liberdade contratual será exercida nos limites da função social do contrato”. As alterações inseridas na redação original do dispositivo estabelecem normas de proteção à livre-iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica. O aperfeiçoamento legislativo manteve a essencialidade da função social no

como o das demais disposições do negócio e o da racionalidade econômica das partes, sempre em consideração às informações disponíveis no momento da celebração, e não posteriormente (MENKE, Fabiano. Livro III: Dos fatos jurídicos, p. 126).

¹¹⁰ ZANETTI, Cristiano. Título V: Dos contratos em geral. In: NANNI, Giovanni Ettore. *Comentários ao Comentários ao Código Civil: direito privado contemporâneo*. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021, p. 431/479.

direito contratual, como cláusula geral de grande envergadura e com fins ainda imprecisos¹¹¹.

Nas relações entre os contratantes, a função social serve para preservar a finalidade do contrato. Se, por razão estranha ao controle dos contratantes, a execução das prestações não mais se presta a atender à finalidade visada, o contrato carece de função social e deve ser extinto. Em adição, a função social também tem sido considerada relevante para disciplinar as relações entre contratantes e terceiros¹¹².

Em acréscimo, foi incluído o art. 421-A ao referido diploma legal, no qual se prevê a presunção de paridade das partes da celebração de contratos civis e empresariais; ao dispor:

Art. 421-A. Os contratos civis e empresariais presumem-se paritários e simétricos até a presença de elementos concretos que justifiquem o afastamento dessa presunção, ressalvados os regimes jurídicos previstos em leis especiais, garantido também que: (Incluído pela Lei n. 13.874, de 20-9-2019.)

I – as partes negociantes poderão estabelecer parâmetros objetivos para a interpretação das cláusulas negociais e de seus pressupostos de revisão ou de resolução;

II – a alocação de riscos definida pelas partes deve ser respeitada e observada; e

III – a revisão contratual somente ocorrerá de maneira excepcional e limitada.

O caput e o inciso II do art. 421-A têm origem no art. 7º da MPV 881/2019, que incluía o art. 480-B no CC/2002, com a seguinte redação: “Nas relações interempresariais, deve-se presumir a simetria dos contratantes e observar a alocação de riscos por eles definida”.

Igualmente em linha com o disposto nos arts. 1º, § 2º, art. 2º, incs. I e III, art. 3º, incs. III, V e VIII, da Lei n. 13.874/2019, bem como com o disposto no art. 421, parágrafo único, do Código Civil, o dispositivo reitera a intangibilidade do pactuado como regra e,

¹¹¹ ROSENVALD, Nelson. Livro I: Do direito das obrigações. In: GODOY, Claudio Luiz Bueno de [et al.] *Código Civil comentado: doutrina e jurisprudência*; coordenação Cezar Peluso. 15. ed. Barueri [SP]: Manole, 2021, p. 451.

¹¹² ZANETTI, Cristiano. Título V: Dos contratos em geral. op.cit, p. 442.

portanto, o caráter excepcional e limitado da revisão do que foi ajustado pelas partes, passível de ser levada a efeito apenas se houver previsão convencional ou legal que a autorize¹¹³.

Os contratos civis e empresariais presumem-se celebrados entre iguais e, por isso, estão sujeitos às regras gerais do Código Civil. Isso significa que as diferenças que sempre existem entre os contratantes não soem ser relevantes à aplicação do regramento legal.

Há, entretanto, exceções, por exemplo, a disciplina da lesão, cuja incidência tem lugar se o contratante se obriga a prestação manifestamente desproporcional, sob premente necessidade ou por inexperiência, nos termos do art. 157 do Código Civil, bem como a disciplina do contrato civil por adesão, prevista no art. 424 do Código Civil, que somente é chamada a incidir se o contrato foi celebrado por meio da aceitação de cláusulas gerais predispostas, cujo conteúdo não podia ser verdadeiramente posto em discussão pelo aderente¹¹⁴.

Em relação aos três incisos do art. 421-A, a autonomia privada viabiliza que, em contratos paritários interempresariais e intercivis, os contratantes envidem uma gestão de riscos, precavendo-se contra eventuais vicissitudes ao longo do iter obrigacional, estabelecendo a equação econômica que fundamenta a correspectividade do contrato. A Lei n. 13.874/2019 (Lei da Liberdade Econômica) revigorou a autodeterminação em termos de primazia de soluções consensuais em detrimento da heteronomia judicial, valorizando a alocação de riscos¹¹⁵.

Deste modo, a Lei da liberdade econômica ampliou os critérios para auxílio na interpretação dos contratos, bem como reforçou a autonomia privadas dos contratantes,

¹¹³ ZANETTI, Cristiano. Título V: Dos contratos em geral. op.cit, p. 442.

¹¹⁴ Idem, p. 443.

¹¹⁵ ROSENVALD, Nelson. Livro I: Do direito das obrigações. In: GODOY, Claudio Luiz Bueno de [et al.] *Código Civil comentado: doutrina e jurisprudência*; coordenação Cezar Peluso. 15. ed. Barueri [SP]: Manole, 2021, p. 451.

sendo estes livres para prever os critérios de interpretação e pressupostos da revisão e resolução contratual.

Nesta esteira, a partir da referida Lei, nos contratos empresariais, como é o caso dos contratos celebrados entre a distribuidora e o revendedor de combustível, os quais serão analisados nos capítulos 3 e 4 deste trabalho, há paridade entre os contratantes, de modo que cada qual assume os riscos inerentes aos negócios jurídicos pactuados, sendo a revisão medida excepcional, cuja ocorrência derivará de previsão convencional ou legal.

Diante das considerações a respeito da Lei de liberdade econômica e suas implicações na forma de tratamento dos contratos regidos pelo Código Civil, o estudo se volta a aferir qual o papel da interpretação perante os contratos coligados.

Neste sentido, segundo Inocêncio Galvão Telles, para identificar se as partes quiseram ou não o vínculo de dependência, é necessário apurar segundo as regras de interpretação dos contratos¹¹⁶.

Coadunando deste raciocínio, Giovanni Ettore Nanni entende que a interpretação é importante para identificação dos contratos coligados, “tendo a hermenêutica grande relevância, especialmente nos casos de coligação voluntária”¹¹⁷.

Ainda, segundo Nanni, a interpretação dos contratos não deve ficar limitada às teorias clássicas, mesmo porque os pactos se fundem na arte de elucidar o significado das declarações e definir o que foi objeto de consenso¹¹⁸.

Para o autor: “É sempre preciso, em matéria contratual, procurar a vontade comum, interpretar as declarações contratuais, a fim de perceber em que medida as partes

¹¹⁶ TELLES, Inocêncio Galvão. *Manual dos contratos em geral*. 4.ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2002, p. 476.

¹¹⁷ NANNI, Giovanni Ettore. *Contratos coligados*. op.cit, p. 267.

¹¹⁸ Idem, p. 268.

desejaram se vincular e, tratando-se de coligação, até onde quiseram os efeitos jurídicos dessa coligação¹¹⁹.

Em outros termos, a interpretação serve para identificar a existência de coligação, mas também auxilia na aferição da vontade comum das partes, visando mensurar a intensidade da conexão e a propagação dos seus efeitos.

Nesta esteira, Carlos Nelson Konder expõe acerca da necessidade de um critério mais amplo, pois o reconhecimento do conceito de contratos conexos origina diversos efeitos no âmbito da interpretação das cláusulas contratuais, na medida em que autoriza ao intérprete buscar o amparo não apenas no negócio objeto, mas também nos outros negócios vinculados a este em virtude da persecução de uma função comum.¹²⁰

Assim, tendo em vista a complexidade dos contratos coligados e para fins de identificá-los, é relevante a aplicação da interpretação sistemática, a qual é definida por Pothier como sendo “o dever de interpretar uma cláusula pelas outras cláusulas contidas no ato, anteriores ou posteriores à referida cláusula”¹²¹.

Nesta linha, Massimo Bianca entende que tal interpretação não é subsidiária, mas sim de significativa importância, pois a leitura individual de uma cláusula não resulta na compreensão da integralidade do contrato, sendo imprescindível a análise conjunta das cláusulas para concepção da relação contratual; em suas palavras:

Occorre ribadire che il criterio sistematico non è sussidiario, no è cioè un criterio al quale si debba ricorrere quando risulti dubbio il significato della singola clausola. In realtà, l'interpretazione della singola clausola che non tenga conto del testo complessivo rischia di fraintenderne il significato in quanto anche una clausola apparentemente chiara deve essere vista e intesa nell'unitario insieme del contratto¹²².

¹¹⁹ NANNI, Giovanni Ettore. *Contratos coligados*. op.cit, p. 259.

¹²⁰ KONDER, Carlos Nelson. *Contratos conexos: Grupos de contratos*. op.cit p. 198.

¹²¹ POTHIER. R. J. *Tratado de las Obligaciones*. Editora Atalaya. Buenos Aires. 1947.p. 62.

¹²² Em tradução livre: É necessário reiterar que o critério sistemático não é subsidiário, ou seja, não é um critério a ser usado quando o significado da cláusula individual é duvidoso. Na realidade, a interpretação da cláusula única que não leva em conta o texto como um todo arrisca compreender mal seu significado, uma vez que até mesmo uma cláusula aparentemente clara deve ser vista e entendida no conjunto unificado do contrato. In: BIANCA, Massimo. *Diritto civile*. op.cit, p. 403.

Por sua vez, Luis Díez Picaso defende a relevância da interpretação sistemática na aferição de contratos coligados, pois a análise não se limita às cláusulas de um contrato isolado, mas sim é oportuna a avaliação conjunta dos contratos para, assim, identificar se existe uma finalidade econômica entre eles¹²³.

Nesta esteira, Francisco De Crescenzo Marino disserta sobre a necessidade de interpretação globalizada dos contratos coligados, a qual deve ser conjunta¹²⁴. Isso porque, “muito embora cada um deles mantenha a sua individualidade e o próprio conteúdo, muitas cláusulas contratuais somente poderão ser compostas a partir de elementos presentes nos textos de todos os contratos envolvidos”.

Por fim, o autor complementa: “Com efeito, não é raro que cláusulas de um contrato sejam “completadas” por dispositivos contidos em contrato coligado”¹²⁵.

Nesta linha, Humberto Theodoro complementa: A revisão das bases de um dos contratos coligados, portanto, não pode ser feita sem indagar-se da posição do negócio dentro do grupo e dos reflexos que a inovação haverá de produzir na “unidade finalística” da operação econômica em jogo.¹²⁶

Do mesmo modo, para António Menezes de Cordeiro, perante contratos unidos, em cadeia ou em cascata, a interpretação das declarações deverá ser realizada em conjunto; caso contrário, ao se interpretar da forma normal, as declarações negociais poderão vir a receber sentidos diversos daqueles inerentes aos contratos antecedentes que estão coligados entre si¹²⁷.

¹²³ “No solo entra en juego en relación con las diversas cláusulas de un mismo contrato, sino también en la relación que varios contratos puedan tener dentro de una unidad comercial compleja cuando varios contratos se hayan celebrado para conseguir una única finalidad económica”. In: DÍEZ-PICAZO, Luis. *Fundamentos del derecho civil patrimonial*. v. 1. 5. ed. Madrid: Civitas, 1996. p. 374.

¹²⁴ MARINO, Francisco Paulo De Crescenzo. *Contratos coligados no direito brasileiro*. op.cit, p. 147-148.

¹²⁵ Idem, p. 149.

¹²⁶ THEODORO JÚNIOR, Humberto. Locação comercial coligada com promessa de venda e compra - desequilíbrio econômico do negócio - revisão contratual - princípio da boa-fé objetiva. *Revista Magister de Direito Empresarial, Concorrencial e do Consumidor*, Porto Alegre, v. 05, n. 27, p. 73-97, jun./jul. 2009.p. 92

¹²⁷ CORDEIRO, António Menezes de. *Tratado de direito civil português*. Coimbra: Almedina, v. 2, tomo 2, direito das obrigações, 2010, p. 280.

Em acréscimo, Emília Belo evidencia a necessidade da análise da coligação como um todo, na hipótese em que o intérprete esteja avaliando a possibilidade de existência de cláusulas abusivas em determinado negócio jurídico, visto que “uma cláusula, que poderia ser considerada abusiva no âmbito de um único contrato, pode na verdade ser lícita quando vista no âmbito da coligação”¹²⁸.

Assim, a título exemplificativo, a autora cita a relação entre o contrato principal e o dependente, na qual, analisando o caso concreto sistematicamente, verificou a impossibilidade de manter simultaneamente os contratos, em razão de haver incongruências entre as cláusulas contratuais e, por conseguinte, concluiu pela necessária extinção de um deles antes do seu termo final; em seus termos:

Se o contrato principal for com prazo indeterminado e o dependente com prazo determinado, não existirá a possibilidade de estes contratos possuírem vigência simultânea, pois a extinção do contrato principal não atingirá o contrato dependente vigente, que possui prazo certo para ser extinto. Novamente, o que pode ocorrer é se verificar, no caso concreto, que houve erro nas declarações das partes, devendo ser extinto o contrato dependente, antes de findado o seu prazo contratual, por não ter sentido a sua vigência após a extinção do principal¹²⁹.

Desta forma, a interpretação sistemática dos contratos coligados implica na análise das cláusulas de todos os contratos pertencentes à cadeia, a fim de constatar a existência de uma coligação contratual, mas também de compreender o significado das cláusulas e os efeitos de cada contrato perante o complexo coligado.

Ademais, para fins de interpretação dos contratos coligados há de se ressaltar a importância das circunstâncias negociais. Sobre o tema, é assertiva a lição de Antônio Junqueira Azevedo, segundo a qual “o negócio jurídico é o negócio jurídico e todas as suas circunstâncias”¹³⁰.

Segundo Emilio Betti, o importante não é a literalidade da linguagem, mas a situação objetiva do negócio jurídico, ou seja, o complexo de circunstâncias constitutivas da

¹²⁸. BELO, Emília. *Os efeitos decorrentes da coligação de contratos*, op.cit, p. 187-188.

¹²⁹ Idem, p. 192.

¹³⁰ AZEVEDO, Antônio Junqueira de. *Negócio Jurídico, Existência, Validade e Eficácia*. 4.ed. Saraiva: São Paulo, 2002, p. 120.

moldura da declaração negocial, no qual ela assume o seu significado típico e seu valor¹³¹.

Consoante as lições do referido autor, Francisco De Crescenzo Marino evidencia a necessidade de analisar todas as circunstâncias para interpretação conjunta dos contratos¹³². Assim, de forma exemplificativa, elenca-as:

O rol das circunstâncias interpretativas relevantes compreende, exemplificativamente: (i) o tempo e o lugar (não só da conclusão do contrato, mas também de sua execução); (ii) a qualidade das partes envolvidas e a eventual relação existente entre eles; (iii) o comportamento dos contratantes nas tratativas e na fase de formação do contrato; (iv) o comportamento dos contratantes posterior à conclusão do contrato; e (v) as qualidades do bem que é objeto da prestação¹³³.

Desta forma, a análise das circunstâncias é de significativa relevância para fins de interpretação dos contratos, sendo, portanto, oportuna a observação do tempo e lugar das contratações, da qualidade das partes contratantes, dos seus comportamentos tanto na celebração como na execução dos contratos e, ainda, da qualidade dos bens objeto das contratações.

A respeito das circunstâncias para fins de interpretação, ressalte-se o método da concreção defendido por Judith Martins Costa, que se refere à construção do significado da norma jurídica, levando-se em consideração as circunstâncias concretas do caso analisado em sua correlação com determinados elementos, a saber, os princípios, os postulados normativos e as regras jurídicas¹³⁴.

Neste sentido, Judith Martins Costa defende a necessidade de se ater às circunstâncias do caso¹³⁵, pois para cada contrato serão as circunstâncias que darão o

¹³¹ BETTI, Emilio. *Teoria generale del negozio giuridico*. op.cit, p. 325.

¹³² MARINO, Francisco Paulo De Crescenzo. *Contratos coligados no direito brasileiro*. op.cit, p. 149.

¹³³ Idem, p. 149.

¹³⁴ MARTINS-COSTA. O método da concreção e a interpretação dos contratos: primeiras notas de uma leitura suscitada pela Código Civil. In: NANNI, Giovanni Ettore (Coord.). *Temas relevantes do direito civil contemporâneo: reflexões sobre os cinco anos do Código Civil*. Estudos em homenagem ao professor Renan Lotufo. São Paulo: Atlas, 2008, p. 486.

¹³⁵ O interprete deve ter presente que o negócio jurídico “jamais” é formado tão somente por manifestações de vontade, nem mesmo apenas por condutas, mas igualmente por determinadas circunstâncias que o cercam”. In: LUDWIG, Marcos. *Usos e costumes no processo obrigacional*. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2005, p. 112.

tom, pelo qual devem ser ponderados e sopesados os princípios e regras contratuais; tendo importância decisiva no modo e na escala de aplicação dos princípios, permitindo discernir entre o seu valor facial, meramente normativo, e o seu valor propriamente hermenêutico¹³⁶.

O exame das “circunstâncias do caso” implica a consideração do inteiro comportamento dos contraentes, avaliando-se, inclusive, efeitos que o comportamento negocial provoca na esfera jurídica alheia, concretamente considerada: seja a conduta anterior à conclusão do negócio, seja a posterior, por conta do princípio da confiança¹³⁷. Essas circunstâncias formam o contexto da declaração, permitindo detectar, com caráter de objetividade, a intenção consubstanciada na declaração (art. 112, in fine), pois o Código acolheu a teoria da confiança, que configura, em termos de ciência jurídica, a adstrição a um princípio objetivo, mas sujeito à determinação do caso, isto é, sujeito à concretização¹³⁸.

A respeito do método da concreção, Susete Gomes, em estudo sobre os contratos complexos, ressalta que, para fins de interpretar os contratos com base na concreção, é imperioso partir-se do sopesamento entre os elementos fáticos e jurídicos envolvendo a relação contratual, para, assim, interpretar os negócios jurídicos celebrados; em suas palavras:

Nesse sentido, nos contratos complexos, como sistemas contratuais, o primeiro sopesamento deve ser entre os elementos fáticos e os elementos normativos advindos da relação contratual: O planilhamento de todos os elementos e as circunstâncias que de fato compõe a relação contratual. Sem esse desenho, ou melhor, sem esse filme – tendo em vista que a relação é dinâmica e se realiza com o decorrer do tempo -, não se terão elementos fáticos a ser entrelaçados com princípios, as cláusulas gerais e as regras legais (quando incidentes) para que possa ser realizada a interpretação sistemática fundada na concreção¹³⁹

¹³⁶ MARTINS-COSTA. O método da concreção e a interpretação dos contratos: primeiras notas de uma leitura suscitada pela Código Civil. op.cit, p. 493.

¹³⁷ Idem, p. 494-495.

¹³⁸ Idem, Ibidem.

¹³⁹ GOMES, Susete. *Paradigmas para a interpretação dos contratos complexos*. São Paulo: Editora IASP, 2018, p, 234.

Deste modo, o método da concreção é a análise das circunstâncias de cada caso concreto em conjunto com os princípios e normas aplicáveis a relação constituída, a fim de aferir a intenção consubstanciada na declaração contratual e seus efeitos perante a ordem jurídica.

Por fim, é oportuno apresentar as lições de Neimar de Amorim Batista e Ana Rosa de Amorim, os quais defendem a adoção de um método lógico-sistemático para interpretação dos contratos coligados, “visto que a exigência de coerência interna e o afastamento de contradições conduzem a uma análise lógica e a necessidade de cotejo das disposições contratuais e destas com a legislação leva a uma análise sistemática.”¹⁴⁰

Com efeito, “não basta apenas buscar a coerência interna num único instrumento contratual: é preciso ainda que essas disposições se harmonizem com a dos demais instrumentos contratuais, numa movimentação interpretativa tanto vertical como horizontal”¹⁴¹.

Diante do exposto, a interpretação tem o condão de determinar o significado objetivo dos contratos, ou seja, o seu conteúdo substancial, sendo de relevante importância para as coligações contratuais, na medida em que serve tanto para identificá-las, como para aferir a intensidade da conexão e, assim, constatar quais os seus efeitos.

Quanto aos métodos de interpretação dos contratos coligados, a doutrina invoca o sistemático, em razão da necessidade de interpretar conjuntamente os contratos, com intuito de identificar a existência de fim comum entre eles, mas também de compreender as cláusulas contratuais, pois estas muitas vezes serão compostas com elementos textuais dos demais contratos.

Além disso, à luz da importância das circunstâncias negociais para interpretação dos contratos, é oportuna a utilização do método da concreção como forma de auxiliar na análise dos contratos coligados, a partir da relação das circunstâncias de cada caso

¹⁴⁰ BATISTA, Neimar; DE AMORIM, Ana Rosa. Os contratos coligados e sua sistemática interpretativa. In: *Revista do Direito da Unicuritiba*. vol.01, n. 28, Curitiba, 2019. p. 73.

¹⁴¹ Idem, *Ibidem*.

concreto com os princípios, normas e regras jurídicas; permitindo-se, assim, uma avaliação pormenorizada da intenção declarada pelas partes.

2.2 Plano de validade

A validade do negócio jurídico será reconhecida quando este estiver de acordo com as regras jurídicas e, assim, vier a produzir efeitos. Nos dizeres de Antonio Junqueira de Azevedo:

A validade é, pois, a qualidade que o negócio deve ter ao entrar no mundo jurídico, consistente em estar de acordo com as regras jurídicas (“ser regular”). Validade é, como o sufixo da palavra indica, qualidade de um negócio existente. “Válido é adjetivo com que se qualifica o negócio jurídico formado de acordo com as regras jurídicas¹⁴².”

Partindo-se da noção de validade do negócio jurídico, quando restar ausente a qualificação do contrato de acordo com as regras jurídicas, estar-se-á perante situação oposta, a qual se denomina de invalidade negocial.

Na esfera dos contratos coligados, não obstante cada um dos negócios jurídicos possua sua individualidade, há possibilidade de que as invalidades de um negócio jurídico afetem os demais a este coligado.

Sobre o tema, faz-se oportuno averiguar como a invalidade de um dos contratos poderá influenciar os demais, isto é, se a invalidade contaminará a coligação integralmente, ou, se há possibilidade de manter a validade dos demais contratos coligados, conservando-se, assim, toda a coligação.

A teoria dos contratos coligados, desde seu princípio, costuma defender a afetação de toda a coligação (segundo a regra *simul stanbunt, simul cadent*¹⁴³), ou seja, havendo uma invalidade ou ineficácia de um dos contratos, os outros também serão atingidos¹⁴⁴. Dito de outro modo, conforme a própria tese elaborada pela jurisprudência italiana: “As

¹⁴² AZEVEDO, Antonio Junqueira de. *Negócio jurídico: existência, validade e eficácia*. op.cit, p. 42.

¹⁴³ Em tradução literal aproximada, “juntos permanecerão, juntos cairão”.

¹⁴⁴ MESSINEO, Francesco. Verbete: *Contratto collegato*. op.cit, p. 729-731; RAPAZZO, Antonio. *I contratti collegati*. Milano: Giufreè, 1998, p. 73.

vicissitudes de um contrato devem repercutir-se no outro, condicionando-lhe a validade e eficácia”.

Contudo, Francisco De Crescenzo Marino, em seu estudo sobre contratos coligados, não obstante reconheça que, *a priori*, a natureza de dependência dos contratos implica na afetação da invalidade sobre os demais, diz não bastar afirmar dita consequência.

Isso porque, segundo o autor, é problemática a análise quanto à bilateralidade ou unilateralidade dos contratos. Para tanto, Marino cita o exemplo de contrato de comodato coligado à compra e venda de combustível, indagando-se se trata de contrato acessório e, de início, respondendo positivamente.

Porém, para abordar o tema, o autor evidencia o voto proferido pelo Ministro Moreira Alves em alguns dos *leading cases* sobre o tema. No voto em questão, verificou-se que, mesmo sendo de natureza acessória o contrato de comodato, este teria influência sobre o contrato de compra e venda, ou seja, havendo o inadimplemento daquele, poderia ser afetada a unidade funcional da coligação. Logo, estar-se-ia diante de uma dependência bilateral. Deste modo, concluiu-se pela necessidade de examinar “caso por caso, para determinar-se quais os efeitos delas decorrentes”¹⁴⁵.

A partir disso, Marino destaca a imprescindibilidade de se analisar cada caso concreto, mais precisamente, em identificar se o fim visado pela coligação foi atingido, pois “somente quando o fim concreto não for afetado pela invalidade de um dos contratos coligados é que os demais poderão ser mantidos”¹⁴⁶. Tal fim é identificado mediante a interpretação dos contratos coligados¹⁴⁷.

¹⁴⁵STF. RE 84.727/RJ, Segunda Turma, Rel. Min. Cordeiro Guerra, com voto do Ministro Moreira Alves, j. 27-04-1976. RE nº 86.246/RJ, Rel. Min. Moreira Alves, j. 04/03/1977.

¹⁴⁶MARINO, Francisco Paulo De Crescenzo. *Contratos coligados no direito brasileiro*. op.cit, p. 193.

¹⁴⁷ Idem, *Ibidem*.

Assim, para Marino, incumbirá à parte que sustenta a não afetação o ônus de provar se o fim almejado pelas partes foi alcançado, independentemente da existência de contrato inválido¹⁴⁸.

Na mesma linha, grande parte da doutrina, ao tratar da possibilidade de contaminação da invalidade de um contrato aos contratos a ele coligados, defende que tal contaminação não é um efeito automático: esta deve ser averiguada com base no prejuízo causado à função comum desempenhada pelo grupo de negócios.

Rodrigo Xavier Leonardo, sob influência da doutrina italiana, evidencia a inutilidade contratual, afirmando que a invalidade atingirá a coligação se a nulidade de um dos contratos implicar na inutilidade dos demais¹⁴⁹. Ou seja, estando os contratos inúteis, isto é, não mais prestáveis, restará propagada a invalidade perante a coligação.

Para Carlos Nelson Konder, é oportuno invocar o princípio da função social do contrato, previsto no artigo 421 do CC, pois, existindo efeitos diretos na função comum dos contratos, haverá reflexos diretos na função social dos demais contratos e, com isto, será danificado o fundamento de sua proteção jurídica¹⁵⁰.

Nesta esteira, segundo os ensinamentos de Giovanni Battista Ferri, na coligação contratual a nulidade de um contrato afetará toda a coligação de acordo com a relevância funcional que o negócio nulo vier a assumir¹⁵¹.

Como exemplo, imagine-se um subcontrato, o qual assume a função de acessório, em que a nulidade inviabilize por completo o fim visado pela coligação. Neste caso, será frustrado o programa negocial por invalidade do acessório e, assim, estar-se-á afetada toda a coligação¹⁵².

¹⁴⁸MARINO, Francisco Paulo De Crescenzo. *Contratos coligados no direito brasileiro*. op.cit, p. 193.

¹⁴⁹LEONARDO, Rodrigo Xavier. *Redes contratuais no mercado habitacional*. op.cit, p. 85.

¹⁵⁰KONDER, Carlos Nelson. *Contratos conexos: Grupos de contratos, redes contratuais e contratos coligados*. op.cit, p. 222-228.

¹⁵¹FERRI, Giovanni Battista. *Causa e tipo nella teoria del negozio giuridico*. op.cit, p. 405.

¹⁵²NANNI, Giovanni Ettore. *Contratos coligados*. op.cit, p. 272.

Além disso, para fins de analisar a propagação das invalidades nos contratos coligados, é oportuno averiguar a aplicação do princípio da conservação previsto no art.184 do CC¹⁵³, o qual, segundo Antonio Junqueira de Azevedo, busca salvar o negócio jurídico, para fins de reconhecer a utilidade de cada contrato¹⁵⁴.

Conforme ensina Renan Lotufo, se o negócio puder subsistir com a retirada de determinada parte inválida sem comprometer a intenção das partes, então a parte válida não sofrerá prejuízos. O próprio texto já destaca a necessidade, nesse caso, de o negócio ter por objeto uma complexidade, permitindo que se possa distinguir frações dele; a falta de uma delas não impede a sobrevivência do negócio¹⁵⁵.

Nesta linha, Giovanni Ettore Nanni preceitua: “a extensão da invalidade de um negócio defeituoso em relação aos demais integrantes da cadeia contratual depende da afetação ou não de toda a unidade funcional originada da operação econômica composta pela conexão”¹⁵⁶. Em outros termos, invalidando o fim visado, estará propagada a nulidade na cadeia coligada.

Assim, Nanni evidencia a causa concreta dos contratos coligados, visto que, se mesmo excluindo o negócio ou a cláusula inválida, aquela se mantiver, então a invalidade não se propagará; já o contrário implicará na contaminação de toda a cadeia; em suas palavras:

Se, mesmo diante da extirpação do negócio ou da cláusula inválida, a causa concreta que qualifica os contratos coligados subsiste, mantendo, por conseguinte, incólume o programa contratual desejado pelas partes – preservada a unidade funcional, é porque não se irradia a invalidade. Por outro lado, se há contágio de toda a causa concreta, comprometendo a unidade funcional, ocorre a contaminação global¹⁵⁷.

¹⁵³Art. 184. Respeitada a intenção das partes, a invalidade parcial de um negócio jurídico não o prejudicará na parte válida, se esta for separável; a invalidade da obrigação principal implica a das obrigações acessórias, mas a destas não induz a da obrigação principal.

¹⁵⁴AZEVEDO, Antonio Junqueira de. *Negócio jurídico: existência, validade e eficácia*. op.cit, p. 66.

¹⁵⁵LOTUFO, Renan. *Código Civil comentado*. Parte Geral (arts. 1º a 232). São Paulo: Saraiva, 2003, p. 493.

¹⁵⁶NANNI, Giovanni Ettore. *Contratos coligados*. op.cit, p. 272.

¹⁵⁷Idem, *Ibidem*.

Sobre o tema, Ana Paula Frías afirma ser a teoria da causa a solução didática para a análise da propagação das invalidades, na medida em que, além de cada contrato possuir sua causa individual, tal elemento deve referir à finalidade comum perseguida pelos contratos coligados. Assim, se a invalidade de um resultar em significativa perda de causa do outro contrato, restará propagada a invalidade¹⁵⁸.

Deste modo, para fins de estabelecer se houve a propagação das invalidades entre os contratos coligados, é imperioso aferir se o nexos funcional ou a causa comum foi prejudicada, ou seja, não se mantendo em razão da invalidade de um ou mais contratos pertencentes à coligação. Nesta hipótese, haverá propagação das invalidades por toda a cadeia.

Ademais, é oportuno citar a lição de Pontes de Miranda a respeito das nulidades, na qual se ressalta o papel da interpretação para análise dos efeitos da invalidade perante a coligação contratual:

O art. 153 [equivalente ao atual art. 184, do CCB], 1ª parte, nada tem com os negócios jurídicos unidos (com dependência unilateral, ou bilateral, ou com alternativa), a fortiori se apenas externa a união. Se há, ou não, dependência, ou alternância, é questão de interpretação que tem de descer à indagação da sorte dos negócios jurídicos ou da união. Não há, no plano das regras jurídicas, princípio da contágio ou da não contágio excepcional. Definida a dependência, ou alternância, está definida a sorte dos negócios jurídicos. Nem é científico dizer-se que, nas espécies de união, existe sempre inseparabilidade internegocial, nem afirmar-se o contrário¹⁵⁹.

Dito isto, as invalidades poderão provocar efeitos diversos dependendo de cada caso concreto, sendo a interpretação relevante para aferir se o fim visado pelas partes fora atingido pela invalidade de um dos contratos e, assim, constatar se houve contaminação da nulidade.

A título exemplificativo, Antonio Menezes de Cordeiro cita a relação entre contrato preliminar e definitivo, na qual poderá haver a anulabilidade do segundo em razão de erro

¹⁵⁸ LOPES FRÍAS, Ana Paula. *Los Contratos conexos: estudio de supuestos concretos y ensayo de una construcción doctrinal*. op.cit, p. 172.

¹⁵⁹ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de direito privado*. op. cit. p. 192.

sobre a validade do primeiro¹⁶⁰. Nesta situação, o erro compromete os efeitos jurídicos do segundo contrato e, por esta razão, não será possível salvá-lo.

Ainda, ressalte-se interessante julgado do Superior Tribunal de Justiça¹⁶¹ a respeito de contratos coligados envolvendo as seguintes relações: (i) contrato de compra e venda e prestação de serviços da empresa de cozinhas planejadas com o consumidor; e (ii) contrato de empréstimo firmado pela instituição financeira com a empresa.

No caso em análise, a empresa havia celebrado um contrato com o banco para obter recurso, a fim de possibilitar o implemento da atividade, a qual se tratava da entrega de cozinhas planejadas e, neste ínterim, entabulou outro contrato com o consumidor, cujo objeto seria a entrega destes produtos. Todavia, posteriormente à entrega, a cozinha apresentou vícios, motivo pelo qual, o consumidor ajuizou ação em face desta e da instituição financeira. No julgado, a Corte Superior entendeu que o vício constatado influenciou toda a cadeia coligada e responsabilizou a instituição financeira ao limite do valor emprestado¹⁶².

O Relator enfatizou que as relações estariam interligadas entre si para o fim precípuo de garantir a atividade empresarial, vindo a instituição financeira a figurar como efetiva credora dos valores remanescentes a serem pagos ao consumidor, pois o vício teria atingido não somente o contrato de prestação de serviço, mas também o contrato de financiamento, já que não fora possível alcançar o fim visado pelas partes.

¹⁶⁰ CORDEIRO, Antonio Menezes de. *Manual de direito comercial*. vol. I. tomo I. 2. ed. 2000, p. 370.

¹⁶¹ STJ. Resp. 1127403/SP. Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Rel. p/ Acórdão Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 04/02/2014, DJe 15/08/2014. Disponível em <<https://scon.stj.jus.br>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2023.

¹⁶² Vide trecho do voto: “Deveras, considerando que a finalidade da empresa X e do Banco Y, ao celebrar o pacto, era, em última análise e a um só tempo, fomentar a atividade principal de venda de bens móveis e realizar financiamento com encargos, parece evidente a relação de interdependência entre os contratos, a ensejar a existência de “contrato coligado”.[...] Assim, conforme o contexto fático-probatório dos autos, é de se reconhecer a responsabilidade solidária do banco perante os recorridos, por toda obrigação jurídica decorrente do contrato coligado de venda de bens móveis (cozinha planejada), independentemente da responsabilidade pela prática direta do ato que lesou o interesse desses, mitigando-se o princípio da relatividade contratual e preservando-se o da transparência, da boa-fé, da equidade e da função social dos contratos”. In: STJ. Resp. 1127403/SP. op.cit.

Diante do exposto, o negócio jurídico será inválido quando não estiver de acordo com as regras jurídicas. No tocante aos contratos coligados, a doutrina precursora dos seus estudos defendia a invalidade automática de toda a cadeia coligada, nos termos da regra “*simul stanbunt, simul cadent*”.

Porém, os estudos posteriores atestaram a necessidade de analisar cada caso concreto para aferir a contaminação das invalidades perante a cadeia coligada. Neste sentido, o fim concreto assume papel relevante nesta análise, pois, sendo este afetado pela invalidade de um dos contratos, restará propagada a nulidade na cadeia coligada, ao contrário *sensu*, isto é, se mesmo afastando a invalidade contratual, o fim visado permanecer, então, não haverá a propagação da nulidade.

2.3 Plano de eficácia

Consoante ensinamentos de Antonio Junqueira de Azevedo, a eficácia jurídica não é toda e qualquer possível eficácia prática do negócio, e sim a sua própria ou típica, isto é, aquela referente aos efeitos manifestados como desejados¹⁶³.

Diante do conceito de eficácia, a ineficácia jurídica é vista como a inaptidão, temporária ou permanente, do fato jurídico para irradiar os efeitos próprios e finais que a norma jurídica imputa¹⁶⁴.

A ineficácia no sentido jurídico, segundo Vincenzo Scalisi, não significa negócio desprovido de efeitos, ainda que ineficaz a respeito de alguns efeitos, os quais são próprios do negócio jurídico firmado¹⁶⁵. Assim, à luz dos ensinamentos de Vincenzo, Giovanni Ettore Nanni assevera:

a ineficácia consiste na falta dos efeitos deduzíveis do conteúdo do ato, dos seus efeitos típicos. Não se teria, por essa razão, ineficácia quando o

¹⁶³ AZEVEDO, Antonio Junqueira de. *Negócio jurídico: existência, validade e eficácia*. op.cit, p. 49.

¹⁶⁴ MELLO, Marcos Bernardes de. *Teoria do fato jurídico: plano de eficácia*. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 61.

¹⁶⁵ SCALISI, Vincenzo. Inefficacia (diritto privato). *Enciclopedia del Diritto*. Milano: Giuffrè, 1971, p. 366.

ato realiza efeitos correspondentes ao seu conteúdo, ainda que disposto de modo integrativo ou mesmo não queridos¹⁶⁶.

A respeito do tema, a ineficácia pode ser dividida em duas modalidades principais: a) a ineficácia simples, ou pendente, ou negócio incompleto; b) a ineficácia relativa. A ineficácia pendente ou simples ocorre quando falta um elemento integrativo à plena eficácia de um negócio em formação, quer se trate de um elemento acessório exigido pela vontade das partes (negócio sob condição suspensiva), quer diga respeito a elemento estranho àquela vontade. Já a ineficácia relativa, ou inoponibilidade, ocorre se o contrato, válido entre as partes, não é oponível a terceiro¹⁶⁷.

No âmbito dos contratos coligados, visando aferir se a vicissitude afetou ou não a coligação, Francisco De Crescenzo Marino elucida a necessidade de determinar a repercussão da eficácia na mora ou no inadimplemento absoluto de obrigações contratuais¹⁶⁸ prevista em um dos contratos, para, a partir disso, constatar os efeitos da ineficácia¹⁶⁹.

Para o autor, partindo-se do mesmo raciocínio da contaminação das invalidades, a ineficácia do contrato afetará a dos demais se vier a atingir o fim visado, ou seja, os contratos perderão sua eficácia na hipótese de o fim concreto restar-se ineficaz. Em acréscimo, assevera que o interesse do credor assume relevância, pois indica se o inadimplemento implicou na inutilidade ou não da prestação¹⁷⁰.

¹⁶⁶ NANNI, Giovanni Ettore. *O inadimplemento absoluto e resolução contratual: requisitos e efeitos*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 613.

¹⁶⁷ CARVALHO, Francisco Pereira de Bulhões. *Ineficácia do ato jurídico e a reforma do Código Civil*, Rio de Janeiro, Borsoi, 1966. p. 01.

¹⁶⁸ A mora e o inadimplemento absoluto, são assim conceituados por Agostinho Alvim: “Dá se o inadimplemento absoluto quando a obrigação não foi cumprida, nem poderá sê-lo, como no caso de perecimento do objeto, por culpa do devedor. Mais precisamente, quando não mais subsiste para o credor a possibilidade de receber. Haverá mora, no caso em que a obrigação não tenha sido cumprida no lugar, no tempo, ou na forma convencionado subsistindo, em todo o caso, a possibilidade de cumprimento”. In: ALVIM, Agostinho. *Da inexecução das obrigações e suas consequências*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1980, p. 15.

¹⁶⁹ MARINO, Francisco Paulo De Crescenzo. *Contratos coligados no direito brasileiro*. op.cit, p.198-199.

¹⁷⁰ Idem, *Ibidem*.

Na mesma linha, Judith Martins Costa, ao tratar da irradiação dos efeitos para fins de ineficácia dos contratos coligados, invoca o alcance do sinalagma contratual e, por conseguinte, a inutilidade do fim funcional da cadeia coligada, dispondo:

[...] Se pela declaração de ineficácia de um dos contratos for atingido o sinalagma que ampara o conjunto contratual (como se verificaria na espécie), decorrerá, como lógica consequência que a ineficácia (ou a nulidade) de parte alcança a utilidade do negócio completamente considerado, atingindo, assim, o todo e não meramente a parte. Portanto, não caberá declarar a ineficácia parcial, havendo, ao contrário, a extensão da ineficácia da parte para o todo¹⁷¹.

Em acréscimo, Luis Díez-Picazo esclarece que a ineficácia de um contrato refletirá na coligação quando houver prejuízo ao resultado prático desta; em suas palavras:

Cuando la conexión existe por concurrir los varios contratos coligados a la sección del resultado empírico proyectado, la regla aplicable debe ser la misma que se contemplaba en los casos de ineficacia parcial. La ineficacia de uno de los contratos sólo origina la ineficacia del conjunto, cuando el resultado práctico proyectado únicamente pueda conseguirse mediante la vigencia de todo el conjunto negocial¹⁷².

Desta forma, o requisito da utilidade contratual assume relevante importância para fins de verificar se houve a propagação da ineficácia perante os contratos coligados, pois indicará se os contratos permanecem ou não produzindo seus efeitos típicos.

Assim, tratando especificamente da resolução de contratos coligados de mesma importância, para Ruy Rosado de Aguiar Junior haverá repercussão nos demais negócios jurídicos em três casos: (i) quando se demonstrar que “um não teria se firmado sem o outro”; (ii) quando “há impossibilidade de um determinar a do outro” e; (iii) quando o “incumprimento de um afetar o interesse que o credor poderia ter no cumprimento do outro”¹⁷³.

¹⁷¹MARTINS-COSTA, Judith. O fenômeno da supracontratualidade e o princípio do equilíbrio: o inadimplemento de deveres de proteção (violação positiva do contrato) e a deslealdade contratual em operação de descruzamento acionário. op.cit, p. 231.

¹⁷²DÍEZ-PICAZO, Luis. *Fundamentos del derecho civil patrimonial*. op.cit, p. 574.

¹⁷³AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de. *Extinção dos contratos por incumprimento do devedor*. 2.ed. Rio de Janeiro: AIDE, 2004, p. 90.

Do mesmo modo, assevera Carlos Nelson Konder: “[...] A dissolução de um contrato por causa superveniente pode autorizar a extinção de outro contrato a ele vinculado”¹⁷⁴.

Em outros termos, se um dos contratos coligados vier a se tornar ineficaz é possível que a resolução deste implique na dos demais, seja pelas prestações se tornarem inúteis ao credor, seja pela natureza de dependência dos contratos; no caso do contrato acessório, este somente será mantido se o contrato principal continuar a produzir seus efeitos.

Deste modo, a ineficácia jurídica é vista como a inaptidão para produção dos efeitos típicos do negócio, a qual poderá se dar de forma temporária ou permanente. Em se tratando de coligações contratuais, para fins de identificar se houve ou não a propagação das ineficácias, há que se identificar se o fim visado restou prejudicado, isto é, se implicou na inutilidade da função comum entre os contratos.

Para fins de elucidar exemplos a respeito da propagação da ineficácia nos contratos coligados, destacam-se dois julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça e um do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com conclusões diversas quanto aos efeitos perante a coligação.

No primeiro, julgado em maio de 2002, de Relatoria do Ministro Ruy Rosado Aguiar Júnior, tratava-se de dois contratos coligados, sendo: (i) uma promessa de compra e venda de dois lotes de terra e; (ii) uma cessão de direitos e obrigações referentes a um terceiro lote, onde estava sendo construída a casa de moradia.

Os contratos referiam-se a imóveis integrantes de um todo, no qual os dois primeiros lotes serviam de área de lazer (piscina e campo de futebol) ao terceiro (casa) e encontravam-se cercados conjuntamente. Porém, diante do inadimplemento do contrato de compra e venda, a parte lesada ajuizou ação de dissolução dos dois negócios jurídicos.

¹⁷⁴ KONDER, Carlos Nelson. *Os contratos conexos*. op.cit, p. 228.

Em primeira instância, o Juiz entendeu que os contratos não seriam dependentes e, por isto, declarou a extinção apenas da compra e venda, mantendo o contrato de cessão, pois este já teria sido quitado. Após, foi mantida a decisão pelo Tribunal local, cujo acórdão foi objeto de recurso perante o STJ. Em julgamento, a Corte Superior manteve a decisão, pois a “extinção parcial” da operação era viável, em razão da dependência unilateral dos contratos; assim, a resolução do acessório não afetaria o principal¹⁷⁵.

Já no segundo, julgado em outubro de 2021, de Relatoria da Ministra Nancy Andrichi, a Corte Superior entendeu pela possibilidade de invocar a exceção de contrato não cumprido no litígio envolvendo contratos coligados. O caso envolvia: (i) três contratos para entrega de safra futura e; (ii) três contratos de seguro garantia. Os três últimos tinham como objetivo assegurar o cumprimento de obrigação assumida pelo tomador em face do credor/segurado, que, por sua vez, estava obrigado a adiantar o pagamento de safra futura, na forma prevista no contrato principal.

No entanto, diante do descumprimento do contrato referente à entrega da safra por parte empresa responsável, a seguradora foi instada a efetuar o pagamento das indenizações previstas nos contratos de seguro garantia firmados. Ao julgar o feito, o Juízo de primeiro grau reconheceu a inexistência de obrigação da seguradora de indenizar a demandante, diante da ausência de provas de que os valores previstos nos contratos segurados (entrega futura) foram, de fato, disponibilizados a ela; decisão esta que foi confirmada pelo Tribunal de origem.

O STJ, ao analisar o litígio, entendeu que ao caso seria cabível invocar a exceção de contrato não cumprido como defesa por parte da seguradora, visto que o descumprimento do contrato por parte da empresa segurada refletiu diretamente na obrigação da seguradora e, em razão da conexão entre os contratos, reconheceu a necessidade de tratá-los no contexto da coligação contratual. Neste sentido:

[...] Nesse contexto, dada a existência dessa relação indissociável entre os contratos, a ocorrência de evento apto a tornar inexigível a pretensão

¹⁷⁵ STJ, 4ª T., *Resp.* 337040, rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, julg. 02.05.2002, pub. DJ 01.07.2002.

do segurado em face do devedor (como resultado do acolhimento de exceção de contrato não cumprido, p.ex.) possui evidente reflexo na obrigação da seguradora, pois, nessa hipótese, não se caracteriza o inadimplemento (sinistro).

Isso porque a conexão entre os contratos dessa espécie cria um feixe de direitos e deveres próprios das relações jurídicas neles estabelecidas, isto é, um complexo ordenado e interdependente de obrigações que não podem ser simplesmente desconsiderados em face da autonomia formal dos contratos.

Nesse panorama, voltando a atenção à hipótese dos autos, constata-se que a seguradora (que não figura como parte no contrato principal) possuía a legítima expectativa de que a obrigação prévia a cargo do credor (disponibilização dos valores adiantados) viesse a ser cumprida no tempo e no modo previstos na pactuação¹⁷⁶.

Ademais, como fundamento, a c. Corte Superior utilizou a lição doutrinária sobre a possibilidade de aplicar a exceção de contrato não cumprido em contratos coligados, ou seja, de que o inadimplemento de um dos contratos justifica o descumprimento dos demais, elucidando os ensinamentos de Rafael Villar Gagliardi, o qual dispõe:

Por fim, e retomando a discussão a respeito do alargamento do conceito de terceiro nos contratos, deve-se destacar que a exceção de contrato não cumprido poderá ter incidência nos contratos coligados, mesmo que não estejam envolvidas exatamente as mesmas partes em todos os contratos. [...]. Por força do art. 421 do Código Civil, esses supostos terceiros recebem um tratamento diferenciado. E, mesmo que formalmente não tenham passado a fazer parte do contrato integrante da rede contratual, passam a ser considerados, no mínimo, terceiros qualificados, revestidos dos deveres ínsitos da qualidade de parte. Dentre tais deveres, ressalta-se o de se abster de violar o direito de crédito e, no caso em tela, o de reconhecer que o inadimplemento daquele que figura como parte no outro contrato justifica o encobrimento da eficácia de sua pretensão contra o adquirente, desde que haja rompimento do equilíbrio supracontratual¹⁷⁷.

Assim, no caso em comento, reconhecendo a conexão entre os contratos, declarou-se: “A ocorrência do adiantamento do pagamento previsto nos contratos principais

¹⁷⁶ STJ; *Resp. n. 1.874.259/SP*, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, julgado em 19/10/2021, DJe de 22/10/2021.

¹⁷⁷GAGLIARDI, Rafael Villar. *Exceção de contrato não cumprido*. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 60-61.

celebrados, no particular, portanto, não pode ser vista como circunstância indiferente para fins de determinação da obrigação indenizatória da seguradora”¹⁷⁸.

Por conseguinte, a Relatora, concluiu: “[...] Caso comprovado, o não cumprimento da obrigação antecedente assumida pela segurada X (adiantamento do pagamento) em face da cooperada Y tem força apta a afastar a obrigação de pagar a indenização securitária”¹⁷⁹.

No entanto, considerando que o laudo técnico elaborado em primeira instância não foi conclusivo e houve o indeferimento dos pedidos de novas provas, bem como a formulação de quesitos suplementares por parte da seguradora, a c. Corte Superior entendeu pela existência de cerceamento de defesa, declarando nulo os atos processuais praticados desde a sentença, com retorno dos autos ao Juízo de origem.

Por fim, ressalte-se um julgado oriundo do Tribunal de Justiça de São Paulo, de março de 2021, envolvendo pedido de extinção dos contratos, no qual versavam sobre os seguintes negócios jurídicos: (i) compra e venda de veículo; e (ii) financiamento para obtenção do veículo¹⁸⁰.

Na lide em apreço, a Autora teria ajuizado Ação de Resolução, tendo como objetivo a resolução dos contratos de compra e venda e financiamento, em razão da constatação de vício no veículo, o qual teria pegado fogo. Assim, em primeiro grau, foi celebrado um acordo entre a concessionária e Autora, com a resolução do contrato de compra e venda. Já no tocante à financiadora, o d. magistrado julgou o feito, declarando a extinção do negócio jurídico, o que motivou a interposição de recurso por parte desta.

Em sede recursal, o TJSP reconheceu a existência de coligação contratual de dependência unilateral, pois o contrato de financiamento estaria conectado ao de compra e venda, na medida em que aquele servia para proporcionar a realização do último, isto

¹⁷⁸ STJ; *Resp. n. 1.874.259/SP*. op.cit.

¹⁷⁹ Idem, *Ibidem*.

¹⁸⁰ TJSP; *Apelação Cível 1032810-47.2019.8.26.0001*; Relator (a): Hugo Crepaldi; Órgão Julgador: 25ª Câmara de Direito Privado; Foro Regional I - Santana - 7ª Vara Cível; Data do Julgamento: 01/03/2021; Data de Registro: 01/03/2021.

é, para possibilitar a aquisição do veículo; sendo oportuno ressaltar trecho de voto do Relator Hugo Crepaldi:

O que se verifica na hipótese, então, é a interligação entre o contrato de financiamento e o de compra e venda do veículo, bem como a relação voluntariamente estabelecida entre a instituição financeira e a revendedora de veículos, atuando em conjunto face ao consumidor, que obtém o crédito com o estrito escopo de adquirir o automóvel escolhido. Em tais casos, nenhum dos contratos existiria autonomamente, sendo certo que o bem apenas pôde ser comprado em razão do financiamento oferecido, tendo a instituição financeira plena ciência da destinação do crédito concedido e a revendedora do conhecimento da fonte do crédito¹⁸¹.

Assim, restando evidenciada a conexão entre os negócios jurídicos, o Tribunal manteve a sentença de primeiro grau, declarando que a extinção do contrato de compra e venda teria o condão de extinguir o financiamento celebrado, por se tratar de consequência inerente à coligação contratual, à luz de precedentes do próprio Tribunal¹⁸².

A partir da elucidação dos três julgados, constata-se que há diversas conclusões envolvendo o tema: no primeiro, o entendimento foi de que a extinção do acessório não resultaria na extinção do principal, em razão da ausência de dependência deste sobre àquele; no segundo, entendeu-se pela necessidade de analisar o inadimplemento do contrato no contexto da coligação e, assim, reconheceu-se a possibilidade de aplicação da exceção de contrato não cumprido nas coligações contratuais; e, por fim, no terceiro, ao tratar da Ação de resolução dos contratos, reconheceu-se a propagação das ineficácias na coligação contratual e, diante da dependência dos contratos, declarou-se que a extinção de um implicou na resolução do outro.

Neste sentido, é possível que a resolução de um contrato resulte na extinção dos demais, sendo necessário analisar cada caso concreto, visando aferir se a coligação

¹⁸¹ TJSP; *Apelação Cível 1032810-47.2019.8.26.0001*. op.cit.

¹⁸² Vide trecho do voto: “Desta feita, verificada a coligação, é preciso se atentar para os efeitos que isso traz à interpretação das relações jurídicas, notadamente para as hipóteses em que há rescisão de um dos contratos coligados. A respeito da coligação entre os contratos de compra e venda e financiamento, com a consequente rescisão deste quando rescindido aquele, de se destacar o entendimento deste Egrégio Tribunal de Justiça...[...] Dessa forma, com a rescisão da compra e venda do automóvel, de rigor o desfazimento do contrato de financiamento celebrado entre autora e apelante”. In: Idem, *Ibidem*.

contratual foi ou não prejudicada, bem como se os contratos deixaram de produzir seus efeitos jurídicos a ponto de implicar em sua extinção. Logo, poderá sim haver a propagação das ineficácias entre os contratos coligados, cuja constatação dependerá da análise individual de cada caso, isto é, de uma interpretação pormenorizada destes e da coligação como um todo.

2.4. Derrogação dos efeitos típicos

Considerando que a coligação contratual implica em efeitos aos contratos, em especial, no modo de qualificá-los, discute-se acerca da aplicação ou não do regime jurídico próprio de cada um destes, ou seja, sobre a possibilidade de derrogação dos seus efeitos típicos, a fim de tratá-los dentro do contexto da coligação.

Para Francisco De Crescenzo Marino, a coligação contratual consiste em importante fator de derrogação de efeitos típicos, pois existe o afastamento do contrato coligado em relação ao tipo normal. Como fundamento, o autor invoca o princípio da liberdade contratual e a própria vontade das partes¹⁸³.

Sobre o tema, Marino explana: “Diante de uma coligação, é preciso indagar se o contrato coligado, apesar de passível recondução ao conceito de tipo previsto na lei, não se diferencia do tipo empírico previsto na regulação legislativa”. Nesta hipótese, o autor destaca que se justificaria a não aplicação parcial da regulação, apesar de ser possível qualificar *in concreto* o contrato como pertencente ao tipo em questão¹⁸⁴.

A respeito disso, Luciano de Camargo Penteado invoca a teoria da absorção para sustentar que o regime jurídico da coligação ultrapassaria qualquer possível explicação. Segundo o autor, o regime jurídico, em regra, seria próprio, porém, há de ser extraído o sinalagma próprio de cada coligação, o qual comumente é confundido com o regime dos contratos¹⁸⁵.

¹⁸³ MARINO, Francisco Paulo De Crescenzo. *Contratos coligados no direito brasileiro*. op.cit, p. 182.

¹⁸⁴ Idem, *Ibidem*.

¹⁸⁵ PENTEADO, Luciano de Camargo. *Redes contratuais e contratos coligados*. op.cit, p. 488.

Ou seja, a derrogação dos efeitos típicos resulta em afastar o tratamento do contrato na sua forma típica, para analisá-lo com base no próprio regime da coligação em que está inserido, o qual será identificado a partir da interpretação desta.

A título exemplificativo, ressalte-se parecer de Álvaro Villaça de Azevedo em caso envolvendo contrato de sublocação e contrato de franquia, cuja discussão tinha como objeto a cobrança de aluguel na sublocação em valor superior ao da própria locação, situação que violaria o art. 21 da Lei 8.245/91 (Lei de locação)¹⁸⁶. Em sua análise, o autor se posicionou desfavorável à cobrança de aluguel em valor superior, sob o argumento de que os contratos, embora sejam coligados, mantêm sua individualidade, com aplicação de legislação específica¹⁸⁷.

Desta forma, Álvaro Villaça de Azevedo, verificando o caso *in concreto*, opôs-se à derrogação dos efeitos típicos, sustentando a impossibilidade de cobrança do aluguel da sublocação em valor superior ao da locação, dispondo:

[...] nem que tente justificar essa diferença como sendo a título de participação conjunta entre franqueado e franqueadora na constituição do fundo de comércio do restaurante. Essa justificação é imaginosa, porque transfere participação prevista no contrato de franquia, ou repetida, ao contrato de sublocação, a título de aluguel, que tem conceituação específica ligada à relação locatícia. Essa justificação é imaginosa, porque transfere participação prevista no contrato de franquia, ou repetida, ao contrato de sublocação, a título de aluguel, que tem conceituação específica ligada à relação locatícia¹⁸⁸.

Em contraposição, abordando a coligação em questão, Francisco De Crescenzo Marino defende o afastamento do limite previsto no art. 21 da Lei de locação, visto não se tratar de uma sublocação pura e simples, pois há alteração substancial realizada no

¹⁸⁶ Art. 21. O aluguel da sublocação não poderá exceder o da locação; nas habitações coletivas multifamiliares, a soma dos aluguéis não poderá ser superior ao dobro do valor da locação.

¹⁸⁷ AZEVEDO, Álvaro Villaça de. Contratos coligados de sublocação de imóvel e franquia comercial. Aplicabilidade do art. 21 da Lei n. 8.245/91. In: *Revista Trimestral de Direito Civil*. Rio de Janeiro, v. 8, p. 213-232, out.-dez., 2001, p. 228-238.

¹⁸⁸ Idem, p. 231.

imóvel e os contratos são coligados, de modo a permitir a derrogação do regime jurídico típico da sublocação¹⁸⁹. Deste modo, infere-se diferentes posições para o mesmo caso.

Além disso, como exemplo prático, destaca-se Agravo em Recurso Especial de nº 1.206.723/MG, de Relatoria do Ministro Jorge Mussi, no qual se tratava da coligação dos seguintes contratos: (i) o protocolo de cisão; (ii) o acordo de acionistas; e (iii) o contrato de locação. Os contratos visavam formalizar a retirada de um dos sócios da Companhia Brasileira de Distribuição (Grupo Pão de Açúcar)¹⁹⁰.

Diante da alteração realizada, o imóvel, objeto de Ação Revisional, foi transferido à empresa do sócio retirante, e locado à Companhia Brasileira de Distribuição. Ocorre que a empresa cindida veio a insurgir-se sobre o valor do aluguel, requerendo a aplicação do art. 19 da Lei 8.245/91.

No caso, a Corte Superior, interpretando conjuntamente os contratos, constatou que a Ação não tinha o condão de reequilibrar as relações jurídicas pela ocorrência de fatos supervenientes que justificassem a revisão contratual, mas sim teria o objetivo de distanciar o valor do aluguel dos parâmetros originalmente estabelecidos. Logo, não haveria razão para deferir o pedido de revisão.

O entendimento elucidado advém da leitura conjunta dos contratos pertencentes à cadeia coligada, sendo que, não obstante o contrato de locação ser autônomo, há conexão deste com os demais; razão pela qual justifica-se a não aplicação da Lei de locações no caso em apreço em virtude da derrogação dos efeitos típicos daquele contrato.

Ainda, destaca-se julgado oriundo do Tribunal de Justiça do Paraná tratando do tema. O caso envolvia: (i) um contrato de locação de depósito; e (ii) um contrato de

¹⁸⁹ Conquanto a matéria seja polêmica, parece justificável, nesse caso, o afastamento do aludido limite, pois não se trata de sublocação pura e simples. Se o franqueador aluga o imóvel, nele instala o estabelecimento nos moldes da franquia e o subloca ao franqueado, o fato de o aluguel da sublocação ser superior ao da locação afigura-se justificado em razão da alteração substancial realizada no imóvel e, mediatamente, à própria circunstância de a sublocação encontrar-se coligada ao contrato de franquia, a derrogar o regime jurídico típico da sublocação. In: Francisco de Paulo De Crescenzo Marino. *Contratos coligados no direito brasileiro*. op.cit., p.182.

¹⁹⁰ STJ. *AgRg no Resp. nº 1.206.723/MG*. Quinta Turma. Relator Ministro Jorge Mussi. Julg. 17/05/2012.

locação de quiosque situado em Shopping Center. O processo originário se tratava de Ação de Despejo, na qual o juízo de primeiro grau havia deferido a liminar de despejo, pois haveria inadimplemento referente à não desocupação do depósito, que estava ocupado mediante contrato de comodato verbal, desde o início da locação do quiosque objeto da lide.

Diante desta decisão, a parte Ré interpôs o Agravo de Instrumento de nº 1276381-0, sustentando que estaria em trâmite Ação declaratória de relação jurídica confirmatória de coligação e acessoriedade de contrato, na qual havia sido deferida liminar para manutenção desta na posse do depósito.

Ao julgar o recurso, em junho de 2015, o TJPR declarou a existência de coligação contratual, pois os contratos de depósito e locação atuam pela mesma finalidade, qual seja, o desenvolvimento da atividade comercial da Agravante¹⁹¹.

Neste sentido, para melhor solução da lide, o Tribunal entendeu pela derrogação dos efeitos típicos, afastando-se a aplicação do regime puro dos contratos de locação por prazo indeterminado e, por conseguinte, revogou a liminar de despejo, sob pena de quebra da cadeia coligada. Assim, destaca-se trecho do voto da Relatora Maria Machado Costa:

O fato é que esse contrato por prazo indeterminado encontra-se vinculado a um outro contrato de locação, que vige por prazo determinado, e com ele apresenta relação de coligação e acessoriedade. Nessa toada, é impossível aplicar o regime puro dos contratos vigentes por prazo indeterminado, sob pena de se quebrar a própria álea da coligação contratual havida e querida pelas partes. Em outras palavras, deferir o despejo liminar, ainda que cumpridos os seus requisitos, é aniquilar a relação negocial havida entre as partes, onerando excessivamente a recorrente, que não deu causa a rescisão de qualquer contrato. Trata-se

¹⁹¹ Vide trecho do voto da Relatora: “É inegável que, no caso dos autos, existe uma íntima correlação entre o contrato de locação do quiosque e o contrato de locação do depósito (se é que se trata de locação), os quais apresentam uma unidade em seus fins econômicos. Ora, ambas as relações negociais se encontram polarizadas para uma mesma finalidade ou operação econômica, qual seja o desenvolvimento das atividades comerciais da ora recorrente. Desta sorte, ainda que os contratos apresentem uma autonomia estrutural, apresentam uma íntima vinculação funcional que não permite a leitura dos instrumentos isoladamente: de nada serve o contrato de locação do depósito sem o contrato do quiosque; e o contrato do quiosque certamente se vê prejudicado pela ausência do depósito” (TJPR. *Agravo de Instrumento nº 1276381-0*. 12ª Câmara Cível. Rel. Juíza de direito substituta em segundo grau Ângela Maria Machado Costa. Unânime. J. 03.06.2015).

de simples derrogação dos efeitos típicos do contrato locatício. Destarte, entendo que a única solução prudente e viável é afastar o regime típico dos contratos de locação vigentes por prazo indeterminado, negando, ao menos no presente momento processual, a liminar de despejo com base na rescisão contratual por denúncia vazia¹⁹².

A partir dos exemplos abordados, constata-se a necessidade de interpretar os contratos coligados conjuntamente, à luz da função comum atinente entre estes, para fim de obter a solução mais adequada aos casos, sendo certo que a derrogação dos efeitos típicos dependerá da análise *in concreto* de cada avença, isto é, de verificar a vontade das partes, as legítimas expectativas de cada contratante e os possíveis efeitos que a conexão os resultará.

Diante disso, nos contratos coligados é aplicável a derrogação dos efeitos típicos de cada contrato, pois a sua qualificação é modificada quando analisada no contexto da coligação, que diverge daquela atinente ao contrato isoladamente analisado. Assim, visando o melhor tratamento à coligação contratual, se admite o afastamento do regime específico de cada contrato. Para tanto, deve-se extrair o sinalagma próprio da coligação, analisar as circunstâncias negociais e, ainda, identificar o papel dos contratos e seus efeitos na cadeia.

¹⁹² TJPR. Agravo de Instrumento nº 1276381-0. op.cit.

3. CONTRATOS COLIGADOS NA DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEL: RELAÇÃO ENTRE A DISTRIBUIDORA E O REVENDEDOR DE BANDEIRA

Diante da explanação dos contratos coligados e dos efeitos inerentes à coligação, o trabalho se volta ao estudo específico dos contratos celebrados entre a distribuidora e o revendedor de combustível bandeirado, com intuito de aferir a razão de reconhecê-los como sendo coligados entre si.

Para tanto, no presente capítulo, serão apresentadas as posições da jurisprudência e os estudos doutrinários sobre o tema, além de se evidenciar as legislações específicas e o órgão regulatório que regula a atuação da distribuidora e do revendedor.

Além disso, apesar de não se excluir a possibilidade de serem celebrados inúmeros contratos entre a distribuidora e o revendedor de combustível bandeirado, o trabalho abordará alguns dos negócios jurídicos mais comuns existentes nesta relação contratual, para fins de realizar uma análise individual de cada contrato objeto de estudo.

Assim, no presente capítulo serão abordados os conceitos dos contratos, as normas aplicáveis e o papel individual de cada um perante a coligação. Após, no capítulo 04, se evidenciará os efeitos da coligação destes contratos, de modo a analisar a conexão entre estes e suas implicações jurídicas.

3.1 Compreensão dos contratos

Para fins de elucidar a relação jurídica envolvendo a distribuidora e o Posto revendedor de combustível, ressalte-se o seu marco regulatório, qual seja, a Lei Federal nº 9.478/97 (Lei de petróleo). A partir desta, foram disciplinadas as funções de distribuição e revenda de combustível, bem como houve a criação do órgão regulatório destas atividades, denominado de Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Consoante previsão do inc. XX do art. 6º da Lei 9.487/97, a distribuição consiste na atividade de comercialização por atacado com a rede varejista ou com grandes

consumidores de combustíveis, sendo exercida por empresas devidamente especializadas, na forma das leis e regulamentos aplicáveis¹⁹³.

Em outras palavras, a atividade do distribuidor, o qual necessariamente se trata de pessoa jurídica, é fornecer no atacado, atendendo a demanda de revenda varejista, a fim de que sejam satisfeitas as necessidades enérgicas da população em geral quanto aos combustíveis automotivos, com o controle de qualidade conforme as especificidades dos produtos determinados pela ANP¹⁹⁴.

Por seu turno, o inc. XXI do art. 6º prevê que a revenda de combustível compreende a atividade de venda a varejo de combustíveis, lubrificantes e gás liquefeito envasado, exercida por postos de serviços ou revendedores, na forma das leis e regulamentos aplicáveis¹⁹⁵.

A revenda de combustível é exercida em estabelecimento denominado posto revendedor, sendo facultado o desempenho de outras atividades comerciais e de prestação de serviços. A figura do revendedor deve consistir em pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras com vistas à exploração de revenda de combustíveis, e estar registrada na ANP¹⁹⁶. A revenda, a qual é realizada pelos Postos, consiste na venda de varejo dos combustíveis, ou seja, se refere à atividade empresarial da aludida comercialização destinada ao consumidor final.

Nesta senda, tendo em vista as funções individuais do revendedor e distribuidor, infere-se o papel particular de cada uma, sendo que a distribuidora está proibida de exercer a atividade de revenda ao consumidor final e, de outro lado, os postos revendedores não podem adquirir combustíveis diretamente dos produtores ou

¹⁹³ Art. 6º Para os fins desta Lei e de sua regulamentação, ficam estabelecidas as seguintes definições: XX - Distribuição: atividade de comercialização por atacado com a rede varejista ou com grandes consumidores de combustíveis, lubrificantes, asfaltos e gás liquefeito envasado, exercida por empresas especializadas, na forma das leis e regulamentos aplicáveis (v. Lei 9.487/1997).

¹⁹⁴ SAYEG, Ricardo Hasson. *Aspectos contratuais da exclusividade no fornecimento de combustíveis automotivos*. Bauru: Edipro, 2002, p. 109.

¹⁹⁵ XXI - Revenda: atividade de venda a varejo de combustíveis, lubrificantes e gás liquefeito envasado, exercida por postos de serviços ou revendedores, na forma das leis e regulamentos aplicáveis (v. Lei 9.487/1997).

¹⁹⁶ SAYEG, Ricardo Hasson. *Aspectos contratuais da exclusividade no fornecimento de combustíveis automotivos*. op.cit, p. 116.

importadores. Logo, a constituição de relação contratual entre estes é imperiosa para o alcance do combustível ao consumidor final. Diante disso, a atividade de distribuição tem como finalidade atingir a demanda de revenda varejista, atingindo, por conseguinte, a necessidade enérgica da população. Para tanto, devem as distribuidoras e revendedoras celebrarem acordos de vontades, com intuito de formalizar as relações jurídicas, à luz dos princípios do direito contratual¹⁹⁷.

Nesta linha, poderá o posto varejista optar por se vincular ou não a uma distribuidora específica. Na primeira hipótese, o revendedor é denominado de “Posto bandeirado”, sendo este obrigado a revender, de modo exclusivo, os produtos da distribuidora. Já na segunda, o revendedor é tratado como “Posto de bandeira branca”, o qual não está exclusivamente vinculado a uma distribuidora específica. Assim, o posto revendedor, na sua relação comercial com a distribuidora, poderá celebrar ou não contrato escrito, de exclusividade de revenda de produtos de determinada marca; nesta situação, estará obrigado a revender, com exclusividade, os produtos distribuídos pela distribuidora¹⁹⁸.

O posto bandeirado comumente possui um contrato de exclusividade com a distribuidora e, em razão disso, é obrigado a ostentar a marca comercial dela, pelo menos na esteira e no totem do estacionamento revendedor, de modo a permitir facilmente a identificação ao consumidor. O posto bandeirado só pode adquirir, armazenar e comercializar combustível automotivo fornecido pela distribuidora da qual exiba a marca comercial¹⁹⁹.

Por seu turno, o posto de bandeira branca, também conhecido como posto independente, é o revendedor que optou por não exibir a marca comercial em suas

¹⁹⁷ LUNA, Priscilla Maria Coutinho Medeiros de; MEIRA, Vanessa Raissa. Os meios de vinculação dos revendedores às distribuidoras de combustíveis sob o enfoque da cláusula de exclusividade. In: *Revista de Direito e-energia*. Ano 05, vol. 8. Agost-dez.2013, p. 131.

¹⁹⁸ SILVA, Luiz Antonio Guerra da; GONÇALVES, Valério Pedroso. *Contrato de distribuição e revenda de combustível*. Brasília: Brasília Jurídica, 2006, p. 63.

¹⁹⁹ FIDELIS, Antonio; FIDELIS, Guilherme Faustino. *Combustíveis e distribuidoras: Os conflitos entre postos de gasolina e as distribuidoras*. Curitiba: Juruá, 2022, p. 21.

instalações. Porém, esse estabelecimento é obrigado a identificar na bomba a razão social da distribuidora que forneceu o produto²⁰⁰.

Apesar de a legislação brasileira não exigir a celebração de contrato entre a distribuidora e o revendedor, a rigor, a ANP, em sua Resolução nº 41/2013, exige que o revendedor, previamente à comercialização dos produtos, indique o nome da distribuidora fornecedora, sendo que o posto bandeirado indicará em suas instalações o nome da distribuidora que detém exclusividade; já o posto de bandeira branca deverá, apenas, indicar na bomba a marca do combustível fornecido.

Portanto, a distribuidora e revendedor podem pactuar ou não ajustes mercantis visando à aquisição de produtos e à divulgação da marca, na exploração do posto de combustíveis²⁰¹.

De forma exemplificativa, o varejista “bandeirado” e a distribuidora poderão celebrar múltiplos contratos, a saber: a) compra e venda mercantil; b) comodato de equipamentos; c) cessão de uso de marcas; d) propaganda e publicidade de marcas, produtos e serviços; e) franquia empresarial; f) locação e sublocação de imóvel; financiamento para reforma de construção do posto; g) mútua de dinheiro para capital de giro; h) garantias de hipoteca ou fiança etc.; e j) instalação e exploração de loja de conveniência e outros pactos, os quais implicam em obrigações recíprocas das mais variadas ordens e de difícil cumprimento, tudo em prol de regular a exploração mercantil no posto de combustíveis²⁰².

Neste sentido, Gaudêncio Jerônimo de Souza Neto, Karoline Lins Câmara Marinho e Otacílio dos Santos Silveira Neto esclarecem a relação triangular que operacionaliza o comércio dos combustíveis, a qual se realiza por meio da constituição de uma relação contratual entre a distribuidora e o posto revendedor, para posterior alcance do consumidor final; em suas palavras:

²⁰⁰ FIDELIS, Antonio; FIDELIS, Guilherme Faustino. *Combustíveis e distribuidoras: Os conflitos entre postos de gasolina e as distribuidoras*. op.cit, p. 21.

²⁰¹ SILVA, Luiz Antonio Guerra da; GONÇALVES, Valério Pedrosa. *Contrato de distribuição e revenda de combustível* op.cit, p. 78.

²⁰² Idem, *Ibidem*.

Assim sendo, a forma apropriada para a operacionalização do comércio de combustíveis e seus derivados é a triangulação distribuidora. posto revendedor. destinatário final. Para tanto, faz-se necessária a pactuação entre as distribuidoras e os revendedores, através de um contrato, sendo o objetivo precípua da avença o estabelecimento de um vínculo entre distribuidora e posto revendedor, pelo qual aquela abastece os tanques deste, conforme condições de galonagem, preços e prazos, gerando lucros para ambas as partes²⁰³.

Desta forma, para fins de obter combustível para revenda, o revendedor, comumente chamado de “posto de bandeira”, se vincula a uma distribuidora específica e, como tal, obriga-se a revender apenas o produto adquirido daquela; constituindo-se, assim, uma relação que envolve diversos contratos, tais como, a compra e venda mercantil, a cessão e uso de marcas, o comodato de equipamentos, a instalação de loja de conveniência, entre outros.

A partir disso, é oportuno destacar a cláusula de exclusividade inserida nestes contratos, a qual é conceituada por Tania Bahia Siqueira como: “obrigação assumida por uma parte de contrair exclusivamente com outra a prestação de um bem ou serviço determinado, ou também a exclusividade quanto ao território de atuação”²⁰⁴.

Antes da normatização desta cláusula, essa já era uma prática comum nas relações contratuais entre o distribuidor e o varejista, porém, havia grande controvérsia doutrinária sobre a sua regularidade, em especial se implicaria lesão à livre concorrência.

A princípio, a exclusividade foi vista como uma restrição à livre concorrência, pois impedia que um determinado revendedor adquirisse o produto a ser comercializado de diferentes fornecedores, cerceando a escolha das melhores condições de venda e vinculando o estabelecimento a um único fornecedor. Além disso, considerava-se esta

203 NETO, Gaudêncio Jerônimo de Souza; MARINHO, Karoline Lins Câmara; NETO, Otacilio dos Santos Silveira. Responsabilidade Civil dos distribuidores e revendedores por adulteração de combustíveis à luz do direito do consumidor. In: *Anais do 3º Congresso brasileiro de petróleo e gás*, realizado no período de 2 a 5 de outubro de 2005, Salvador.

Disponível <http://www.portalabpg.org.br/PDPetro/3/trabalhos/IBP0625_05.pdf>. Acesso em 02 de março de 2023.

²⁰⁴ SIQUEIRA, Tânia Bahia Carvalho, A Cláusula de Exclusividade nos Contratos Empresariais, in *Revista de Direito Privado*, vol.13, Revista dos Tribunais, São Paulo, 2003, p.61.

prática um obstáculo à entrada de outros distribuidores no mercado, uma vez que garantia o escoamento da produção somente daqueles beneficiados pela cláusula²⁰⁵.

Arnoldo Wald abordou o tema sob a aludida perspectiva, lecionando que a inserção da cláusula de exclusividade implicaria em restrição indevida e abusiva das distribuidoras para com os postos revendedores, na medida em que geraria um impedimento ao direito de livre comércio e haveria a impossibilidade de novos agentes concorrerem no mercado²⁰⁶.

Ainda, antes da regulamentação da aludida cláusula pela ANP, em estudo específico sobre a inserção da cláusula de exclusividade no fornecimento dos combustíveis, Ricardo Hasson Sayeg defendeu a sua nulidade, pois o art. 238 da CF prevê que a lei especial disciplinará a atividade de venda e revenda dos combustíveis, implicando em efeito restritivo à livre iniciativa; logo, faltando previsão legal da cláusula, reputar-se-á nula²⁰⁷. Por outro lado, em outra perspectiva, Waldirio Bulgarelli apresentou posição favorável à aplicação da cláusula de exclusividade, por entender que esta assegura a venda exclusiva do produto, ao mesmo tempo em que a revendedora obtém a qualidade dos produtos e a carteira de clientes ostentada pela marca²⁰⁸.

O último entendimento elucidado é corroborado por Werter Rotunno Faria, segundo o qual há vantagens de o posto se filiar a uma determinada bandeira, pois, além de na maioria das vezes o revendedor não possuir capital suficiente para investir, a aderência a uma marca implica em ganhar confiabilidade dos consumidores, que já possuam confiança com a marca, de modo a obter valor e respeito junto aos consumidores finais²⁰⁹.

²⁰⁵ AMARAL, Caroline dos Reis; DELGADO, Maria Florência. Uma análise da exclusividade nas relações contratuais entre revendedor e empresa distribuidora no mercado de combustíveis. In: *Anais do 3º Congresso Brasileiro de P&D em Petróleo e Gás*. Salvador, 2005. Disponível em <http://www.portalabpg.org.br/PDPetro/3/trabalhos/IBP0155_05.pdf>. Acesso em 02 de março de 2023.

²⁰⁶ WALD, Arnoldo, Os contratos de concessão exclusiva para distribuição de gasolina no direito brasileiro, in *Revista Forense*, vol.253, Forense, Rio de Janeiro, 1976, p. 97.

²⁰⁷ SAYED, Ricardo Hasson. *Aspectos contratuais da exclusividade no fornecimento de combustíveis automotivos*. op.cit, p. 154.

Idem, p. 111.

²⁰⁸ BULGARELLI, Waldirio. Contrato de concessão de venda com exclusividade. Revenda. Rescisão. Responsabilidade dos contratantes. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, n. 264. 1978, p. 142.

²⁰⁹ FARIA, Werter Rotunno. *Direito da Concorrência e Contrato de Distribuição*. Sergio Antonio Fabris Editor. Rio Grande do Sul: 1992, p. 144.

A partir da promulgação da Portaria 41/2013, a qual regula a atividade de revenda varejista de combustíveis, restou clara a validação legal da cláusula de exclusividade, pois prevê expressamente a possibilidade de o revendedor se vincular exclusivamente à determinada distribuidora. Neste sentido, a jurisprudência passou a reconhecer a previsão legal da cláusula²¹⁰. Deste modo, embora não se ignore a existência de posições jurisprudenciais e doutrinárias ainda desfavoráveis à sua aplicação, fato é que a cláusula de exclusividade é vista atualmente como matéria regulamentada pela lei.

Ademais, observa-se a atuação dúplice da referida cláusula, ao satisfazer os interesses tanto do distribuidor como do revendedor, pois, ao mesmo tempo em que o primeiro precisa do segundo para vender o combustível, o revendedor, ao se filiar a uma distribuidora específica, passa a vender produtos de marca conhecida, devendo, para tanto, realizar os investimentos necessários com intuito de propiciar o melhor serviço ao consumidor final e, assim, alcançar a finalidade econômica, qual seja, a venda do combustível.

Diante disso, a relação entre o distribuidor e o varejista bandeirado consiste na vinculação exclusiva deste último com aquele, para fins de revenda dos produtos, da qual existem diversos contratos interligados entre si, que cooperam para a efetiva distribuição

²¹⁰ Agravo de Instrumento. Ação de rescisão de “Contrato de Promessa de Compra e Venda Mercantil de Produtos e Comodato de Equipamentos” movida por posto revendedor contra distribuidora de combustíveis Alegação de prática abusiva na política de preços adotada pela distribuidora, em retaliação à recusa na assinatura de aditamento contratual e carta fiança pelos novos sócios do autor, inviabilizando a continuidade da sua atividade empresarial - Exclusividade da venda de produtos da distribuidora licitamente contratada, tendo como contrapartida a utilização da marca e de equipamentos por ela cedidos - Revendedor varejista que deve comercializar produtos da distribuidora vinculada à marca comercial exibida, pena de lesão ao consumidor e à empresa titular da bandeira - Inteligência da Resolução ANP nº 41/2013 Recurso provido (TJSP; AI 2048971-31.2013.8.26.0000, 32ª Câmara de Direito Privado. Relator: Luis Fernando Nishi. Julg. 13/02/2014); Apelação cível. Ação de rescisão contratual. Contrato de fornecimento de combustíveis. alegação de cláusulas abusivas. Exclusividade na aquisição do combustível. expressa previsão legal. Resolução 41/2013, da ANP. Compra de quantidade mínima de combustível. Legalidade. preço de venda abusivo. ausência de prova. improcedência do pedido. A cláusula de exclusividade não é abusiva, já que prevista expressamente em resolução nº 41/2013, da ANP, vigente à época, além dos benefícios concedidos ao posto de combustível, que tinha plena ciência da cláusula, já que antes da assinatura do contrato podia adquirir os produtos de qualquer distribuidora. No tocante à cláusula que prevê a compra de quantidade mínima de combustível durante o período de vigência do contrato, também não há qualquer abusividade, tendo em vista a vasta experiência da apelante no comércio de venda de combustíveis. (TJMG; *Apelação Cível 1.0000.21.094039.1/001*, Relator(a): Des.(a) Sérgio André da Fonseca Xavier, 18ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 15/02/2022, publicação da súmula em 16/02/2022)

do combustível. Ainda, a cláusula de exclusividade é regulada pela Portaria 41/2013, apresentando-se como fator de benefício para ambas as partes, na medida em que satisfaz os interesses tanto do distribuidor como do revendedor.

3.2 Identificação dos Contratos como Coligados

Ao analisar as avenças envolvendo os múltiplos contratos celebrados visando à distribuição do combustível, é importante observar que o Supremo Tribunal Federal já chegou a reconhecer a existência de contratos coligados, configurando uma unidade econômico funcional²¹¹. Em especial, evidencia-se precedente histórico do STF – RE 78.162, julgado em 20/10/1997²¹².

No caso, se tratava da constituição de posto de gasolina realizado por intermédio de um contrato de comodato conexo ao contrato de compra e venda mercantil. Assim, restou acordado, de um lado, o empréstimo de tanques subterrâneos, bombas, válvulas etc., a serem utilizados para armazenar os derivados de petróleo e, de outro, a promessa de compra e venda, pelo período de dez anos, sendo que ambos previam multa em caso de descumprimento.

Ocorre que, já na fase de execução destes contratos, o posto revendedor passou a adquirir combustíveis e produtos de outra distribuidora. Diante disso, a distribuidora ajuizou ação de conhecimento, requerendo a aplicação de multa em desfavor da revendedora. Em primeira instância, a ação foi julgada improcedente e, embora tenha se reconhecido a existência de contratos coligados entre os contratos, de modo que a extinção de uma acarretaria a dos demais, entendeu-se pela não cominação de multa.

Já o Tribunal de Justiça do antigo Estado da Guanabara modificou a decisão de primeiro grau, aplicando as multas, pois entendeu que os contratos estariam coordenados por uma só função econômica, cuja natureza seria de contratos mistos.

²¹¹ Por exemplo, no RE 86.246, j. 04.03.1977, DJ 01.04.1977; RE 78.162, j. 20.10.1977, DJ 02.06.1978; RE 89.051, j. 14.03.1978, DJ 25.04.1978.

²¹² STF; *Ediv no RE 78162*, Pleno, j. 20/10/1997, rel. Min. Xavier de Albuquerque, Dje 02/06/1998, p. 3.930 e RT86-02/501.

No STF houve divergência acerca da cominação da multa e, apesar de o voto do Relator ter sido pela existência de contratos mistos, o entendimento dominante foi de que consistem em contratos coligados, cuja finalidade perseguida é o contrato de compra e venda; razão pela qual, manteve a cominação da multa. O voto é elucidativo, sendo imperioso o seu destaque:

Um contrato seria principal (com a multa a ser cobrada) e o outro é um contrato meio, e o que deve prevalecer é a finalidade econômica. Não se trata de um contrato misto (como nos casos de internato, em que há ensino, alimentação, lavagem de roupa, hospedagem). Tratar-se-ia do que Enneccerus chama de contrato coligado com dependência unilateral ou bilateral, isto é: unidade econômica, dualidade jurídica. E como o descumprido foi o contrato principal, a multa deste é que deverá incidir.

Diante disso, o STF aplicou a teoria da coligação contratual nos contratos celebrados entre distribuidor e revendedor de bandeira, evidenciando a ausência de alcance do fim visado pela cadeia e, por conseguinte, a produção de efeitos, tais como, a extinção e a aplicação da multa prevista nos contratos.

O STJ também já se posicionou em diversas oportunidades acerca da existência de contratos coligados envolvendo especificamente a relação entre a distribuidora e o posto bandeirado. A este respeito, ressalte-se o julgamento do Recurso Especial de nº 985531, datado de 01/09/2009, de relatoria do Desembargador convocado Vasco Della Giustina²¹³.

Tratava-se de ação de execução ajuizada pela Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga em face de determinado posto revendedor, visando o pagamento do valor não pago. Na sequência, o posto revendedor apresentou embargos à execução, alegando, entre outras questões, a existência de conexão entre os diversos contratos pactuados e, como tal, requereu a aplicação da exceção de contrato não cumprido, por alegar que a distribuidora não estaria cumprindo adequadamente com todos os negócios jurídicos celebrados.

²¹³ STJ, *Resp.* 985531. 3ª Turma. Relator: Des. convocado Vasco Della Giustina. julg. 01/09/2009. DJe 28/10/2009.

Na primeira instância, o Juiz acolheu parcialmente os embargos à execução, apenas para afastar a cobrança dos juros moratórios. Insatisfeito, o posto revendedor interpôs apelação, a qual fora provida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, para fins de julgar procedentes os embargos à execução, reconhecendo que os contratos são coligados entre si, consoante trecho do acórdão abaixo:

Na espécie sob exame, a conexão dos contratos está evidenciada. Note-se que no contrato de financiamento, na cláusula n. 1, ficou estabelecido que "A IPIRANGA concede ao REVENDEDOR um financiamento no valor indicado no campo 14 que lhe é entregue do acordo com o disposto no campo 15, obrigando-se o REVENDEDOR a aplicar o financiamento recebido na movimentação do Posto de Serviço Ipiranga situado no endereço indicado no campo 11." (fls. 28 dos autos da execução) (grifo não original). Tal conexão ainda pode ser analisada à luz da manifestação de vontade das partes na cláusula n. 3, do contrato, em que se estabelece que "O REVENDEDOR recebe o presente financiamento como meio de auxílio da IPIRANGA para incrementar a comercialização dos produtos de sua marca no Posto de Serviço Ipiranga." (fls. 28 dos autos da execução). As cláusulas acima transcritas mostram que a contratação do financiamento se destinou, exclusivamente, à aquisição de produtos da Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga (fl. 1.128)²¹⁴.

Insatisfeita, a distribuidora opôs embargos infringentes, os quais foram parcialmente acolhidos, motivando, assim, a interposição de recurso especial, sob as alíneas "a" e "c" do art. 105, inc. III da CF. Ao analisar o recurso, o STJ manteve incólume o v. acórdão recorrido, ressaltando que os contratos ora debatidos se enquadram na natureza de contratos coligados, pois "a finalidade das partes ao celebrar o contrato de financiamento, no caso concreto, era, em última análise, fomentar a atividade principal de distribuição e revenda de combustíveis".

Em acréscimo, diante da interdependência destes contratos, declarou o cabimento da exceção de contrato não cumprido ao caso, independentemente da existência de cláusula expressa, pois, como cediço, é justamente a existência de obrigações recíprocas e interdependentes que dá azo à arguição da exceção de contrato não cumprido. Assim, destaca-se a ementa do julgado em comento:

Recurso especial. Embargos à execução. Ofensa ao art. 535 do CPC não configurada. Ausência de prequestionamento. Súmulas 282 e 356 do

²¹⁴ STJ, 3ª T., *Resp.* 985531. *op. cit.*

STF. Dissídio jurisprudencial. Cotejo analítico. Necessidade. Contratos coligados. Unidade de interesses econômicos. Relação de interdependência evidenciada. Exceção de contrato não cumprido. Título executivo. Inexigibilidade. [...] 4. A unidade de interesses, principalmente econômicos, constitui característica principal dos contratos coligados. 5. Concretamente, evidenciado que o contrato de financiamento se destinou, exclusivamente, à aquisição de produtos da Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga, havendo sido firmado com o propósito de incrementar a comercialização dos produtos de sua marca no Posto de Serviço Ipiranga, obrigando-se o Posto revendedor a aplicar o financiamento recebido na movimentação do Posto de Serviço Ipiranga, está configurada a conexão entre os contratos, independentemente da existência de cláusula expressa. 6. A relação de interdependência entre os contratos enseja a possibilidade de arguição da exceção de contrato não cumprido. 7. Na execução, a exceção de contrato não cumprido incide sobre a exigibilidade do título, condicionando a ação do exequente à comprovação prévia do cumprimento de sua contraprestação como requisito imprescindível para o ingresso da execução contra o devedor. 8. Recurso especial desprovido²¹⁵.

Desta feita, o STJ constatou a relação de dependência entre os contratos, a partir da unidade de interesse entre eles, pois o contrato de financiamento havia sido constituído diretamente para aquisição do produto da distribuidora, tendo como pressuposto o incremento da própria atividade de comercialização do combustível. Assim, diante da constatação da cadeia coligada, reconheceu os efeitos a ela inerentes, aplicando-se a exceção de contrato não cumprido ao caso.

A doutrina, por sua vez, também reconhece a coligação contratual envolvendo os negócios jurídicos com fulcro na distribuição de combustível.

Francisco Crescenzo De Marino, em estudo sobre a relação entre contrato de distribuição e de locação do imóvel para exploração do comércio de combustível, declara que a finalidade das partes é, em última análise, distribuir os combustíveis e demais produtos da locadora por meio de posto de revenda instalado em imóvel por ela locado ao revendedor. Destarte, resta evidente a vontade de estabelecer relação de

²¹⁵ STJ, 3ª T., *Resp.* 985531. *op. cit.*

dependência entre os contratos de locação e de distribuição, apesar da ausência de cláusula contratual expressa nesse sentido²¹⁶.

Sobre o tema, Carlos Roberto Gonçalves ilustra os contratos celebrados entre a distribuidora e o revendedor de combustível como sendo coligados:

Como exemplo de contrato coligado são também citados o celebrado pelas distribuidoras de petróleo com os exploradores de postos de gasolina, que engloba, em geral, várias avenças interligadas, como fornecimento de combustíveis, arrendamento de bombas, locação de prédios, financiamento etc.²¹⁷

Destarte, justifica-se a existência de coligação contratual entre os contratos celebrados pela distribuidora e o revendedor a partir da identificação da finalidade econômica que permeia todos estes negócios jurídicos.

Ademais, diferentemente dos contratos mistos, os negócios jurídicos ora elucidados não advêm de um único instrumento contratual, mas sim de contratos autônomos, os quais se interligam pelo fim visado, que é a distribuição do combustível.

Além disso, como forma de evidenciar a coligação contratual, é oportuna a análise destes negócios jurídicos a partir da causa concreta, já abordada neste trabalho, a qual consiste na função do contrato celebrado entre as partes, isto é, em sua razão prática hábil a produção de efeitos, sendo elemento significativo para identificação dos contratos coligados²¹⁸

Nesta senda, Silvio Roberto da Silva, em estudo sobre a relação constituída entre a distribuidora e o posto revendedor de bandeira, destaca que a causa principal dos contratos dever ser entendida como o fornecimento pela distribuidora da quantidade de combustíveis ajustada nas condições de qualidade, preço e pagamento fluentes, e de outro lado a aquisição pelo revendedor de tal quantidade, observando as obrigações

²¹⁶ MARINO, Francisco Paulo De Crescenzo. Contratos coligados e qualificação contratual em algumas decisões recentes do STJ. *Revista do IASP*. 19.ed. jan-jun/2007, p. 143-144.

²¹⁷ GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: contratos e atos unilaterais*. op.cit, p. 117.

²¹⁸ A causa concreta foi objeto de estudo no subcapítulo 01.1.

inerentes ao negócio, tais como a marca, a exclusividade e a utilização dos equipamentos segundo a destinação pactuada²¹⁹.

Em acréscimo, analisando tais contratos, à luz da causa concreta, Carlos Nelson Konder afirma que a fixação do aluguel com fundamento no preço de venda do combustível indica o caráter associativo da função concreta do contrato, retomando a questão da pluralidade de pactos e da perspectiva funcional como um todo; constando a base do fenômeno coligado entre as partes, voltado a uma comum finalidade econômica²²⁰.

Assim, o revendedor de bandeira, ao se vincular à determinada distribuidora, celebra diversos contratos atrelados à marca, à utilização dos equipamentos, à qualidade, ao preço dos produtos, entre outros, cuja causa concreta está atrelada à comercialização do combustível, sendo que todos os negócios jurídicos cooperam entre si para tal fim.

Outrossim, visando classificar a coligação constituída, relembra-se as espécies apresentadas neste trabalho, isto é, a legal, acessória e voluntária. No caso, infere-se que a presente cadeia coligada não advém de previsão legal²²¹. Por outro lado, atesta-se a livre vontade das partes em celebrarem contratos conexos entre si, bem como a possibilidade de existirem negócios jurídicos de natureza acessória, tais como garantias de hipoteca ou fiança.

Logo, não se exclui a coligação contratual atinente à natureza dos contratos; todavia, tal identificação se aplicaria, tão somente, a determinados negócios jurídicos pertencentes ao complexo; ao passo que a vontade de coligar é elemento essencial para a constituição desta cadeia, cujo termo prescinde de previsão expressa.

²¹⁹ DA SILVA, Silvio Roberto. Os contratos de distribuição de combustíveis e as cláusulas gerais da função social do contrato e da boa-fé objetiva. In: Marilda Rosado de Sá Ribeiro (org.). *Estudos e pareceres: Direito do petróleo e gás*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005, p. 274.

²²⁰ KONDER, Carlos Nelson. Qualificação e coligação contratual. In: *Revista Luso Brasileira*. Ano 04. n.01, p. 385-386.

²²¹ As espécies de coligação foram objeto de estudo no subcapítulo 1.4.

Com efeito, tendo em vista que a coligação voluntária advém da vontade das partes e poderá ser identificada por cláusula expressa ou por circunstâncias interpretativas, esta última no caso de coligação implícita, conclui-se que os contratos celebrados entre a distribuidora e o revendedor de combustível se enquadram neste tipo de coligação, pois as partes livremente constituem a conexão entre os contratos, tendo como fim visado a comercialização deste produto e sua constatação decorre de interpretação.

Por conseguinte, a partir dos exemplos apresentados, entende-se pela existência de uma coligação voluntária implícita envolvendo os contratos celebrados entre a distribuidora e o revendedor, seja por advir da vontade das partes, seja pelas circunstâncias interpretativas demonstrarem a existência da cadeia coligada constituída.

3.3 Legislação vigente e Órgão Regulador

Consoante elucidado no presente trabalho, a Lei nº 9.478/1997 (Lei do Petróleo) definiu as atividades do distribuidor e revendedor do produto, bem como criou o órgão regulador, conhecida como ANP (v. item 3.1). Neste sentido, a atividade de distribuição é atualmente regulada pela Resolução de nº 58/2014 da ANP, a qual revogou a Portaria nº 29/1999; enquanto a revenda é regulada pelas Resoluções nº 41/2013 e 668/2017, sendo que esta última revogou a Portaria nº 116/2000.

A distribuidora, para o exercício das atividades de comercialização do combustível, deve se enquadrar nos requisitos da Resolução 58/2014, quais sejam: (i) tratar-se de pessoa jurídica, constituída sob as leis brasileiras; (ii) possuir autorização para o exercício da atividade; e (iii) cumprir com as disposições da resolução, nos moldes do art. 3º.

Ainda, em seu art. 6º, a Resolução expõe outros requisitos para atuar como distribuidora, entre estes, destacam-se: (iv) a documentação necessária para instruir o pedido de registro de distribuidor; (v) o capital social mínimo que deve ser integralizado pela pessoa jurídica interessada na obtenção do registro; (vi) a obrigatoriedade de comprovar capacidade financeira para o exercício da atividade correspondente ao montante de recursos necessários à cobertura das operações de compra e venda de

produtos, inclusive os tributos envolvidos; e (vii) a comprovação de terreno e a instalação de equipamentos para armazenamento do combustível.

Assim, somente poderá exercer a atividade de distribuição de combustível a pessoa jurídica que comprovar o preenchimento de todos estes requisitos legais previstos taxativamente, caso contrário, não obterá a autorização da ANP e, tampouco, poderá desenvolver referida atividade.

No tocante às obrigações e proibições da distribuidora, estas estão previstas no art. 36 da Resolução 58/2014, assim elencadas: o dever de (i) manter atualizados os documentos das fases de habilitação para distribuição; (ii) garantir a homogeneidade e a especificação do combustível comercializado; (iii) garantir as especificações técnicas quanto à qualidade dos combustíveis líquidos; e (iv) a vedação de não adicionar ao combustível líquido adquirido qualquer substância cuja mistura não tenha sido previamente autorizada pela ANP;

Em acréscimo, prevê as obrigações de: (v) tornar disponível em sua instalação, para agentes de fiscalização da ANP ou de órgãos conveniados, pelo prazo de 6 (seis) meses, todos os registros de movimentação e estoques de combustíveis líquidos escriturados e atualizados; e (vi) a vedação de comercialização com o TRR da gasolina automotiva A ou C, de mistura biodiesel/óleo diesel não especificada ou não autorizada pela ANP.

Deste modo, além dos requisitos para atuar como distribuidora, há deveres e vedações a serem devidamente observados por esta, para o devido exercício da atividade empenhada.

Por sua vez, o revendedor, para transmitir o combustível ao consumidor final, deverá seguir com os requisitos previstos na Resolução nº 41/2013, expostos no art. 6º, a seguir elencados: (i) seja a atividade realizada por pessoa jurídica, constituída sob as leis brasileiras; (ii) possuir autorização de revenda varejista de combustíveis; (iii) atender as disposições da Resolução; e (iv) comprovar a contratação do laboratório credenciado de sua região, no âmbito do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC), para realização das análises físico-químicas indicativas da qualidade dos combustíveis líquidos revendidos.

Logo, a revenda de combustível ao consumidor final somente será exercida por aquele que comprovar o preenchimento cumulativo dos requisitos legais expostos, pois, não o fazendo, restará impossibilitado o exercício da referida atividade.

A respeito das obrigações dos revendedores, infere-se a sua previsão no art. 22 da Resolução nº 41/2013, quais sejam: (i) adquirir combustível no atacado e revendê-lo a varejo; (ii) garantir a qualidade do combustível comercializado; (iii) a exibição dos preços dos combustíveis em painel próprio; e (iv) o fornecimento de combustível automotivo somente por intermédio de equipamento medidor, denominado bomba abastecedora, aferida e certificada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) ou por empresa por ele credenciada, sendo vedada a entrega no domicílio do consumidor.

Ademais, prevê as obrigações de: (v) autorizar o livre acesso ao posto, bem como disponibilizar as amostras de combustíveis para a realização de testes de qualidade; (v) a proibição de retenção de estoque de combustível, deixando de atender à demanda do consumidor; (vi) manter em perfeito estado de funcionamento e conservação os equipamentos medidores e tanques de armazenamento de sua propriedade, bem como os de terceiros cuja manutenção seja de sua responsabilidade; (vii) notificar o distribuidor de combustíveis proprietário de bomba medidora e tanques de armazenamento, quando houver necessidade de manutenção dos mesmos; e (viii) identificar em cada bomba abastecedora de combustível, no painel de preços, e nas demais manifestações visuais, de forma destacada, visível e de fácil identificação para o consumidor, o combustível comercializado.

Ainda, o revendedor é obrigado a exibir os preços de todos os combustíveis automotivos comercializados no estabelecimento, de modo destacado e de fácil visualização à distância e, em caso de diferença no preço, a bomba deverá ser identificada, nos termos dos arts. 18 e 19.

Outrossim, observa-se uma exigência específica ao revendedor que optar por se vincular à determinada distribuidora, consistente no dever de exibir, na identificação do combustível, o nome fantasia dos fornecedores, nos moldes do §2º do art. 18.

Além disso, a aludida Resolução ainda dispõe acerca de proibições aos revendedores varejistas, consoante art. 21 nos incisos I a XIII, tais como, não poder: (i) alienar, emprestar ou permutar, sob qualquer pretexto, combustível automotivo com outro revendedor varejista; (ii) condicionar a revenda de combustível ou serviço (venda casada); (iii) estabelecer limites quantitativos para revenda ao consumidor; (iv) misturar qualquer produto ao combustível automotivo; e (v) operar o estabelecimento caso os documentos imprescindíveis estejam fora do prazo.

Ademais, é vedado ao revendedor: (vi) fornecer ao consumidor, volume de combustível automotivo diverso do indicado na bomba medidora, observadas as variações volumétricas permitidas pelo órgão metrológico competente; (vii) comercializar e entregar combustível automotivo em local diverso do estabelecimento da revenda varejista, sem autorização específica para fazê-lo; e (viii) ocultar, violar ou inutilizar lacre, selo ou sinal, empregado por ordem da fiscalização, para identificar ou cerrar estabelecimento, instalação, equipamento ou obra; entre outras não destacadas.

Desta forma, para o exercício da atividade de revenda do combustível, deverá o varejista, denominado de Posto de bandeira, cumprir adequadamente com as obrigações previstas na Resolução 41/2013, além de observar as proibições, para não as realizar.

No tocante a eventuais sanções possíveis de serem aplicadas ao revendedor e distribuidora, ressalte-se que ambos estarão sujeitos às sanções administrativas disciplinadas na Lei 9.847/99, em caso de descumprimento de suas obrigações ou ocorrência das vedações legais, consoante previsão do art. 45 das Resoluções 58/2014 e 41/2013²²².

Assim, a Lei 9.847/99 prevê em seu art. 2º as sanções administrativas, sem prejuízo das de natureza civil e penal cabíveis, a serem aplicadas às distribuidoras e revendedores, destacando-se as seguintes: (i) multa; (ii) apreensão de bens e produtos; (iii) perdimento de produtos apreendidos; (iv) cancelamento do registro do produto junto

²²² Art. 45. O não atendimento às disposições desta Resolução sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e no Decreto nº 2.953, de 28 de janeiro de 1999, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

à ANP; (v) suspensão de fornecimento de produtos; (vi) suspensão temporária, total ou parcial, de funcionamento de estabelecimento ou instalação; (vii) cancelamento de registro de estabelecimento ou instalação; e (viii) revogação de autorização para o exercício de atividade; as quais poderão ser aplicadas de forma cumulativa.

Diante do exposto, a Lei nº 9.478/1997 estabelece as funções da distribuidora e do revendedor e cria a ANP, a agência regulatória que, através de suas Portarias e Resoluções, dispõe das obrigações e deveres destes entes; além da existência de possíveis sanções a serem aplicadas, as quais estão previstas na Lei nº 9.478/1997.

Desta feita, estão apresentadas as obrigações, vedações e sanções aplicáveis ao revendedor e distribuidora, cuja elucidação é de significativa importância para a análise específica da relação contratual estabelecida entre ambos, visando aferir a sua melhor forma de tratamento, seja para evitar um possível conflito, seja para remediá-lo, ou ainda, para verificar a solução ideal de resolução de conflitos, com observância ao melhor interesse das partes.

3.4 Tipologia de contratos celebrados entre a distribuidora e o revendedor de bandeira

Diante da elucidação da relação contratual entre a distribuidora e o revendedor de bandeira, mas também de sua identificação como coligação de contratos, cujo fim visado se refere à comercialização do combustível, é imperiosa a abordagem individual dos contratos celebrados entre a distribuidora e o revendedor, para posteriormente analisar os efeitos desta coligação.

Assim, tendo em vista que na relação contratual ora em estudo poderão ser celebrados diversos negócios jurídicos, sem desconsiderá-los em sua integralidade, o presente tópico apresenta alguns dos principais contratos, os quais estão atrelados à compra e venda, marca, local de comercialização do produto, utilização dos equipamentos e, ainda, ao empréstimo de capital visando o desenvolvimento e fomento da atividade empresarial.

Diante disso, o presente tópico explana, de modo individual, os contratos de compra e venda mercantil, locação e sublocação do imóvel, comodato de equipamentos, franquia e mútuo para reforma, construção do posto revendedor ou formação de capital de giro; elucidando os seus conceitos, classificações, legislações aplicáveis e respectivas funções perante a coligação contratual celebrada entre a distribuidora e o revendedor de bandeira.

3.4.1 Contrato de compra e venda mercantil

A compra e venda é o contrato por meio do qual o adquirente (comprador) paga determinado preço em dinheiro com o fim de obter para si a transferência definitiva do bem do alienante (vendedor)²²³.

Poder-se-ia dizer que a compra e venda seria a “troca” de um bem por dinheiro ou por crédito²²⁴. É o contrato que melhor retrata a atividade de intermediação característica do mercado: por meio dele, o empresário obtém as mercadorias que revenderá com lucro; a compra e venda é mercantil, no direito brasileiro, quando celebrada entre dois empresários, cuja constatação depende a aferição dos requisitos subjetivos e objetivos²²⁵.

Diante da conceituação do presente contrato, apresentam-se os fatores que qualificam o contrato de compra e venda de combustível como sendo de natureza mercantil, mais precisamente, os requisitos objetivos e subjetivos previstos no Código Civil.

²²³ LISBOA, Roberto Senise. *Manual de direito civil: Contratos e declarações unilaterais: teoria geral e espécies*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. v. 3. p. 285.

²²⁴ VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito civil: contratos em espécie*. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2022. v. 3. p.253.

²²⁵ “Quando vigia o Código Comercial de 1850, a mercantilidade deste contrato dependia do atendimento a três requisitos: subjetivo, o finalístico. O primeiro, pertinente às qualidades dos contratantes, determinava que fosse empresário o comprador ou o vendedor. O segundo restringia aos bens móveis ou semoventes o objeto do contrato. O último requisito da mercantilidade da compra e venda dizia respeito aos objetivos do negócio. Com a entrada em vigor do Código Civil de 2002, a caracterização da compra e venda mercantil passa a depender apenas da condição de empresário dos dois contratantes. A qualidade do objeto de contrato (sempre uma mercadoria) e a finalidade da operação (circulação de mercadorias) são decorrentes deste requisito subjetivo”. (COELHO, Fabio Ulhoa. *Curso de direito comercial*. vol. 03. direito de empresa. 17.ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 69).

O requisito objetivo encontra-se na satisfação, à medida que o objeto do contrato mercantil entre a distribuidora e revendedor é a aquisição de combustível e subprodutos derivados do petróleo; o requisito subjetivo é preenchido, pois as partes contratantes (distribuidora e revendedor) são sociedades empresárias, por definição e natureza²²⁶.

Deste modo, constata-se que o contrato de compra e venda de combustível celebrado entre a distribuidora e o posto revendedor se enquadra na condição de mercantil, seja por se tratar de negócio jurídico celebrado entre empresários, seja pela finalidade elementar da atividade de aquisição do derivado do petróleo para posterior revenda.

Trata-se, portanto, de contrato consensual, bilateral, sinalagmático, oneroso e comutativo que, de forma simplista, pode ser consolidado como pacto de compra e venda mercantil²²⁷, firmado entre distribuidora e revendedor, sendo, assim, um ajuste para a aquisição e revenda de combustíveis derivados de petróleo, álcool combustível e demais subprodutos²²⁸.

É consensual, pois ambas as partes celebram livremente o contrato. Bilateral, uma vez que são estabelecidas obrigações para ambas as partes. Oneroso, pois é celebrado mediante pagamento por parte do revendedor. Sinalagmático, em razão da prestação e contraprestação existente. Comutativo, já que no ato de celebração do contrato já são estabelecidos os deveres e obrigações de ambas as partes.

O contrato de compra e venda é de execução continuada, ou seja, se prolonga no tempo, sendo de integração entre o distribuidor e revendedor. As partes, por meio de colaboração, buscam vantagens recíprocas na distribuição e revenda de produtos aos consumidores finais.

²²⁶ SILVA, Luiz Antonio Guerra da; GONÇALVES. *Contrato de distribuição e revenda de combustível*. op.cit, p. 80.

²²⁷ BULGARELLI, Waldirio. *Contratos mercantis*. 13.ed. São Paulo: Atlas, 2000, p. 182.

²²⁸ SILVA, Luiz Antonio Guerra da; GONÇALVES. *Contrato de distribuição e revenda de combustível*. op.cit, p. 80-81.

Diante da natureza mercantil deste contrato de compra e venda, destacam-se os seus três elementos: a coisa, o preço e o consentimento²²⁹. A coisa é necessariamente uma mercadoria; o preço, tendo em vista o princípio geral da liberdade de composição presente no sistema brasileiro, tende a ser fixado exclusivamente pelos contratantes²³⁰. Assim, para celebração deste contrato, é essencial que as partes acordem livremente acerca do preço e da coisa a ser comprada e vendida. No contrato ora objeto de estudo a coisa se refere ao combustível. Já o preço será estabelecido pelas partes.

Abordando especificamente o contrato de compra e venda de combustível, Mauro Corradi, visando minimizar eventual sacrifício elevado do revendedor²³¹, apresenta os seguintes requisitos mínimos:

- a) prazo de entrega dos pedidos, com obrigação de a distribuidora garantir as mesmas condições do dia que deveriam ser entregues, no caso de atraso; b) forma de fixação do preço, descontos ou vantagens concedidas, bem como a garantia de que a distribuidora proporcionará toda e qualquer vantagem adicional que venha a ser oferecida a outro posto revendedor situado na mesma área de influência; c) o volume total a ser adquirido durante o preço avençado, observado o efetivo potencial de vendagem do posto; d) a obrigação de a distribuidora garantir as necessidades mensais de consumo do posto revendedor; e) a

²²⁹ Enunciam-se tradicionalmente três elementos no contrato de compra e venda: res (a coisa), pretius (o preço) e consensus (o consentimento). In: VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito civil: contratos em espécie*. op.cit, p. 260; Consoante art. 482 do CC: “A compra e venda, quando pura, considerar-se-á obrigatória e perfeita, desde que as partes acordarem no objeto e no preço”.

²³⁰ COELHO, Fabio Ulhoa. *Curso de direito comercial*. vol. 03. direito de empresa. op.cit, p. 71-74; A respeito da coisa, Maria Helena Diniz especifica os seus requisitos: (a) existência corpórea ou incorpórea, que pode ser potencial no momento da celebração do contrato, mas deverá ser efetiva na data de sua entrega ao comprador; (b) individualidade, isto é, objeto determinado ou determinável; (c) disponibilidade no comércio; (d) possibilidade de ser transferida ao comprador. In: DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro: Teoria das obrigações contratuais e extracontratuais*. Volume 3. ed. 28. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 76. Quanto ao preço, Ricardo Negrão Nogueira dispõe: “As partes devem estabelecer um preço em dinheiro, característica que distingue o contrato de compra e venda do contrato de troca ou permuta”. In: NOGUEIRA, Ricardo José Negrão. *Curso de Direito Comercial e de Empresa*. vol. 02. 12.ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023, p. 106.

²³¹ Consoante art. 478 do Código Civil: “Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato. Os efeitos da sentença, que a decretar, retroagirão à data da citação”. Sobre a onerosidade excessiva, Maria Helena Diniz, expõe que esta ocorre quando um evento extraordinário e imprevisível dificultar extremamente o adimplemento do contrato por uma das partes (DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro: Teoria das obrigações contratuais e extracontratuais*. op.cit, p. 183). De modo semelhante, é a lição de Orlando Gomes, segundo a qual, a onerosidade excessiva se verifica quando uma prestação de obrigação contratual se torna, no momento da execução, notavelmente mais gravosa do que era à época da celebração do contrato (GOMES, Orlando. *Contrato*. op.cit, p. 180).

possibilidade de as metas de venda inicialmente pactuadas serem revistas; f) a responsabilidade exclusiva da distribuidora pelas irregularidades ocultas ou de difícil constatação nas mercadorias que receber o posto revendedor²³².

Em outros termos, com intuito de evitar sacrifício desproporcional elevado da revendedora e eventual litígio entre as partes, é importante que no momento da celebração do contrato de compra e venda sejam estabelecidos: (i) o prazo de entrega dos pedidos, isto é, do combustível; (ii) o modo de fixação do preço; (iii) o volume total de combustível a ser comprado pela revendedora; (iv) o dever da distribuidora de garantia das necessidades mensais de consumo do Posto; (v) estabelecimento de possíveis metas de vendas; e (vi) responsabilidade da distribuidora por vícios no produto entregue ao revendedor.

Diante disso, o contrato de compra e venda mercantil em estudo é celebrado pela distribuidora com o revendedor tendo como objeto o combustível, sendo que a primeira vende o produto para a segunda, a qual, por sua vez, tem o dever de pagar o preço acordado em favor daquela. Por conseguinte, trata-se de contrato oneroso, bilateral, comutativo e sinalagmático, pois se realiza mediante pagamento e há obrigações de ambas as partes, contendo prestação e contraprestação, já definidas no ato da contratação.

Ademais, o referido contrato necessariamente possui três elementos, quais sejam, a coisa, o preço e o consentimento; a primeira é o combustível e, mediante acordo de vontades, será fixado o preço entre as partes. Ainda, podem as partes já estabelecerem cláusulas de modo a evitar eventual sacrifício desproporcional elevado à revendedora, como, por exemplo, já definir o prazo de entrega dos produtos, o modo de fixação dos preços e a responsabilidade da distribuidora por vícios no combustível.

²³² CORRADI, Mauro. *Curso realizado em Simpósio Posto de gasolina: o segredo da administração eficaz*. Auditores independentes e Consultores Associados, Goiânia, 1998.

3.4.2 Contrato de locação e sublocação do imóvel

A locação é o contrato pelo qual uma pessoa se obriga a ceder temporariamente o uso e gozo de uma coisa fungível, mediante certa remuneração²³³-segundo o art. 565 do Código Civil, é contrato pelo qual “uma das partes se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso e gozo de coisa não fungível, mediante certa retribuição”.

Assim, o objeto do contrato de locação é o uso e gozo temporário de coisa fungível, mediante remuneração, ou seja, exige-se que seja coisa substituível, com prazo determinado e, necessariamente, oneroso; sendo este último elemento da natureza do contrato locatício, pois a sua falta implicaria na existência do contrato de comodato.

A relação contratual é constituída pelo locador, o qual cede o bem para uso, e o locatário, que utiliza do bem mediante remuneração. No presente trabalho, é estudado especificamente o contrato celebrado entre a distribuidora e o revendedor, no qual a primeira, como proprietária do imóvel, cede o espaço para o posto revendedor, mediante o pagamento de remuneração, para fins de explorar o comércio de combustível.

Além da hipótese elucidada, isto é, da própria distribuidora ser a proprietária do imóvel, é possível também que o imóvel seja de terceiro e a distribuidora o alugue vindo posteriormente a sublocá-lo ao posto revendedor.

Neste sentido, Maria Helena Diniz elenca as seguintes características do contrato de locação: i) bilateral, porque tanto o locador como o locatário se obrigam reciprocamente; ii) oneroso, visto que cada contraente busca obter para si determinada vantagem; iii) comutativo, porque as mútuas vantagens são equivalentes e conhecidas desde a celebração do ato negocial; iv) consensual, uma vez que não depende de forma especial, exceto em casos muito particulares; [...] e v) de execução continuada, pois sobrevive com a persistência da obrigação, apesar de ocorrerem soluções periódicas, até que, pelo decurso de um certo prazo, cessa o contrato²³⁴.

²³³ SILVA PEREIRA, Caio Mário. *Instituições de direito civil*. v. III. 11.ed. atual. Por Regis Fichtner: Rio de Janeiro, Forense, 2003, p. 272.

²³⁴ DINIZ, Maria Helena. *Lei de locações de imóveis urbanos comentada*. 9.ed. São Paulo: 2008, p.1-2.

A Lei 8.245 de 18 de outubro de 1991 (Lei do Inquilinato) regulamenta a locação de bens imóveis urbanos residenciais ou comerciais. No presente trabalho, abordar-se-ão especificamente os últimos, pois o contrato de locação ora debatido não visa à moradia, mas, sim, à concessão de espaço para revenda do combustível.

A respeito dos imóveis não residenciais, Arnaldo Rizzardo dispõe: “é o prédio que não se destina à moradia habitual do usuário, seus familiares ou dependentes. A finalidade, na maioria das vezes, é para uso comercial ou industrial”²³⁵; cuja locação está disciplinada no art. 55 da Lei 8.245/91²³⁶.

De toda sorte, tendo em vista as características do imóvel não residencial e o instituto da locação, infere-se que o contrato ora em estudo tem, de um lado, a distribuidora, a qual é proprietária do imóvel e o cede para exploração do comércio de combustível, e do outro, o posto revendedor, o qual utiliza o imóvel, mediante pagamento em favor da locadora, para revenda do produto ao consumidor final.

Sobre a locação de imóvel não residencial, se destacam relevantes obrigações do locador e locatário, previstas nos artigos 22 e 23 da Lei 8.245/91, quais sejam, deverá o locador: (i) entregar o imóvel em estado de servir ao uso que se destina, de modo a possibilitar o uso e fruição da coisa;(ii) garantir o uso pacífico do imóvel e manter a sua forma e destino; e (iii) responderá por vícios ou defeitos anteriores à locação.

Por sua vez, o locatário deverá: (i) pagar pontualmente o aluguel e encargos da locação; (ii) servir-se do imóvel para uso convencionado ou presumido; (iii) restituir o imóvel no estado em que o recebeu, exceto se houverem deteriorações referentes ao seu uso normal; (iv) realizar a reparação de danos verificados no imóvel; e (v) não é permitido modificar a forma interna ou externa do imóvel sem o consentimento prévio e por escrito do locador.

²³⁵ RIZZARDO, Arnaldo. *Contratos*. 9.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009, p. 483.

²³⁶ Considera - se locação não residencial quando o locatário for pessoa jurídica e o imóvel, destinar - se ao uso de seus titulares, diretores, sócios, gerentes, executivos ou empregados

Assim sendo, na hipótese de o locatário de imóvel não residencial descumprir com suas obrigações contratuais, tais como, faltar com o pagamento do aluguel e acessórios, se o contrato não possuir qualquer garantia; deixar de desocupar o imóvel no prazo estipulado, após transcorrido o prazo de 30 dias da notificação para desocupá-lo; ou até mesmo no caso de eventual morte do locatário, poderá o locador obter o deferimento de liminar em ação de despejo, para desocupação imediata do imóvel, nos termos do art. 59, §1º, incisos I a IX da Lei 8.245/91²³⁷.

Além disso, visando atenuar a disposição do inc. IX do §1º do art. 59, a Lei nº 12.112/2009, acrescentou a este dispositivo o §3º, dispondo que: “No caso do inciso IX do §1º deste artigo, poderá o locatário evitar a extinção da locação e elidir a liminar de desocupação se, dentro de quinze dias concedidos para a desocupação do imóvel e independentemente de cálculo, efetuar o depósito judicial que contemple a totalidade dos valores devidos”.

²³⁷ Art. 59. Com as modificações constantes deste capítulo, as ações de despejo terão o rito ordinário.
§ 1º Conceder - se - á liminar para desocupação em quinze dias, independentemente da audiência da parte contrária e desde que prestada a caução no valor equivalente a três meses de aluguel, nas ações que tiverem por fundamento exclusivo:
I - o descumprimento do mútuo acordo (art. 9º, inciso I), celebrado por escrito e assinado pelas partes e por duas testemunhas, no qual tenha sido ajustado o prazo mínimo de seis meses para desocupação, contado da assinatura do instrumento;
II - o disposto no inciso II do art. 47, havendo prova escrita da rescisão do contrato de trabalho ou sendo ela demonstrada em audiência prévia;
III - o término do prazo da locação para temporada, tendo sido proposta a ação de despejo em até trinta dias após o vencimento do contrato;
IV - a morte do locatário sem deixar sucessor legítimo na locação, de acordo com o referido no inciso I do art. 11, permanecendo no imóvel pessoas não autorizadas por lei;
V - a permanência do sublocatário no imóvel, extinta a locação, celebrada com o locatário.
VI - o disposto no inciso IV do art. 9º, havendo a necessidade de se produzir reparações urgentes no imóvel, determinadas pelo poder público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do locatário, ou, podendo, ele se recuse a consenti-las;
VII - o término do prazo notificador previsto no parágrafo único do art. 40, sem apresentação de nova garantia apta a manter a segurança inaugural do contrato;
VIII - o término do prazo da locação não residencial, tendo sido proposta a ação em até 30 (trinta) dias do termo ou do cumprimento de notificação comunicando o intento de retomada;
IX - a falta de pagamento de aluguel e acessórios da locação no vencimento, estando o contrato desprovido de qualquer das garantias previstas no art. 37, por não ter sido contratada ou em caso de extinção ou pedido de exoneração dela, independentemente de motivo.

A aludida ação tramitará sob o rito ordinário e, sendo julgada procedente, o juiz determinará a expedição do mandado de despejo, contendo o prazo de trinta dias para desocupação voluntária, nos moldes do art. 63 da Lei 8.245/91.

Há, ainda, a possibilidade de o locatário ajuizar ação renovatória, para renovar o contrato de locação, cujo intuito é proteger a construção do fundo de comércio realizado pelo locatário. Porém, o sublocatário, quando houver, é o real titular dessa proteção, posto que detém a posse direta do imóvel e o utiliza com finalidade comercial, de modo que é esse trabalho que deve ser protegido²³⁸.

Para tanto, deverá o locatário comprovar que: (i) o contrato foi celebrado por escrito e com prazo determinado; (ii) o prazo mínimo do contrato é de cinco anos; e (iii) ainda esteja o locatário explorando o imóvel para o ramo de comércio ao qual foi celebrado o contrato, pelo prazo mínimo de três anos, consoante previsão dos artigos 71 a 74 da Lei 8.245/91.

Diante do exposto, o contrato objeto de estudo se trata da locação ou sublocação de imóvel celebrada entre a distribuidora e o revendedor de combustível, cujas características se enquadram na locação de imóvel não residencial prevista na Lei 8.245/91, pois a distribuidora cede o espaço ao revendedor para uso e gozo do imóvel, visando a exploração do comércio de combustível.

Desta feita, o presente contrato é oneroso, comutativo, bilateral e de execução continuada, ou seja, se realiza mediante pagamento, e as duas partes já possuem obrigações e deveres definidas e a relação contratual é estendida no tempo. Por fim, há remédios judiciais para defesa dos interesses da distribuidora e revendedor, tais como, a ação de despejo movida pela distribuidora, por inadimplemento do aluguel e a ação renovatória pela revendedora, na hipótese de resistência da distribuidora ao pedido, devendo, para tanto, comprovar o preenchimento dos requisitos legais.

²³⁸ GUILHERME, Luiz Fernando de Almeida. *Comentários à Lei de Locações*: Lei n. 8.245/91, de 18 de outubro de 1991. Barueri: Manole, 2017, p. 61.

3.4.3 Contrato de comodato de equipamentos

Para Silvio Rodrigues, o comodato é o empréstimo de coisa não fungível, eminentemente gratuito, no qual o comodatário recebe a coisa emprestada para uso, devendo devolver a mesma coisa, ao termo do negócio²³⁹.

Deste modo, o art. 579 do Código Civil estabelece: “O comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis. Perfaz-se com a tradição do objeto”. Ou seja, trata-se de contrato no qual uma pessoa, denominada de comodante, cede a outra, chamada de comodatário, o uso e gozo de coisas infungíveis, de forma absolutamente gratuita. O elemento gratuidade decorre da própria natureza do negócio jurídico, pois, caso contrário, seria confundido com o contrato de locação.

Não se considera contraprestação o dever do comodatário de restituir a coisa, findo o prazo, nem o dever de cuidar da coisa, ou a exigência contratual de pagar as despesas de condomínio, os impostos, a água e a energia consumidos, e a conta de telefone, durante o uso. São deveres legais e contratuais, mas não contraprestação²⁴⁰.

Paulo Lobo assim elenca as características do comodato: contrato real, pois é necessário que haja tradição da coisa, do comodante para o comodatário, para conclusão do contrato; é unilateral, em razão de gerar obrigações apenas ao comodatário, sendo a entrega da coisa pelo comodante a condição para sua formação; é temporal, eis que, não tendo as partes fixado o prazo, este deve ser entendido como o necessário para a finalidade do empréstimo²⁴¹.

O comodato poderá ser de coisa móvel ou imóvel. O contrato ora objeto de estudo se refere a coisas móveis, em especial os equipamentos que são cedidos pela comandante, distribuidora, em favor do comodatário, o posto revendedor; como por exemplo, as bombas e tanques de abastecimento, para revenda do combustível.

²³⁹ RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil*. 28.ed. São Paulo: Saraiva, 2022, p. 255-256.

²⁴⁰ LÔBO, Paulo Luiz Neto. *Direito Civil*: Volume 3: Contratos. 8. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022, p.380.

²⁴¹ Idem, *Ibidem*.

Ao comodatário incumbe os seguintes deveres, dispostos no art. 585 do Código Civil: conservar a coisa durante o uso. Deste dever de conservação emerge a obrigação de responder por despesas necessárias e ordinárias. Logo, caberá ao comodatário guardar o bem que lhe foi cedido, de modo a exercer o devido cuidado, atuando com a diligência do bom pai de família²⁴².

Nesta senda, Paulo Nader expõe: “Em relação à coisa, o comodatário deve usar a diligência do bom pai de família, cumprindo-lhe conservá-la, com zelo, a fim de restituí-la, findo o comodato, nas condições em que a recebeu”²⁴³. Ainda, se a coisa vier a se danificar ou se perder, responderá o comodatário pelos prejuízos, pois se demonstrará que o comodatário não agiu com a diligência necessária.

Além disso, o comodatário deverá usar a coisa de forma adequada, não podendo “usá-la senão de acordo com o contrato, ou a natureza dela, sob pena de responder por perdas e danos” (CC, art. 582).

Por exemplo, se o contrato se refere ao empréstimo de equipamentos para obtenção e revenda do combustível, não poderá o comodatário utilizar daqueles para outro fim senão o convencionado entre as partes.

Ademais, é dever do comodatário restituir a coisa no prazo estipulado, ou, não sendo este determinado, quando findo o necessário ao uso cedido. O comodatário incorrerá em mora quando se negar a restituir a coisa emprestada, estando vencido o prazo convencionado em contrato. Nesta hipótese, o comodatário poderá ser sancionado a arcar com custos de aluguel (CC, art. 582).

²⁴² - Ci riferiamo – come è evidente – principalmente alla nozione di buon padre di famiglia, che non è soltanto quella richiamata nel maggior numero di norme contemplanti la diligenza, ma pure quella che sembra idonea a contrassegnare una peculiare figura di diligenza. Tradução livre: “Referimo-nos - como é evidente - principalmente à noção de bom pai de família, que não só é aquele referido em maior número de normas que contemplam a diligência, mas também aquele que parece adequado para marcar uma figura particular de diligência”. (RODOTÀ, Stefano. Diligenza: diritto civile. *Enciclopedia del Diritto*. Milano: Giuffrè, 1964, v. 12. p, 544).

²⁴³ NADER, Paulo. *Curso de direito civil*. Contratos. vol. 03. 9. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2018, p. 316.

A extinção do comodato ocorrerá em um das seguintes situações: (i) pelo advento do termo convencionado, ou, na ausência de estipulação, quando findar o período de utilização da coisa de acordo com a sua finalidade; (ii) pela resolução, a pedido do comodante, na hipótese de o comodatário descumprir com suas obrigações; (iii) por sentença, se o comodante provar o surgimento de urgência que não se poderia prever à época da celebração do contrato; e (iv) pela morte do comodatário no caso da celebração de negócio jurídico *intuitu personae*. Além disso, (v) pela rescisão unilateral, nos contratos de duração indeterminada sem destinação ou finalidade específica; e (vi) por perecimento do objeto do contrato. Neste caso, o comodatário responderá por perdas e danos se a perda ocorrer por sua culpa; ainda, será ele responsabilizado por caso fortuito ou força maior, se, correndo risco o objeto do comodato, antepuser a salvação dos seus, abandonando o do comodante (CC, art. 583)²⁴⁴.

Sobre o tema, estabelece-se que a omissão ou comissão do comodatário poderá ensejar na extinção do contrato. Já, com relação ao comodante, não há previsão de que seus atos impliquem no aludido resultado. Tal fato decorre da natureza unilateral deste contrato.

Diante disso, o contrato de comodato dos equipamentos se trata de empréstimo gratuito, no qual a distribuidora cede o uso e gozo, em favor do revendedor, de instrumentos utilizados para comercialização do combustível. O contrato é unilateral, pois gera obrigações apenas ao comodatário, cujos deveres estão previstos no Código Civil, sem prejuízo dos deveres acordados no contrato e pode vir a se extinguir, caso ocorra uma das hipóteses expostas no diploma cível.

3.4.4 Contrato de franquia

O artigo 1º da Lei n. 13.966 de 26 de dezembro de 2019 (Nova Lei de Franquia), assim define o contrato de franquia:

Esta Lei disciplina o sistema de franquia empresarial, pelo qual um franqueador autoriza por meio de contrato um franqueado a usar marcas

²⁴⁴ GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: contratos e atos unilaterais*. op.cit, p. 348-349.

e outros objetos de propriedade intelectual, sempre associados ao direito de produção ou distribuição exclusiva ou não exclusiva de produtos ou serviços e também ao direito de uso de métodos e sistemas de implantação e administração de negócio ou sistema operacional desenvolvido ou detido pelo franqueador, mediante remuneração direta ou indireta, sem caracterizar relação de consumo ou vínculo empregatício em relação ao franqueado ou a seus empregados, ainda que durante o período de treinamento.

Para Fran Martins, o contrato de franquia é aquele pelo qual uma pessoa se liga a uma empresa para que esta conceda à primeira o direito de comercializar marcas ou produtos de sua propriedade, com condições especiais, sem que, contudo, estejam ligados por vínculo de subordinação²⁴⁵. O referido contrato é comumente denominado de pelo termo em inglês *franchising*²⁴⁶.

Complementando, Ivo Waisberg afirma que, no aludido contrato, o titular de um negócio empresarial (franqueador) fornece os elementos da organização da empresa, como a marca, e/ou uma patente e/ou tecnologia e/ou *know-how*, entre outros elementos, para o uso de outro empresário (franqueado), prestando-lhe a respectiva assistência técnica para implementação do negócio, mediante pagamento de remuneração²⁴⁷.

Deste modo, o contrato de franquia se trata de negócio jurídico celebrado entre o franqueador e o franqueado, sendo que aquele cede a marca, permitindo a este comercializar seus produtos ou prestar serviços, mediante os padrões de comercialização pré-estabelecidos pelo franqueador e o pagamento de remuneração.

Quanto à tipologia, são elencados quatro tipos de franquia, sendo: (i) a franquia de distribuição;(ii) a franquia de serviços; (iii) a franquia de produção; e (iv) a franquia de indústria, assim explicitadas:

²⁴⁵ MARTINS, Fran. *Curso de direito comercial: contratos e obrigações comerciais*. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 394.

²⁴⁶ “O vocábulo *franchising* provém do inglês *franch*, que teve origem no francês medieval *franc*, surgindo o verbo *francher*, no sentido de outorga de um privilégio, uma forma de autorização ou abandono de servidão. *Franchising*, particípio passado do verbo *franch*, constitui um instrumento destinado a fomentar processos de venda e distribuição em série, com características específicas”. In: MARTINS, Sergio Pinto. O *franchising* como forma de terceirização. *Revista de Direito do Trabalho*. v. 95, 996, pp. 33-42, jul.-set. 1996.

²⁴⁷ WAISBERG, Ivo. Franquia. In: *Tratado de direito empresarial. Contratos mercantis*. v. IV. (coord.) Modesto Carvalhosa. São Paulo: RT, 2018, p. 213.

- a) franchising de distribuição, através do qual o franqueador adquire produtos de terceiros e os distribui para a rede. O franqueado é repassador de produtos de terceiros adquiridos em ótimas condições de preço. Os produtos revendidos são portadores da marca franqueada e é muito utilizado no ramo de alimentos e supermercados; b) franchising de produção, em que o franqueador produz as mercadorias e as repassa ao franqueado para comercialização. É o tipo mais comum de utilização do sistema; c) franchising de serviços, pelo qual o franqueado oferece ao mercado a prestação de particulares serviços criados, experimentados e realizados de forma idêntica pelo franqueador. Comumente utilizado no ramo de restaurantes, hotéis, institutos de beleza, turismo, informática, consultoria imobiliária, cursos de idiomas e até mesmo em polícia de segurança (empresas de vigilância); d) franchising industrial, onde o franqueador além de ceder o uso da marca, empresta também a fórmula para fabricação do produto. O franqueado vai ao mercado vender seus próprios produtos com a marca da rede. É o modo mais oneroso de franquia, mas em contrapartida, é o que estimula mais o consumo e desenvolve mais rapidamente a rede. Implica constante intercâmbio de tecnologia²⁴⁸.

No presente trabalho, o objeto de estudo é o contrato celebrado entre a distribuidora, na figura do franqueador, e o posto revendedor, na figura do franqueado, no qual a primeira cede a sua marca, produtos e serviços, a serem comercializados pelo revendedor, em especial para propiciar a revenda do combustível ao consumidor final.

Para tanto, o posto revendedor comumente deverá seguir os padrões de comercialização da marca, como exemplos, a fachada do posto conter o expresso nome da marca, em letra de fácil identificação, e os empregados utilizarem o uniforme padronizado, contendo o nome da distribuidora.

Nesta relação contratual, a distribuidora transfere ao revendedor o uso de sua marca, para distribuição exclusiva dos seus produtos e serviços, mediante o pagamento de *royalties*, estipulados, em regra, com vencimento mensal e calculados sobre o bruto do estabelecimento revendedor. Outra faceta deste modelo contratual repousa na

²⁴⁸ BOJUNGA, Luiz Edmundo Appel. "Natureza jurídica do 'franchising' ". Revista dos Tribunais, São Paulo, Vol.653, pp.54 a 68, março de 1990.

transferência, ao revendedor, do *know-how* e de inovações tecnológicas que abrangem uma série de bens e serviços²⁴⁹.

Diante das características desta relação contratual e dos tipos de franquia apresentados, infere-se tratar de franquia de distribuição. Neste sentido, a partir da celebração do contrato, são constituídas obrigações tanto para o franqueado como para o franqueador. A respeito disso, Jorge Lobo elenca os deveres do franqueador, dispondo:

Representar o seu sistema de negócios junto ao mercado, associações de classe, poderes públicos e demais órgãos ou entidades, com o objetivo de manter a unidade corporativa da franquia;
Conceder os direitos de uso da sua marca e dos sistemas sempre através de contrato escrito;
Prestar assistência inicial e contínua ao franqueado e ao pessoal por ele contratado (...);
Promover a marca, o produto ou o serviço sem custo ao franqueado, ou em conjunto com este, rateando os custos em bases previamente acordadas²⁵⁰.

No tocante às obrigações do franqueado, Fabio Ulhoa Coelho assim as descreve: (i) o pagamento de uma taxa de adesão e de um percentual em seu faturamento; (ii) pagamento pelos serviços de organização empresarial fornecidos pelo franqueador; (iii) a obrigação de oferecer aos consumidores apenas os produtos ou serviços da marca do franqueador por ele fabricados, aprovados ou simplesmente indicados; e (iv) observar, estritamente, as instruções e o preço de venda ao consumidor estabelecidos pelo franqueador²⁵¹.

Em síntese, caberá ao franqueador, no caso a distribuidora, conceder as condições propícias para melhor comercialização do combustível, seja na concessão do uso da marca e prestação de serviços, seja em rateio de custos com o franqueado, no caso o revendedor. Já este último deverá pagar os valores acordados em contrato e seguir os padrões da franquia, tanto em questões de preços, quanto em relação às instruções

²⁴⁹ SILVA, Luiz Antonio Guerra da; GONÇALVES. *Contrato de distribuição e revenda de combustível*. op.cit, p. 95.

²⁵⁰ LOBO, Jorge. *Contrato de Franchising*. Rio de Janeiro, 1997, p. 80-81.

²⁵¹ COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de direito comercial*. vol. 1: Direito de empresa. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p.211.

repassadas pela distribuidora, além de revender exclusivamente o combustível desta, por tratar-se de posto vinculado a uma determinada distribuidora.

Por fim, acerca das formas de extinção deste contrato, afere-se que a Lei 1.366/2019 não prevê quais as hipóteses de encerramento da aludida relação contratual. Diante desta ausência, se aplicam as disposições previstas no Código Civil, em especial dos artigos 472 a 480, quais sejam, o distrato, a rescisão unilateral, a resolução por onerosidade excessiva e a existência de cláusula resolutiva²⁵².

Além disso, ainda há possibilidade de ocorrer a anulação do contrato de franquia, em razão de situação comissiva ou omissiva, a qual implique na inexistência de efeitos do negócio jurídico. Sobre o tema, a própria Lei 1366/2019 prevê hipóteses de anulabilidade, como a situação do franqueador se omitir na entrega ao franqueado da Circular de Oferta de Franquia²⁵³, a qual se trata de documento contendo todas as condições da franquia, especificadas pormenorizadamente no art. 2º da referida Lei.

Destarte, o contrato de franquia em estudo é aquele celebrado pela distribuidora e o revendedor de combustível, sendo que a primeira cede o uso da sua marca, com

²⁵² a) Distrato é um negócio jurídico que rompe o vínculo contratual, mediante a declaração de vontade de ambos os contraentes de pôr fim ao contrato que firmaram; b) Em linhas gerais consiste na desistência do contrato de forma unilateral, não se confundindo com o inadimplemento. A rescisão é originada pelo desinteresse de uma das partes em permanecer pactuada com a outra; c) cláusula resolutiva: m todo contrato bilateral ou sinalagmático pressupõe-se a existência de uma cláusula resolutiva tácita, elaborada para que o lesado pelo inadimplemento tenha autorização de pedir a rescisão contratual, com perdas e danos à parte inadimplente. No entanto, a cláusula resolutiva tácita dependerá de interpelação judicial, ou seja, a rescisão do contrato deverá ser pronunciada judicialmente. Já quando as partes ajustam expressamente a cláusula resolutiva, esta será expressa. Uma vez estipulada a cláusula resolutiva expressa, o contrato se rescindirá automaticamente, pois o não cumprimento da obrigação por qualquer uma das partes resultará em rescisão contratual, de pleno direito, não havendo necessidade de interpelação judicial. In: GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. *Código civil comentado e anotado*. 2.ed. Barueri: Editora Manole, 2017, p. 297-298.

²⁵³ Art. 2º Para a implantação da franquia, o franqueador deverá fornecer ao interessado Circular de Oferta de Franquia, escrita em língua portuguesa, de forma objetiva e acessível, contendo obrigatoriamente: § 1º A Circular de Oferta de Franquia deverá ser entregue ao candidato a franqueado, no mínimo, 10 (dez) dias antes da assinatura do contrato ou pré-contrato de franquia ou, ainda, do pagamento de qualquer tipo de taxa pelo franqueado ao franqueador ou a empresa ou a pessoa ligada a este, salvo no caso de licitação ou pré-qualificação promovida por órgão ou entidade pública, caso em que a Circular de Oferta de Franquia será divulgada logo no início do processo de seleção.

§ 2 Na hipótese de não cumprimento do disposto no § 1º, o franqueado poderá arguir anulabilidade ou nulidade, conforme o caso, e exigir a devolução de todas e quaisquer quantias já pagas ao franqueador, ou a terceiros por estes indicados, a título de filiação ou de royalties, corrigidas monetariamente.

condições especiais para revenda do produto. O revendedor, por seu turno, está obrigado a cumprir os padrões da distribuidora, tanto na questão de preços, quanto organização, serviços, tecnologia etc.; além do que, por tratar-se de posto bandeirado, não é permitida a comercialização de outro combustível que não seja desta distribuidora.

Além disso, a extinção deste contrato poderá ocorrer por uma das formas previstas no Código Civil, e há possibilidade de anulabilidade deste negócio jurídico, na hipótese, por exemplo, de o franqueador, no caso a distribuidora, omitir-se na entrega de Circular de Franquia; situação que impossibilitará ao franqueado, no caso o revendedor, de possuir amplo conhecimento do negócio a ser contratado; logo, é causa de anulabilidade.

3.4.5 Contrato de mútuo para construção e reforma do posto revendedor

Consoante a previsão do art. 586 do Código Civil, o mútuo é o empréstimo de coisa fungível. Nesta relação contratual, o mutuante transfere o domínio da coisa emprestada ao mutuário (art. 587). Assim, tornando-se o tomador proprietário da coisa mutuada, pode dar-lhe o destino que lhe aprouver. Findo o empréstimo, devolverá em coisas do mesmo gênero, qualidade e quantidade²⁵⁴.

Em outros termos, trata-se de relação contratual na qual um dos contratantes empresta coisa fungível para o outro, enquanto este, por sua vez, utilizará da coisa emprestada no modo que lhe aprouver, devendo, ao final, devolver o objeto no mesmo gênero, qualidade e quantidade.

Neste estudo, aborda-se especificamente o contrato de mútuo celebrado entre a distribuidora e o revendedor, propriamente o empréstimo de ativos em moeda para fomento da atividade de comercialização do combustível. Assim, considerando que a finalidade do empréstimo já é determinada nesta relação, não se aplica ao caso a ampla liberdade de utilização prevista no art. 587 do CC, pois o revendedor adquire o financiamento para o comércio do combustível.

²⁵⁴ VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito civil*. op.cit, p.427.

Os financiamentos concedidos pelas distribuidoras aos revendedores destinam-se basicamente a duas frentes: a) reforma ou construção do posto revendedor; e b) formação de capital de giro, permitindo-se, com isso, o início das atividades mercantis, ponto também de interesse da distribuidora, pois esta terá um mercado cativo *máxime* quando estabelecer cláusula de exclusividade²⁵⁵.

No financiamento para capital de giro, a distribuidora, com o objetivo de fomentar sua atividade, empresta ao revendedor o capital. Em se tratando de contrato de financiamento, haverá a incidência de juros e correção monetária, os quais deverão respeitar os limites legais, sob pena de nulidade do contrato.

Em acréscimo, o mútuo é contrato real. A entrega da coisa é elemento necessário à existência do contrato. Sem a entrega da coisa não há ainda mútuo, o que afasta qualquer consideração sobre os planos da validade e da eficácia, pois estes dependem do plano da existência²⁵⁶.

Desta forma, o contrato de mútuo celebrado entre a distribuidora e o revendedor somente se realiza mediante a entrega do valor monetário acordado entre as partes, pois, enquanto o revendedor não o receber, inexistirá a realização do empréstimo e, tampouco, será este obrigado a restituir eventual valor a distribuidora.

A respeito do contrato em questão, ressalte-se julgamento do STJ, datado de 27/09/2016, cujos autos originários versavam sobre ação de cobrança ajuizada pela distribuidora em face da revendedora, por alegar inadimplemento do contrato de mútuo, celebrado para construção e reforma do posto.

No julgado, o Relator Ministro Marco Aurélio Belizze declarou não se tratar de mútuo comum, investido da característica da unilateralidade e da consequente assunção de risco apenas pelos mutuários, mas sim de verdadeiro contrato de financiamento de obra,

²⁵⁵ SILVA, Luiz Antonio Guerra da; GONÇALVES. *Contrato de distribuição e revenda de combustível*. op.cit, p. 99.

²⁵⁶ LÔBO, Paulo Luiz Neto. *Direito Civil*. op.cit, p. 385.

sendo a quantia emprestada referente àquele fim, do qual decorrem obrigações para ambos os contratantes e, por conseguinte, há bilateralidade e sinalagma contratual.

A partir disso, tendo em vista a constatação de inadimplemento de ambas as partes, o do revendedor por deixar de pagar o mútuo e a distribuidora por não repassar os valores remanescentes do financiamento da obra, aplicou-se a teoria da causalidade, segundo a qual aferirá responsabilidade civil quando a conduta do agente for determinante para a ocorrência do dano. Assim, reconheceu a responsabilidade civil de ambos, a qual deveria ser distribuída pelo grau de cooperação de cada contratante.

Mas, à luz do princípio da *reformatio in pejus*, manteve o acórdão do Tribunal de origem, no qual se reconheceu a culpa recíproca da distribuidora e revendedor quanto à resolução do mútuo, ordenando o retorno do *status quo ante* e condenando o revendedor ao pagamento dos valores recebidos para fins do empréstimo, com a possibilidade de compensação das quantias já pagas. Destaca-se trecho do voto:

Com base em todas essas ponderações e mais uma vez adotando a teoria da causalidade adequada (CC/2002, art. 403). segundo a qual somente se considera existente o nexu causal a caracterizar a responsabilidade civil quando a conduta do agente for determinante à ocorrência do dano, conluo que o rompimento do contrato de financiamento decorreu do inadimplemento recíproco dos contratantes, já que ambos, tanto por ações como por omissões, deram causa à impossibilidade de cumprimento da finalidade a que se destinava a avença.⁴ Uma vez configurada a concorrência de culpa de ambos os contratantes pelo rompimento do ajuste, a responsabilidade civil deve ser distribuída entre eles proporcionalmente ao grau de cooperação de cada um na inexecução do contrato, até mesmo para se evitar eventual enriquecimento sem causa de qualquer um deles. 5. Em razão das limitações contidas na devolutividade do recurso especial, bem como do princípio da non reformatio in pejus, a melhor solução, no caso em exame, é manter a condenação fixada no acórdão recorrido que, concluindo pela culpa recíproca na resolução do contrato de mútuo, determinou o restabelecido status quo ante e condenou os ora recorridos a devolver à Petrobrás Distribuidora S.A os valores que efetivamente lhe foram repassados a título de empréstimo, permitindo, ainda, a compensação pelos ora recorridos das parcelas do empréstimo já quitadas²⁵⁷.

²⁵⁷ STJ; *Resp. n. 1.615.977/DF*, Relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 27/9/2016, DJe de 7/10/2016.

A partir do julgado elucidado, ratifica-se a qualificação do mútuo em estudo, o qual não se trata de mútuo comum, mas sim um empréstimo propriamente celebrado pela distribuidora e revendedor para revenda do combustível adquirido, sendo que as partes livremente celebram este contrato, contendo cláusulas e condições a serem devidamente cumpridas por ambas, os quais obrigatoriamente devem obedecer aos limites legais, sob pena de onerar o revendedor excessivamente.

Ainda abordando o contrato de mútuo celebrado entre o distribuidor e o revendedor, se destaca um julgado do Tribunal de Justiça de São Paulo, datado de 13/07/2021, oriundo de ação de resolução contratual com cobrança do mútuo, movida pela distribuidora em face de posto revendedor, no qual foram analisados os índices de correção monetária e os juros previstos no contrato, para fins de observar a validade da cobrança.

No caso, o Tribunal declarou como regular a cobrança dos juros compensatórios de 12% ao ano, com variação IGPM, além dos juros de mora de 1% ao mês, contados da data do vencimento da operação e multa de 10% sobre o aludido valor, afastando-se, porém, cláusula do contrato que previa a mesma incidência²⁵⁸.

Desta forma, no julgado em comento, restou certa a obrigatoriedade do contrato livremente celebrado entre a distribuidora e o revendedor, em especial no tocante aos

²⁵⁸ Vide trecho do voto do Relator: “Segundo estabelece o contrato de mútuo, a segunda parte do mútuo concedido no valor de R\$ 375.000,00, “será acrescida de juros compensatórios de 12% (doze por cento) ao ano, Tabela Price, e devolvida pela mutuária no dia 15/09/2013.” (cláusula 1.2; fls. 81). Ainda, “os valores serão corrigidos mensalmente pelo índice usualmente aplicado pela BR Distribuidora nas práticas comerciais estabelecidas em seu segmento de mercado, considerando desde a data da liberação de cada parcelas até a datado seu respectivo vencimento” (cláusula 1.4; fls. 81). Quanto ao índice aplicado, “não será inferior, em quaisquer casos, a variação do IGPM considerado no período” (cláusula 1.4.1; fls. 81). A cláusula 1.5 dispõe que “ocorrendo atraso no pagamento das prestações referidas nesta cláusula, a devedora pagará à BR Distribuidora, 'pró-rata' dia, juros de mora de 1% (hum por cento) ao mês, contados da data do vencimento da obrigação, que incidirá sobre o valor da dívida atualizada monetariamente pelo índice contratualmente especificado, além da multa de 10% (dez por cento) sobre esse valor.” (fls.81). Da cláusula 6.2 das condições contratuais, ainda, há a seguinte previsão: “Ocorrendo a rescisão por culpa da mutuária, o(s) valor(es) mutuado(s), devidamente atualizado(s) no período compreendido entre a data da entrega (de cada uma) da(s) parcela(s) e a data do seu efetivo pagamento, será(ão) pago(s) pela mutuária à BR, acrescidos de juros moratórios de 1% (hum por cento) ao mês, contados da data da rescisão em causa, e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do débito então apurado, abatidas as parcelas já pagas, com o seu valor monetário devidamente atualizado.” (TJSP; *Apelação Cível nº 1095422-49.2018.8.26.0100*; 28ª Câmara de Direito Privado; Relator: Cesar Lacerda. Data do julgamento: 13/07/2021; Data de publicação: 13/07/2021).

juros e multa acordados, os quais foram declarados como sendo regulares, ou seja, se enquadram nos limites legais. Assim, tendo havido descumprimento com o pagamento no termo estipulado, reconheceu-se o dever da revendedora em arcar com o pagamento de juros e multa contratuais.

Diante disso, o contrato de mútuo em questão é celebrado pela distribuidora e revendedor, tendo como objeto ceder o uso e gozo de valor monetário para fins de reforma ou construção do posto, ou ainda, para formar capital de giro, vindo a fomentar a comercialização do combustível.

Outrossim, o referido contrato é real, ou seja, somente se realiza com a entrega da coisa, além de se não se enquadrar no contrato de mútuo comum, seja por já restar certa a finalidade a qual se destina o valor emprestado, seja pela própria distribuidora conceder o empréstimo, para comercialização do combustível.

Além disso, como todo e qualquer contrato, as partes devem cumprir com suas obrigações e deveres, sendo certo que os juros e encargos estabelecidos deverão respeitar os limites legais, sob pena de onerar excessivamente o revendedor.

4. EFEITOS DA COLIGAÇÃO CONTRATUAL ENTRE A DISTRIBUIDORA E O REVENDOR DE BANDEIRA

A partir do estudo já apresentado, observou-se os efeitos referentes à coligação contratual, sendo abordadas as teorias da validade e eficácia do negócio jurídico, com ênfase na análise de propagação das invalidades e ineficácias perante estes contratos, além de constatar a possibilidade da derrogação dos efeitos típicos, para fins de tratamento conjunto dos contratos.

Adiante, considerando os requisitos para aferição da coligação contratual, ao analisar os negócios jurídicos celebrados entre a distribuidora e o revendedor de combustível bandeirado, identificou-se a existência de contratos coligados, pois englobam contratos independentes, os quais possuem uma finalidade comum econômica, qual seja, a distribuição do combustível.

No presente capítulo, serão abordados especificamente os efeitos desta relação entre a distribuidora e o revendedor de combustível bandeirado, buscando identificar as principais causas de resoluções destes contratos, mas também, a propagação das invalidades e ineficácias, além de procurar um tratamento ideal para tais negócios jurídicos, seja com a derrogação dos efeitos típicos, seja com a aplicação do princípio da conservação.

4.1 Análise das principais causas de resolução dos contratos

Inicialmente, ressalte-se que a extinção dos contratos poderá ocorrer de três formas, quais sejam, a rescisão bilateral, também denominada de distrato, a rescisão unilateral e a resolução, consoante previsão dos artigos 472 a 480 do Código Civil.

A resilição, consoante antiga lição de Orlando Gomes: “Seguindo a terminologia francesa, reserva-se aqui o vocábulo resilição para a dissolução do contrato por simples declaração de vontade de uma ou das duas partes contratantes”²⁵⁹.

Em outros termos, a extinção por resilição poderá ocorrer pela declaração de vontade de ambas as partes, sendo por ato bilateral, ou pela declaração de vontade de apenas um dos contratantes, mediante ato unilateral.

A resilição bilateral é também denominada de distrato, o qual consiste no acordo entre as partes contratantes, a fim de extinguirem o vínculo obrigacional constituído²⁶⁰; trata-se de instituto que representa um modo de extinção dos contratos, devido a causas supervenientes à sua formação, pela convergência de intenções das partes²⁶¹.

Por sua vez, a resilição unilateral é a extinção provocada pela vontade de uma das partes. Tal instituto tem por requisito a permissão expressa ou implícita do contrato ou da lei. A parte contratante não pode invocar esta faculdade se o contrato foi realizado por prazo certo, ainda não expirado, ou na hipótese de ainda permanecerem prestações a serem adimplidas²⁶².

Na resilição unilateral, uma das partes contratantes manifesta o interesse pela extinção do contrato, por sua simples vontade, ou seja, tal ato não advém de um descumprimento contratual ou da ocorrência de fato superveniente que tenha provocado onerosidade excessiva, hipóteses estas as quais poderão estar presentes no caso de resolução.

²⁵⁹ GOMES, Orlando. *Contratos*. Atualizado de acordo com o Código Civil de 2002, por Antônio Junqueira de Azevedo e Francisco de Paulo de Crescenzo Marino. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008, p. 221-222.

²⁶⁰ BEVILÁQUA, Clóvis. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil comentado*. 3. ed. São Paulo: F. Alves, 1930, p. 265, art. 1.093. v.4.

²⁶¹ TEPEDINO, Gustavo; BARBOZA, Heloisa Helena; MORAES, Maria Celina Bodin de. *Código Civil interpretado*: conforme a Constituição da República: arts. 421 a 965. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. v. 2, p. 471.

²⁶² JORGE JÚNIOR, Alberto Gosson. *Resolução, rescisão, resilição e denúncia do contrato*: questões envolvendo terminologia, conceito e efeitos. Revista dos Tribunais, São Paulo, v.98, n.882, p. 87-101, abr. 2009, p. 5.

Deste modo, a rescisão unilateral é a manifestação de vontade de uma das partes para extinção do contrato, a qual não decorre do descumprimento da outra parte ou de fato superveniente, já a rescisão bilateral, comumente denominada de distrato, trata-se do acordo de vontades com a finalidade de extinguir o contrato celebrado.

Apesar da existência da rescisão e distrato como formas de extinção, o trabalho se voltará especificamente ao instituto da resolução, para fins de tratar das suas principais causas envolvendo os contratos celebrados entre a distribuidora e o revendedor de combustível bandeirado.

Para tanto, se aborda o conceito de resolução, a qual se trata do modo de extinção da relação obrigacional estabelecida em contrato bilateral, com a retirada de sua eficácia pelo exercício do direito formativo extintivo, sendo seu titular o credor não inadimplente, fundado no incumprimento definitivo do devedor e imputável a este²⁶³.

A resolução pode ser compreendida, face ao direito brasileiro vigente, como "um modo de extinção derivado da lei (resolução legal) ou do contrato (resolução convencional), que tem sua causa no fato superveniente do incumprimento da obrigação ou da modificação da base do negócio, produzindo efeitos retroativos; depende de manifestação de vontade do interessado, e é efetivada normalmente mediante procedimento judicial (resolução legal, art. 475 do CC/2002 (LGL/2002/400) ou extrajudicial (resolução convencional).

Dito de outro modo, a resolução tem o condão de garantir às partes o desligamento da relação contratual, em razão de inadimplemento da outra parte ou pela ocorrência de fato superveniente, como é o caso de eventual onerosidade excessiva; sendo que a resolução poderá se dar judicialmente ou de modo convencional.

O instituto da resolução pode ser considerado como o pai de todos os remédios de matriz sinalagmática, uma vez que autoriza a parte não inadimplente a se desvincular da

²⁶³ AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de. *Extinção dos contratos por incumprimento do devedor*. op.cit, p. 89.

relação contratual e, portanto, de liberar-se da própria obrigação sinalagmática obtendo a restituição da prestação já efetuada²⁶⁴.

Neste sentido, a resolução por inadimplemento é assentada na irrealização definitiva da prestação, que se torna inútil ao credor. A finalidade para a qual foi constituída a dívida é fatalmente desatendida, de tal sorte que à parte inocente não resta qualquer serventia a ser obtida do programa contratual específico²⁶⁵.

A resolução, assim, é o remédio aplicado quando um dos contratantes descumpre com sua obrigação firmada, tornando esta inútil ao credor, o qual, ao deparar com a situação exposta, pleiteia a extinção do contrato, como forma de assegurar seus interesses.

Em acréscimo, a respeito da resolução provocada por incumprimento, tal instituto é visto como forma de sanção no direito italiano, pois o credor é tutelado nos seus interesses mediante ressarcimento dos danos e a liberação da obrigação que lhe tocava no mesmo contrato²⁶⁶; ou seja, além da extinção da obrigação, o contratante inadimplente poderá ser obrigado a restituir valores ou coisa e até indenizar a outra parte.

Nesta esteira, para Emilio Betti a resolução é meio de defesa destinado a tutelar as condições de respectiva paridade entre as partes, no desenvolvimento do ajuste de interesses convencionado²⁶⁷.

Deste modo, a resolução se trata da forma de extinção do contrato por inadimplemento ou ocorrência de fato superveniente que implique em modificação na relação contratual, podendo ocorrer de forma judicial ou extrajudicial. Outrossim, o

²⁶⁴ DI MAJO, Adolfo. Responsabilità contrattuale. *Digesto delle Discipline Privistiche sezione civile*. 4.ed. Torino: UTET, 1998, p. 58.

²⁶⁵ NANNI, Giovanni Ettore. *O inadimplemento absoluto e resolução contratual: requisitos e efeitos*. op.cit, p. 445.

²⁶⁶ AULETTA, Giuseppe Giacomo. *La risoluzione per inadempimento*. Milano: Giuffrè, 1942, p. 115-120. GRASSO, Biagio. *Eccezione d' inadempimento e risoluzione del contratto: profili generali*. Napoli: Jovene, 1973, p. 25-29.

²⁶⁷ BETTI, Emilio. *Teoria generale delle obbligazioni*. op.cit, p. 130.

instituto é visto como meio de sanção em desfavor do contratante inadimplente e, em contraponto, trata-se do modo de defesa do contratante lesado.

Diante do conceito de resolução, o trabalho destaca as causas de litígios comuns na relação contratual entre a distribuidora e o posto varejista.

Por parte do posto varejista, poderá haver pedido de extinção, pelas seguintes razões: (i) o posto revendedor não conseguir competir com os concorrentes, em virtude de a distribuidora fixar unilateralmente os preços de vendas no portal ou aplicativo; (ii) o posto revendedor não atingir o volume estabelecido no contrato dentro do prazo estipulado. Com isso, a distribuidora exige a compra do saldo do volume não adquirido²⁶⁸; (iii) fixação de preços diferenciados dos combustíveis a outra que ostente a mesma bandeira; (iv) a instalação de posto novo da mesma bandeira na área de influência do posto já existente²⁶⁹.

Segundo Susete Gomes, as questões principais que surgem são em relação ao próprio contrato de revenda, como quebra de exclusividade, baixa performance, não atendimento às normas reguladas, e aos efeitos dessas quebras nos demais contratos. Além disso, a relação locatícia traz discussões, em especial quanto à renovação locatícia envolvendo a sublocação²⁷⁰.

A doutrina também elenca a hipótese de a distribuidora deixar de entregar os produtos ao revendedor ou de retardar a sua entrega, situação esta que já é causa suficiente para a propositura de ação de resolução contratual²⁷¹.

Acerca da fixação de preços diferenciados, na hipótese de o posto varejista se cientificar de que outro posto da mesma bandeira pagou um preço mais barato na

²⁶⁸ FIDELIS, Antonio; FIDELIS, Guilherme Faustino. *Combustíveis e distribuidoras: Os conflitos entre postos de gasolina e as distribuidoras*. op.cit, p.15.

²⁶⁹ Idem, p. 35 e 107.

²⁷⁰ GOMES, Susete. *Premissas para interpretação dos contratos complexos*. op.cit, p. 182.

²⁷¹ SILVA, Luiz Antonio Guerra da; GONÇALVES, Valério Pedroso. *Contrato de distribuição e revenda de combustível*. op.cit, p. 125.

aquisição do combustível, há possibilidade de aquele ajuizar ação visando a restituição dos valores, em desfavor da distribuidora.

A título exemplificativo, a distribuidora cobre R\$ 50.000,00 por 10.000 litros de gasolina do posto X, e R\$ 51.000,00 por 10.000 litros de gasolina do posto Y, implicando diferença no valor final de cada revendedor.

A respeito da fixação de preços diferenciados na aquisição de combustíveis pelos revendedores, o STJ já se posicionou pela ausência de ilegalidade, em julgamento do Resp nº 1540888, julgado em 1º/02/2016, declarando não se tratar de concorrência desleal, pois os valores são fixados considerando as circunstâncias do mercado e os elementos da revenda. Destaca-se trecho de voto do ministro Relator, Paulo de Tarso Sanseverino:

Não se trata de concorrência desleal ou de abuso de poder econômico, mas de prática lícita de mercado de preços não uniformes, na qual o distribuidor que compra maior quantidade ou por características outras consegue um preço melhor junto ao fabricante do produto. Se o preço praticado com outras revendedoras é diferenciado é porque os elementos de revenda destas também são diversos daqueles elementos de revenda da apelante, sendo certo que não há ilícito em cobrar preço menor daquele que compra maior volume de produto ou que, por características próprias outras, ofereçam maior retorno para a fornecedora de combustível²⁷².

Neste caso, apesar de se reconhecer a discrepância no valor de cobrança da distribuidora para com os revendedores de bandeira, tal prática não foi considerada abusiva, pois se constatou que havia diferenças nas circunstâncias de mercado e elementos da venda, neste último, poder-se-ia destacar a localização de cada posto, pois, dependendo, o valor de locomoção poderá variar de escalas baixas até altíssimas.

Por sua vez, no tocante à instalação de posto bandeirado na área territorial de posto existente, a jurisprudência do TJSP já reconheceu se tratar de conduta abusiva, a qual justifica a resolução contratual, em razão de violação da boa-fé contratual e

²⁷² STJ; *Resp. 1540888/MG*, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, julgado em 1º/02/2016, DJe 04/02/2016.

desencadeamento de fato imprevisível e extraordinário, os quais teriam acarretado onerosidade excessiva. Assim, destaca-se ementa do julgado, datado de 06/08/2020:

Destarte, valendo-se de abuso de sua posição dominante, ao colocar revendedores de mesma bandeira em proximidade que desencadeia nítida e predatória concorrência, notadamente, por meio de divisão de clientela, a distribuidora alterou as condições do mercado relevante explorado pelo revendedor outrora estabelecido, (e sobre o qual foram estabelecidos os vetores contratuais originários), sujeitando o a graves perdas e, até mesmo, inviabilizando sua atividade, o que não pode ser admitido, (art. 21, V, da Lei 8.884/84). Referida conduta da autora, além de ofender a boa-fé contratual, desencadeou fato superveniente extraordinário e imprevisível que levou o contrato à onerosidade excessiva, facultando-se à parte ofendida o direito de pedir sua resolução, (art. 478, CCB), até mesmo para que sua sobrevivência seja preservada.²⁷³.

No julgado em comento, restou constatado que a instalação de posto bandeirado na área territorial onde já se situava outro posto da mesma bandeira acarretou significativas modificações nas condições de mercado, de modo a afetar diretamente as suas vendas, a ponto de inviabilizar sua atividade comercial. Assim, declarou inexistir boa-fé na conduta da distribuidora e, diante da onerosidade excessiva, reconheceu o direito do revendedor acerca do pedido de resolução contratual.

Quanto à cláusula que exige aquisição mínima de combustível, elucida-se posicionamento favorável e outro desfavorável. No primeiro, proveniente do TJSP, datado de 15/02/2022, foi afastado o pedido de abusividade, pois se entendeu que a cláusula é justificável em razão dos gastos da distribuidora referentes ao estudo de mercado e as taxas de retorno do investimento atrelados à atividade de revenda de combustível. Assim, destaca se trecho de voto do Relator Adilson de Araújo:

Como se dessume, a referida regra contratual tem causa justificadora, qual seja, o gasto considerável realizado pela distribuidora para auxiliar na montagem e instalação do posto revendedor com o uso de sua bandeira, tudo sendo precedido de estudos de mercado para saber o potencial de consumo da região e a taxa de retorno do investimento,

²⁷³ TJSP; *Apelação Cível 1100154-73.2018.8.26.0100*; Relator (a): Arantes Theodoro; Órgão Julgador: 36ª Câmara de Direito Privado; Foro Regional VIII - Tatuapé - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 06/08/2020; Data de Registro: 06/08/2020.

resultando na exigência de aquisição mínima de produtos, sendo a prática comum no setor de distribuição de combustíveis.

A alegação de abusividade, ao argumento de que a distribuidora impôs ao apelante, unilateralmente, a aquisição de quantidades mínimas de produtos, fora da realidade do mercado, não pode ser admitida. Isto porque, tratando-se de posto de combustíveis, a este caberia realizar uma análise prévia sobre o potencial de venda na região, com determinada bandeira, já que poderia até mesmo atuar sem vinculação exclusiva a uma distribuidora²⁷⁴.

Por outro lado, em julgado no TJGO sobre o mesmo tema, datado de 14/12/2021, aquele Tribunal manteve a sentença de primeiro grau declarando a abusividade de cláusula exigindo a aquisição mínima de combustível. Em seu voto, o Relator Jeronymo Pedro Villas Boas enfatizou a existência de violação a boa-fé objetiva e onerosidade excessiva em desfavor do revendedor, ao dispor:

Assim, fundamentou bem o sentenciante ao concluir que tal cláusula contratual não poderia subsistir, mormente a ter-se em conta que, face a cláusula de exclusividade, que é lícita, obriga-se a revendedora a adquirir todo combustível de que necessita da distribuidora, não tendo pertinência que se estabeleça quantidade mínima de aquisição, sob pena de impor-se oneração excessiva para um dos contratantes, acaso não se atinja a cota estabelecida. Deste modo, ainda que o contrato tenha sido celebrado livremente entre as partes, mediante conveniência mútua, de acordo com o potencial de vendas do apelado, e mediante a concessão de benefícios pela distribuidora revendedora, a nulidade de tal cláusula não pode ser convalidada por violar o princípio da boa-fé objetiva, devendo, pois, subsistir a sentença que decretou sua nulidade²⁷⁵.

Nos dois julgamentos em comento, atestam-se posições diversas acerca da exigência de aquisição mínima de combustível, sendo que no primeiro foi reconhecida a regularidade da conduta, pois estaria atrelada diretamente aos gastos de análise prévia de mercado da região. Já o segundo, afastou a aplicação desta cláusula, por entender que se trata de exigência abusiva em desfavor do revendedor, ao possibilitar a ocorrência de onerosidade excessiva, no caso de este não atingir a cota mínima estabelecida.

²⁷⁴ TJSP; *Apelação Cível 1082605-50.2018.8.26.0100*; Relator (a): Adilson de Araújo; Órgão Julgador: 31ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 40ª Vara Cível; Data do Julgamento: 15/02/2022; Data de Registro: 15/02/2022.

²⁷⁵ TJGO, Processo cível e do trabalho. *Apelação Cível 5191012-43.2017.8.09.0051*, Rel. Des(a). Jeronymo Pedro Villas Boas, 2ª Câmara Cível, julgado em 14/12/2021, DJe de 14/12/2021.

Além das hipóteses em que o revendedor requer a extinção do contrato, há também aquelas requeridas pela distribuidora, em razão de atos unilaterais daquele. Por exemplo, após receber antecipadamente as vantagens referentes à fidelidade contratual do pacto, a revendedora vem a quebrar a exclusividade e comprar combustíveis de outra empresa diferente daquela com a qual contratou sob a alegação de que tal exclusividade seria contrária à lei²⁷⁶.

Ou, ainda, o revendedor aluga o imóvel da distribuidora para revenda do combustível e tempos depois se sente no direito de alterar a destinação dada ao imóvel e aos equipamentos, chegando inclusive a alterar a manifestação visual e o nome da marca autora, sob a alegação de que o contrato fere a livre iniciativa ou não possui natureza locatícia, dentre outras alegações²⁷⁷.

O STJ já consignou que “deve o locatário manter a destinação do imóvel, na forma prevista contratualmente e, tendo a *Shell* do Brasil alugado sua propriedade com fito específico de que fosse utilizada para a revenda de combustíveis e outros produtos por ela distribuídos não pode o locatário a seu bel prazer, dele se utilizar para o comércio de marcas e produtos diversos, os quais podem, inclusive e à toda evidencia, causar danos aos equipamentos móveis locados em conjunto com o imóvel, tais como tanques de armazenamento de combustíveis e bombas marcadoras”²⁷⁸.

No tocante ao tema elucidado, em julgamento de recurso originário de ação de despejo movida pela distribuidora, o TJPR manteve a ordem de despejo em desfavor do posto revendedor, pelas razões de: (i) descumprimento da cláusula de exclusividade, com a aquisição de combustível de outras bandeiras e revenda; (ii) mudança da fachada do posto, alterando o *layout* referente à bandeira a que o posto se vinculava. Assim, destaca-se trecho de voto do Relator Paulo Medina:

Perceba-se que se não houvesse a sublocação do referido posto com todas as peculiaridades previstas contratualmente, não existiria a

²⁷⁶DA SILVA, Silvio Roberto. Os contratos de distribuição de combustíveis e as cláusulas gerais da função social do contrato e da boa-fé objetiva. op.cit, p. 281.

²⁷⁷Idem, p. 286.

²⁷⁸STJ; *Resp.* 475.220/GO, Rel. Ministro Paulo Medina, Sexta Turma, julgado em 24/06/2003, DJ 15/09/2003, p. 414.

obrigação de se comercializar combustível da marca Ipiranga, tampouco a obrigação de exclusividade de compra e revenda de combustíveis. Ora, tendo em vista a natureza do contrato entabulado pelas partes, por certo que não poderia o posto agravante, enquanto ainda vigente o contrato de exclusividade, modificar o do posto revendedor, layout retirando a bandeira da agravada e passando a adquirir produtos adquiridos de outras distribuidoras de combustíveis²⁷⁹.

No julgado acima, o revendedor havia celebrado contrato com a distribuidora, no qual restou estabelecida exclusividade da bandeira, bem como, a obrigatoriedade de manter o padrão da distribuidora, porém, diante da conduta de modificação da fachada e descumprimento da cláusula de exclusividade, a Câmara julgadora determinou a manutenção da ordem de despejo.

A este respeito, não obstante a ação verse sobre pedido de despejo, é possível aplicar o mesmo raciocínio da resolução contratual, pois neste caso estariam presentes os requisitos para a resolução, seja pelo revendedor haver adquirido combustível de outra distribuidora, seja por ter modificado o padrão de fachada da bandeira.

Diante disso, a resolução consiste na extinção da relação contratual, podendo ser por meio judicial ou extrajudicial. Tal instituto poderá ser requerido por um dos contratantes, em razão de inadimplemento contratual da outra parte ou, ainda, pela ocorrência de fato superveniente que resultou em onerosidade excessiva.

Assim, consoante a apresentação das causas mais comuns de resolução dos contratos celebrados entre a distribuidora e o revendedor de combustível bandeirado, infere-se que ambas as partes podem provocar o desligamento da relação contratual, por inadimplemento das obrigações iniciais firmadas, como exemplo, nas hipóteses de o revendedor adquirir combustível de outras marcas ou de a distribuidora deixar de entregar o produto no prazo estipulado.

Ainda, há também hipóteses não provocadas pelo inadimplemento, mas sim pela ocorrência de fato superveniente que implicou em onerosidade excesso, tal como, a instalação de posto novo da mesma bandeira na área de influência do posto já existente,

²⁷⁹ TJPR; 12ª Câmara Cível – *Agravo de instrumento nº 0029881-74.2018.8.16.0000*. Curitiba. Rel.: Desembargador Marco Antonio Antoniassi. J. 04.10.2018.

ocasionando prejuízo em suas vendas e, por conseguinte, dificultando o cumprimento integral de todos os contratos celebrados com a distribuidora.

Outrossim, foram abordados alguns julgados sobre o tema, nos quais se constatou a necessidade de analisar as circunstâncias de cada caso concreto para o fim de declarar o cabimento ou não da resolução contratual.

4.2 Efeitos das invalidades dos contratos perante a coligação

Consoante visto anteriormente neste trabalho, o negócio jurídico será inválido quando não estiver de acordo com as regras jurídicas, situação a qual acarretará o reconhecimento de sua nulidade, que poderá ser parcial ou total²⁸⁰.

Dessa maneira, tratando-se de coligação contratual é imperioso observar se a nulidade de um contrato ou de determinada cláusula contratual será propagada aos demais coligados.

Isso porque, nestes contratos, quando se fala em comunicação das invalidades, estamos a nos referir a alguma deficiência do plano de validade do negócio jurídico, a qual é verificável em um contrato estruturalmente independente e que se prolifera a outros contratos, os quais se encontram a ele vinculados por um nexô econômico, funcional e sistemático²⁸¹.

Diante disso, no âmbito da coligação contratual, para fins de aferir a propagação das invalidades, destacam-se dois parâmetros relevantes, quais sejam, avaliar se o fim visado fora atingido, pois, caso positivo, restará propagada a nulidade na cadeia coligada; e se constatará que os contratos ainda detêm utilidade, pois, na hipótese de ocorrência da inutilidade, restará certa a propagação da invalidade²⁸².

Em acréscimo, a causa assume papel importante na análise da propagação das invalidades entre os contratos coligados, pois, se a invalidade de um contrato implicar a

²⁸⁰ O plano de validade foi objeto de estudo no subcapítulo 2.2.

²⁸¹ EICK, Fernando Gemelli. *Redes contratuais no direito brasileiro*. São Paulo: Almedina, 2022, p. 200/201.

²⁸² A teoria da validade nos contratos coligados foi objeto de estudo no subcapítulo 02.2.

perda de causa do outro, haverá a propagação das invalidades, ao passo que, na hipótese de manutenção da causa, inexistirá a contaminação das invalidades²⁸³.

Ademais, considerando que a propagação das invalidades dependerá de cada caso concreto, é de significativa importância a utilização da interpretação para os estudos dos contratos, de modo a examinar se, de fato, ainda há utilidade nas prestações ou se aquela nulidade atingiu o fim visado e, por conseguinte, acabou propagando por toda a cadeia coligada.

Nesse cenário, é possível que: (i) nenhum outro pacto seja afetado, caso as finalidades e as causas individuais e supracontratuais permaneçam híginas; (ii) parte da coligação seja contaminada, se apenas as finalidades e/ou causas de alguns pactos ou de parte da coligação seja afetada; ou; (iii) toda coligação seja comprometida, em havendo severa afetação da finalidade ou da causa supracontratual²⁸⁴.

Diante disso, com intuito de observar a propagação das invalidades na coligação contratual ora em estudo, o trabalho elucida casos práticos envolvendo os contratos celebrados entre a distribuidora e o revendedor de combustível.

O primeiro julgado, oriundo do TJSP, datado de 31 de maio de 2023, envolvia uma Ação cominatória movida pela distribuidora em face do revendedor, sendo que estes haviam celebrado contratos para distribuição e revenda do combustível, dentre estes, o contrato de compra e venda e a cessão de uso de marca.

Na origem, a distribuidora alegou que teria dispendido vultuosa quantia de investimentos para a instalação do posto e fora surpreendida com o pedido de extinção contratual realizado pelo revendedor, pois, segundo aquela, inexistiu a ocorrência de fatos supervenientes a justificar a modificação da relação contratual. Ainda, alegou descumprimento contratual por parte do revendedor, ao alterar o *layout* do posto e não

²⁸³ O papel da causa na análise da propagação das invalidades, foi objeto de estudo no subcapítulo 02.2.

²⁸⁴ KIRCHNER, Felipe. *Contratos coligados: conformação teórica e fundamentos de responsabilidade civil*. op.cit, p. 278.
p. 319.

adquirir a quantidade mínima de combustível. Por fim, requereu o restabelecimento das obrigações contratuais.

Intimado a se manifestar, o revendedor alegou que teria cumprido com os termos contratuais e, por outro lado, invocou conduta desleal da distribuidora, mediante a instalação de outro posto de combustível em local bem próximo ao seu estabelecimento, sendo que aquele estaria adquirindo e revendendo o combustível em valores mais baixos. Por estas razões, alegou restar justificado o pedido de extinção dos contratos.

Após a realização de prova pericial e testemunhal, o magistrado julgou improcedente a ação cominatória, tendo o TJSP a mantido, em julgamento do apelo da distribuidora, por entender que esta teria ocasionado concorrência predatória, ao instalar outro posto de combustível em local tão próximo àquele, mais precisamente em 140 metros, implicando em onerosidade excessiva. Assim, reconheceu válida a extinção dos contratos celebrados. Veja-se:

Ação cominatória. Contrato de cessão de marcas, fornecimento de produtos e outros serviços com revendedor firmado entre a Distribuidora Ipiranga e os réus no dia 22 de novembro de 2010. Autora que promoveu o "bandeiramento" de Posto de Combustível concorrente localizado a 140 metros do Posto réu em novembro de 2010. Rescisão do contrato pela Revenda demandada por notificação extrajudicial enviada no dia 27 de julho de 2015, a pretexto de impossibilidade de cumprimento das condições contratadas, em razão de condições mercadológicas e concorrência predatória de outros revendedores Ipiranga, além de condições comerciais mais favoráveis para a concorrência. Ajuizamento pela Distribuidora Ipiranga, pugnando pela condenação dos réus no cumprimento do contrato ou no pagamento de indenização por perdas e danos, além da multa contratual e demais cominações contratuais. Sentença de improcedência. Apelação da autora, que insiste no acolhimento do pedido inicial, pugnando pelo reconhecimento de julgamento "extra petita" em relação à bonificação antecipada, aduzindo pedido subsidiário de arbitramento da verba honorária sucumbencial conforme os parâmetros previstos no artigo 85, §2º, do Código de Processo Civil. Exame: conjunto probatório constante dos autos, formado por documentos, perícia contábil e testemunha, que confirma a rescisão justificada do contrato pelo Posto réu, ante a conduta abusiva adotada pela Distribuidora demandante. "Bandeiramento" de Posto de Revenda pela Distribuidora demandante, próximo ao Posto réu, que configura fato superveniente, extraordinário e inesperado que elevou sobremaneira a onerosidade do contrato mantido entre as partes. Concorrência predatória imposta ao Posto réu, com alteração das condições de Mercado vigentes quando da contratação. Aplicação da "teoria da imprevisão" ("rebus sic

stantibus"). Possibilidade de rescisão do contrato pelos réus, sem imposição da cláusula penal. Improcedência da pretensão inicial que era derigor.²⁸⁵

Neste sentido, é oportuno ressaltar trecho do voto da Relatora Daise Fajardo Nogueira Jacot, ao entender que, não obstante se tratar de uma relação eminentemente empresarial, a distribuidora estaria em posição dominante. Ainda, a ausência de previsão no contrato acerca dos limites de parâmetros de “bandeiramento” não implicaria em ampla liberdade da distribuidora, a qual tinha a obrigação de agir com probidade e boa-fé, porém não o fez. Por conseguinte, enfatizou a impossibilidade de se exigir do revendedor o cumprimento dos contratos, nos moldes pactuados; em suas palavras:

Demais, no caso vertente, embora ambas as contratantes sejam Empresas no exercício da atividade da persecução do lucro, o fato é que a Distribuidora autora, ora apelante, exerce função dominante na relação contratual mantida entre as partes, com maiores condições de imposição de exigências em relação aos réus, ora apelados.

Nessa condição de dominante, a autora impôs concorrência predatória aos réus, alterando de forma unilateral as condições de mercado nas quais se inseria a atividade de revenda exercida pelo Posto demandado, negando-se, outrossim, a alterar as condições contratuais ante a modificação do cenário de mercado em questão. Ao contrário, ela limita-se a exigir o cumprimento integral do contrato ou o pagamento da cláusula penal nos termos originalmente pactuados, quando a concorrência do Posto de Combustível réu era mais vantajosa, o que não se pode deveras admitir.

Salienta-se que a ausência de indicação expressa no contrato quanto aos limites de perímetro de “bandeiramento” de outros Postos de Combustível pela Distribuidora autora, ora apelante, não basta efetivamente para justificar a alegada “regularidade” da conduta da Distribuidora. É que a mera invocação do princípio da autonomia da vontade e do “pacta sunt servanda” não pode servir como pretexto para a adoção de medidas claramente prejudiciais às partes contratantes, mormente ante o disposto no artigo 421 do Código Civil, “in verbis”: “a liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato”. Patente que a Distribuidora não observou durante a relação contratual que vinculava as partes, os princípios da probidade e da boa-fé, impostos como limites aos contratantes nos termos do artigo 422 do Código Civil, circunstância que impunha efetivamente o reconhecimento da irregularidade no tocante e autorizava a rescisão contratual por parte do

²⁸⁵ TJSP; *Apelação Cível 1012711-74.2015.8.26.0008*; Relator (a): Daise Fajardo Nogueira Jacot; Órgão Julgador: 27ª Câmara de Direito Privado; Foro Regional VIII - Tatuapé - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 30/05/2023; Data de Registro: 31/05/2023.

Posto demandado, independentemente da incidência da cláusula penal atinente²⁸⁶.

No julgado em comento, os atos das partes refletiram em todos os contratos coligados, pois, ao reconhecer a realização de condutas contrárias aos deveres contratuais por parte da distribuidora, declarou-se descabível exigir o cumprimento das cláusulas contidas em todos os negócios jurídicos celebrados, em especial, a aquisição de quantidades mínimas de combustível e a não modificação do *layout* do estabelecimento. Por conseguinte, as obrigações dos demais contratos também perderam a razão de existir, restando, assim, autorizada sua extinção.

O segundo julgado, originário do TJSP, datado de 17 de maio de 2018, envolvia uma Ação de resolução contratual ajuizada pela distribuidora em face do revendedor de combustível, na qual alegou que o revendedor teria descumprido a cláusula de aquisição mínima prevista no contrato de compra e venda e, por isto, requereu a não renovação automática da relação contratual. A ação foi julgada improcedente em primeiro grau.

Diante disso, a distribuidora interpôs apelação, arguindo descumprimento contratual por parte da revendedora, mas também suscitou pela validade da referida cláusula e da cláusula de exclusividade, visto que estas serviriam para compensar o uso da sua marca e os investimentos realizados pela distribuidora.

Ao julgar o apelo, o TJSP negou provimento às razões, por entender como abusiva a cláusula que fixa a aquisição mínima de combustível e, desta forma, declarou como inviável a cobrança da cláusula penal compensatória, mantendo-se a sentença de improcedência, a qual extinguiu a relação contratual²⁸⁷.

²⁸⁶ TJSP; *Apelação Cível 1012711-74.2015.8.26.0008. op.cit.*

²⁸⁷ Apelação. Bem móvel. Compra e venda de combustíveis. Cláusula de fixação de quota mínima mensal de consumo e de renovação em caso de consumo abaixo da meta anulada por sentença mantida por esta C. Câmara em outra ação envolvendo as mesmas partes. Trânsito em julgado. Declarada a invalidade da referida cláusula, inviável a cobrança da cláusula penal compensatória. Sentença mantida. Recurso improvido (TJSP; *Apelação Cível 0024871-73.2005.8.26.0114*; Relator (a): Walter Exner; Órgão Julgador: 36ª Câmara de Direito Privado; Foro de Campinas - 9ª Vara Cível; Data do Julgamento: 17/05/2018; Data de Registro: 17/05/2018).

Neste sentido, ressalte-se trecho do voto do Relator Walter Exner ao reconhecer que, anulando-se a cláusula exigindo a aquisição mínima de combustível, não há razão para manter válida a cláusula penal compensatória. Veja-se:

No caso em apreço, verifica-se que, em ação envolvendo as mesmas partes, esta C. Câmara, em julgamento que tiver a relatoria do eminente Des. Palma Bisson, manteve sentença que anulou a “cláusula primeira” do contrato acima apontado “no que se refere à previsão de vendas e prorrogação automática” e declarou “cumprida a obrigação do autor a partir do termo final do contrato” (fls. 196/201 e 354/363), sendo totalmente descabida, nova discussão a respeito do tema, já abarcado por decisão com trânsito em julgado (fls. 373/374). E, uma vez declarada a invalidade da “cláusula primeira”, não ocorrida a prorrogação do contrato, tampouco a infração contratual pelo consumo abaixo da meta, é inviável o acolhimento do pleito de cobrança da cláusula penal compensatória prevista na “cláusula quarta”²⁸⁸.

No aludido julgado, infere-se a propagação das invalidades dos termos contratuais de modo parcial, na medida em que a declaração de nulidade da cláusula exigindo a aquisição mínima de combustível resultou na ausência de cobrança da cláusula penal compensatória, sem afastar o dever de cumprimento das demais cláusulas contratuais.

O terceiro julgado, oriundo do TJGO, datado de 14 de dezembro de 2021, tratava-se de uma ação declaratória de quitação contratual cumulada com pedido de resolução contratual movida pelo revendedor em face da distribuidora, cuja relação contratual envolvia diversos negócios jurídicos, tais como, contrato de cessão de marca, compra e venda mercantil, entre outros.

No caso, o revendedor ajuizou a ação alegando a abusividade da cláusula de aquisição mínima de combustível e prorrogação automática dos contratos, requerendo o reconhecimento da quitação contratual, além da sua resolução. Em sua contestação, a distribuidora requereu a improcedência da ação, invocando o princípio da *pacta sunt servanda*, de modo que inexistiria a abusividade suscitada, mas sim, o descumprimento contratual por parte do revendedor, o qual teria o dever de adimplir os contratos.

²⁸⁸ TJSP; *Apelação Cível 0024871-73.2005.8.26.0114*.op.cit.

Ao julgar o caso, o magistrado de primeiro grau entendeu como irrazoável a manutenção da cláusula de exigência da aquisição mínima de combustíveis, afastando, também, a cobrança da multa contratual. Assim, julgou procedente a ação, declarando a quitação e resolução dos contratos. Ao julgar o apelo da distribuidora, o TJGO negou provimento às suas razões, à luz da boa-fé objetiva, mantendo-se incólume a sentença de procedência. *In verbis*:

Apelação Cível. Ação Declaratória de Quitação Contratual. Rescisão contratual. Contrato de cessão de uso de marca, fornecimento de produtos e outros pactos de posto de combustível. Obrigatoriedade de aquisição de quantidade mínima de combustíveis com exclusividade. Abusividade. I. A boa-fé objetiva contratual se baseia na conduta das partes, que devem agir com correção e honestidade, correspondendo à confiança reciprocamente depositada. II. Impor ao revendedor a obrigatoriedade de aquisição de litragem mínima de combustíveis, por mais de uma década, sem que exista mercado para tanto, sob pena de eternização do contrato, viola o princípio da boa-fé objetiva, razão pela qual deverá a correspondente cláusula ser considerada abusiva e nula de pleno direito. III. Honorários recursais. Majora-se os honorários no caso de desprovimento do recurso, nos termos do § 11 do art. 85 do CPC. Apelação cível conhecida e desprovida²⁸⁹.

Neste sentido, é oportuno ressaltar o voto do Relator Jeronymo Pedro Villas Boas, ao descrever a relação contratual envolvendo a distribuidora e o revendedor, mantendo a declaração de nulidade das referidas cláusulas contratuais, por entender pela existência abusividade; em suas palavras:

Neste sentido, em virtude da negativa por parte da requerida em reconhecer o cumprimento contratual e em promover o encerramento do Contrato de Cessão de Uso de Marca, Fornecimento de Produtos e Outros Pactos assim como do Contrato de Antecipação de Bonificação e seu aditivo, celebrado em 25/07/2006 e 18/04/2007 respectivamente, e, ainda, em fornecer o Termo de Cancelamento de Hipoteca, a parte autora/recorrido ajuizou a presente ação declaratória.

O julgador primeiro entendeu que “não se mostra razoável que a distribuidora, livre para estipular o preço dos combustíveis de forma a controlar, ainda que indiretamente, a margem de lucro dos seus revendedores, possa também obrigá-los a adquirir quantidade mínima do produto, pois tal possibilidade viola as regras do mercado, na medida que

²⁸⁹ TJGO; *Apelação 51910124320178090051*, Relator: Jeronymo Pedro Villas Boas - (DESEMBARGADOR), 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 14/12/2021.

faz com que o risco do negócio recaia exclusivamente sobre o revendedor que, independentemente da demanda, é obrigado a adquirir a litragem.

[...] Logo, nula a cláusula 16 do Aditivo e a Cláusula 10.2 do contrato originário, que impõem a quantidade mínima de combustível a ser adquirida e a multa por esse descumprimento contratual.”

[...] Analisando-se os fatos sob uma ótica mercadológica, poder-se-ia concluir pela legalidade dos ajustes, uma vez que a obrigatoriedade de aquisição, por parte do autor, de litragem mínima de combustíveis seria justificada pelos investimentos e benefícios concedidos pela parte ré, ora apelante. Contudo, sob uma visão jurídica, parece evidente a abusividade da cláusula discutida nestes autos, mormente quando analisada conjuntamente com a cláusula 4, que prevê a prorrogação do pacto pelo tempo suficiente para a aquisição da quantidade de produtos se o prazo de vigência originalmente estabelecido não for suficiente para tanto²⁹⁰.

Neste toar, acertado o entendimento do julgador singular e entendo ser nula a exigência contratual de aquisição de uma quantidade mínima de combustíveis, bem como da cláusula que impõe multa pelo não cumprimento do volume estabelecido contratualmente. Ora, a cláusula contratual em comento obriga a revendedora a, eventualmente, ter de adquirir combustíveis da requerida sem que haja a respectiva demanda um volume extraordinário do produto, ou seja, impõe uma aquisição de combustíveis forçada, sem que exista mercado de consumo para a absorção do produto.

Por fim, em seu voto, o relator ressaltou a licitude da cláusula de exclusividade, restando nula apenas a cláusula de aquisição mínima. Veja-se:

Assim, fundamentou bem o sentenciante ao concluir que tal cláusula contratual não poderia subsistir, mormente a ter-se em conta que, face a cláusula de exclusividade, que é lícita, obriga-se a revendedora a adquirir todo combustível de que necessita da distribuidora, não tendo pertinência que se estabeleça quantidade mínima de aquisição, sob pena de impor-se oneração excessiva para um dos contratantes, acaso não se atinja a cota estabelecida²⁹¹.

Neste terceiro julgado, se verifica que, apesar de a nulidade da cláusula de aquisição mínima implicar no afastamento da multa cominatória, tal vício não culminou na invalidade das demais cláusulas e obrigações envolvendo os demais contratos pertencentes à coligação constituída.

²⁹⁰ TJGO; *Apelação 51910124320178090051*. op.cit.

²⁹¹ Idem.

Diante do exposto, a partir dos casos práticos elucidados, observa-se que poderá sim haver a propagação das invalidades nos contratos celebrados entre a distribuidora e o revendedor de combustível, a qual poderá ocorrer de forma total ou parcial, dependendo de cada caso concreto.

Com efeito, no primeiro julgado, se reconheceu a influência dos atos das partes para fins de análise da cobrança das cláusulas contratuais pactuadas e, ao declarar como desleal a conduta da distribuidora ao instalar outro posto de combustível em local próximo ao do revendedor, declarou-se restar descabível a exigência de cumprimento das outras obrigações contratuais por parte do revendedor e, diante disso, verificou como prejudicadas as obrigações dos demais contratuais coligados.

Ademais, nos outros dois julgados, infere-se a propagação da invalidade de modo parcial, pois em ambos se declarou como nula a cláusula que exigia a aquisição mínima de combustível, com o afastamento da multa cominatória, sem, no entanto, afastar-se a exigibilidade das demais cláusulas contratuais, como exemplo, a de exclusividade, além de manter a validade dos outros pactos adjacentes.

4.3 Efeitos das ineficácias dos contratos perante a coligação

Consoante exposto neste trabalho, a ineficácia jurídica é vista como a inaptidão, temporária ou permanente, do fato jurídico para irradiar os efeitos próprios e finais que a norma jurídica imputa²⁹².

Em se tratando de contratos coligados, há necessidade de aferir se a ineficácia de um contrato culminou na dos demais. Sobre o tema, assim como no caso das invalidades, para verificar a propagação das ineficácias, utiliza-se como parâmetro averiguar se o fim visado fora atingido, se os contratos mantêm ou não suas utilidades e, especialmente

²⁹² MELLO, Marcos Bernardes de. *Teoria do fato jurídico: plano de eficácia*. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 61.

quanto às ineficácias, há também a questão envolvendo o inadimplemento das obrigações, para, assim, analisar a irradiação dos seus efeitos²⁹³.

Nesta esteira, ressalte-se a lição de Judith Martins Costa, segundo a qual, a propagação das ineficácias entre os contratos coligados será examinada a partir da continuidade das prestações pactuadas, ou seja, se estas se mantiverem, inexistirá contaminação das ineficácias, já a situação oposta resultará na proliferação dos efeitos de ineficácia; em suas palavras:

Nesses casos, a consideração da eficácia de um contrato na esfera jurídica de terceiros ou em outros contratos firmados em vista de um mesmo fim está na continuidade e na interferência entre esferas de interesses, que se congregam, em múltiplas esferas na vida de relações contratuais, por forma a impor aos gestores das 'esferas contíguas' limites internos que, na convivência ordenada e civil, descendem da socialidade²⁹⁴.

Partindo destas premissas, com intuito de apresentar exemplos práticos da propagação das ineficácias nos contratos coligados celebrados entre a distribuidora e o revendedor de combustível, destacam-se alguns julgados abordando o tema.

O primeiro, oriundo do TJSP²⁹⁵, datado de agosto de 2021, envolvia uma ação rescisória movida pela distribuidora em face do revendedor, cuja relação contratual englobava os seguintes contratos: (i) compra e venda mercantil; (ii) contrato de licença e uso de marca; (iii) comodato de equipamentos; (iv) fiança; (v) franquia e (vi) mútuo.

A distribuidora ajuizou a ação alegando o descumprimento obrigacional por parte da revendedora, pois: (i) esta não teria adquirido a quantidade mínima de combustível pactuada; (ii) não houve o pagamento dos royalties pelo uso da marca da distribuidora; (iii) inadimplemento do contrato de comodato; (iv) alteração da fachada do Posto e (v) pagamento parcial do mútuo celebrado. Diante disso, requereu a extinção dos contratos,

²⁹³ O plano de eficácia nos contratos coligados foi objeto de estudo no subcapítulo 02.3.

²⁹⁴ MARTINS COSTA, Judith. Novas reflexões sobre o princípio da função social dos contratos. *Estudos de direito do consumidor*. Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2005, v.7, p. 106.

²⁹⁵ TJSP; *Apelação Cível 1010589.35.2017.8.26.0003*; Relator (a):Tercio Pires; Órgão Julgador: 34ª Câmara de Direito Privado; Foro Regional III. Jabaquara.3ª Vara Cível; Data do Julgamento: 23/08/2021; Data de Registro: 23/08/2021.

com a indenização por multa contratual e a devolução dos equipamentos cedidos por força do comodato.

Na sentença, o magistrado de primeiro grau reconheceu o descumprimento da revendedora, julgando procedente a ação, rescindindo os contratos celebrados, determinando a devolução dos equipamentos cedidos e condenando a revendedora ao pagamento de multa prevista nos contratos. Insatisfeita, a revendedora interpôs recurso de apelação, o qual foi negado provimento.

Em sua fundamentação, o relator reconheceu os inadimplementos contratuais por parte da revendedora e, tratando-se de contratos coligados livremente pactuados, eivados de vício de anulabilidade, o descumprimento de um produziu efeitos nos demais, culminando, assim, na extinção contratual. Veja-se:

Os contratos em debate acabaram regularmente celebrados, inexistindo ventilação de causa que pudesse ensejar suas anulações por vícios quaisquer; incólume emerge, à vista disso, o princípio "pacta sunt servanda".

Evidenciado, portanto, o descumprimento contratual pelo posto correquerido, e impõe-se a resolução de todos os ajustes coligados, incumbindo aos demandados, solidariamente, o suporte das indenizatórias neles previstas. Cláusula '8.2' do contrato de promessa de venda mercantil e '10.1' do contrato de comodato de equipamentos; devida resuma, ainda, a multa prevista no item 'X' das 'condições contratuais comerciais' e cláusula '10.1' do contrato de licença; aludidas disposições não se revelam marcadas por abusividade, de modo que não comportam redução, ressalvada a possibilidade de verificação de excesso qualquer ao ensejo da liquidação de sentença. artigos 412 e 413, CC.

O contrato de mútuo se encontra coligado, da mesma sorte, ao de promessa de compra e venda de mercadorias, de sorte que cabível, igualmente, ante o descumprimento contratual pelo posto correquerido, a sua rescisão²⁹⁶.

No julgado elucidado, a natureza coligada dos contratos fora determinante para o reconhecimento da propagação das ineficácias, pois, consoante o exposto, a relação entabulada envolvia diversos negócios jurídicos, porém, não obstante o descumprimento

²⁹⁶ TJSP; *Apelação Cível 1010589.35.2017.8.26.0003*. op.cit.

de parte destes contratos, os outros também vieram a perder a razão de sua manutenção, implicando, assim, na extinção destes.

O segundo julgado, proveniente do TJPR²⁹⁷, datado de agosto de 2021, trata-se de agravo de instrumento interposto pela distribuidora em face de decisão originária de ação de tutela antecipada antecedente, na qual o juízo de origem deferiu tutela de urgência para execução diferenciada do contrato, autorizando o depósito de valor mais baixo atinente ao preço do combustível adquirido pela revendedora, sob os fundamentos de: (i) o contrato previa a possibilidade de denúncia quando atingido cerca de 80% do volume; (ii) a distribuidora teria injustificadamente praticado preços diferenciados entre os revendedores. Ainda, fundamentou: (iii) na ocorrência onerosidade excessiva, diante de fatos supervenientes que inviabilizaram o cumprimento dos contratos, tais como, a pandemia do Covid-19 e medidas de isolamento. Por esta razão, a distribuidora interpôs o recurso, alegando a ausência dos requisitos para deferimento da liminar concedida.

Para fins de julgamento do recurso, o Tribunal considerou a existência de ação de resolução contratual movida pelo revendedor em face da distribuidora, tendo esta apresentado pedido de reconvenção requerendo, liminarmente, a extinção contratual, o despejo do local sediado pelo posto revendedor e, subsidiariamente, o restabelecimento da marca na fachada do posto, mas também o cumprimento da cláusula de exclusividade prevista no contrato; pedidos estes indeferidos em primeiro grau. Porém, em sede recursal, o Tribunal acolheu os pedidos subsidiários; o processo principal ainda não fora julgado.

Diante deste cenário, o Tribunal, ao analisar os fundamentos da decisão agravada em discussão, reconheceu que o contrato de uso de marca prevê a denúncia quando houver o atingimento de 80% do volume contratado, no entanto, referido negócio jurídico está coligado ao contrato de sublocação e, por conseguinte, não seria cabível requerer a extinção de um contrato e não do outro; destacando-se trecho de voto da Relatora Sandra Bauermann:

²⁹⁷ TJPR; 17ª Câmara Cível. *Agravo de Instrumento 0030097-64.2020.8.16.0000*. Curitiba. Rel.: Juíza de direito substituto em segundo grau Sandra Bauermann. J. 19.08.2021.

Ocorre que, em sede de probabilidade do direito própria do momento para fins de tutela de urgência, a despeito de o contrato de “uso de marca e manifestação visual com cláusula de exclusividade de fornecimento de produtos” entabulado entre as partes (mov. 1.6 dos autos 33218-05.2017), prevê a possibilidade de denunciar o contrato quando atingido cerca de 80% do volume contratado.

No caso em exame, porém, que este contrato está coligado ao contrato de sublocação onde se encontra instalado o posto de combustível, e não pode pretender a parte a rescisão ou distrato de um dos contratos e não do outro. Ao que se verifica das cláusulas do contrato de sublocação, o contrato foi celebrado exclusivamente para comercialização dos produtos (combustível) IDAZA, assumindo a autora a obrigação de manter os símbolos e sinais da marca.

Além disso, o Tribunal afastou o reconhecimento da onerosidade excessiva, pois a superveniência do Covid-19 teria prejudicado ambos os contratantes e, diante da ordem judicial para cumprimento da cláusula de exclusividade, entendeu que a decisão agravada estaria afastando o referido comando judicial. Por estas razões, concedeu provimento ao recurso da distribuidora, revogando a liminar²⁹⁸.

O julgado em apreço, envolvia uma série de contratos celebrados entre a distribuidora e o revendedor, interligados entre si para comercialização do combustível. Assim, considerando a evidente coligação envolvendo o contrato de uso de marca e o de sublocação do imóvel, o qual previa expressamente que o local se destinaria a revenda do combustível, declarou-se que a extinção de um dos contratos implicaria a do outro.

Diante da conclusão do julgado, estabelece-se o reconhecimento da possibilidade de propagação das ineficácias entre contratos celebrados pela distribuidora e o revendedor de combustível, haja vista que o pedido de extinção de um contrato não poderia ser analisado individualmente, mas sim por todo o contexto de coligação existente.

²⁹⁸ Vide trecho do voto: “Assim, analisando a fundo a questão ainda que sob a ótica da tutela de urgência, acaba-se por concluir que a decisão ora agravada, analisada na sua consequência prática, acaba por afastar o comando do já decidido na lide originária (ainda que nos autos principais) por esta Corte, já que afasta a obrigação de compra dos produtos disponibilizados pela distribuidora na forma contratada. Por tais razões, concluo que resta ausente a probabilidade do direito para a tutela de urgência (art.300 do CPC), de modo que proponho o provimento do recurso para reformar a decisão agravada, indeferindo o pleito liminar”. In: TJPR - 17ª Câmara Cível - 0030097-64.2020.8.16.0000. op.cit.

Outrossim, relembrando o conceito da exceção de contrato não cumprido, segundo o qual, o inadimplemento de um dos contratantes justifica o dos demais; infere-se que para aplicá-lo em casos envolvendo negócios coligados, não basta a existência de conexão entre os contratos.

Com efeito, requer-se que a prestação inadimplida seja correspectiva, conexa àquela cuja execução se pretenda paralisar temporariamente por meio da exceção substancial. Se, no campo de contratos coligados, não existe interdependência entre as prestações – a inadimplida e aquela(s) que se busca suspender o cumprimento – é incabível a exceção de inadimplemento. Falta, na espécie, a relação sinalagmática recíproca²⁹⁹.

Em outros termos, a exceção de contrato não cumprido somente será aplicada nos contratos coligados se restar atestada a existência de obrigações interdependentes e sinalagmáticas entre si, pois, ao contrário *sensu*, não haverá razão para aplicar referido instituto.

A este respeito, ressalte-se o Recurso Especial de nº 985.531³⁰⁰, no qual o STJ, ao reconhecer a existência de contratos coligados celebrados entre a distribuidora e o revendedor de combustível, declarou a possibilidade de aplicação da exceção de contrato não cumprido, em razão da interdependência destes negócios jurídicos.

Assim, analisando cada contrato de modo individual, mas também em conjunto com os demais, reconheceu que o inadimplemento do contrato de compra e venda mercantil implicou efeitos perante o fim visado pela cadeia coligada, situação a qual justificou a aplicação da exceção do contrato não cumprido; nas palavras do Relator Vasco da Gama:

Ademais, o não cumprimento de obrigações referentes ao contrato de fornecimento de produtos por parte da autora, como alegado pelos réus, frustra precocemente a finalidade perseguida pelas operações coligadas,

²⁹⁹ TERRA, Aline de Miranda Valverde; NANNI, Giovanni Ettore. Exceção de contrato não cumprido na coligação contratual. *Civilistica.com*. Rio de Janeiro. 10, n. 2, 2021. Disponível em: <<http://civilistica.com/excecao-de-contrato-nao-cumprido-na-coligacao/>>. Acesso em 21 de março de 2023.

³⁰⁰ O Recurso Especial de nº 985.531 foi objeto de estudo no subcapítulo 03.2.

tornando inviável o cumprimento da obrigação assumida no contrato de financiamento³⁰¹.

A partir da conclusão deste julgado, constata-se o cabimento da exceção de contrato não cumprido nos contratos celebrados entre a distribuidora e o revendedor de combustível, seja pela natureza de interdependência destes contratos, isto é, por serem propriamente coligados entre si e, seja pelo inadimplemento de um dos contratos haver implicado na ineficácia dos demais, resultando, assim, na perda da razão prática dos outros negócios a este coligado.

Portanto, tendo em vista que a propagação da ineficácia nos contratos coligados é identificada a partir do critério de utilidade e prejuízo do fim visado, em se tratando especificamente dos contratos celebrados entre a distribuidora e o revendedor de combustível, com base nos julgados elucidados, se afere que a resolução de um negócio tem o condão de afetar os demais.

Destarte, a natureza conexa dos contratos objeto de estudo implica na propagação de ineficácias de um contrato sobre os outros coligados, pois se observou impossibilidade de analisar individualmente cada contrato, sendo imprescindível analisá-los a partir de uma perspectiva global, para, assim, determinar se a extinção contratual culminará no desligamento dos demais contratos.

4.5 Busca de um tratamento ideal

Diante da análise da propagação das invalidades e ineficácias nos contratos celebrados entre a distribuidora e o revendedor de combustível bandeirado, o estudo se volta à busca de um tratamento ideal, visando a aplicação de institutos já abordados neste trabalho, quais sejam, o método de interpretação conjunta, a derrogação dos efeitos típicos e o princípio da conservação.

³⁰¹ STJ, *Resp.* 985531. *op.cit.*

Neste sentido, o trabalho apresentará a incidência destes três institutos sobre os contratos celebrados entre a distribuidora e o revendedor de combustível, mediante a análise de casos práticos, mas também de estudos doutrinários sobre o tema.

4.5.1 Interpretação conjunta

Consoante elucidado neste trabalho, o instituto da interpretação consiste em atribuir sentido às coisas, em dar significados aos objetos e, por conseguinte, tem o condão de auxiliar na aferição do conteúdo dos contratos³⁰².

Assim, no âmbito dos contratos coligados, o método adequado é a interpretação conjunta, mediante a análise individual de cada contrato e a visão global da cadeia, visando identificar se há uma causa comum entre tais contratos, para assim, tratá-los como coligados, mas também aferir qual o grau de intensidade destes. Além disso, evidenciou-se a necessidade de observar as circunstâncias de cada caso concreto, para melhor interpretar os contratos³⁰³.

Assim sendo, Gustavo Tepedino afirma que a presença de contratos coligados traduz, com efeito, a unicidade econômica da operação e significa, tecnicamente, no ordenamento jurídico brasileiro, que a disciplina jurídica aplicável às partes e à interpretação dos seus atos não pode se dissociar dos objetivos por eles perseguidos na operação globalmente considerada³⁰⁴.

Desta feita, tendo em vista a importância da interpretação conjunta, atrelada às circunstâncias de cada caso concreto, abaixo se destacam alguns julgados, visando elucidar na prática a aplicação do referido método perante os contratos celebrados entre a distribuidora e o revendedor de combustível.

O primeiro, oriundo do TJSP, datado de 08 de junho de 2022, tratava-se de uma ação de extinção contratual movida pela distribuidora em face do revendedor, visando

³⁰² A interpretação dos contratos coligados foi objeto de estudo no subcapítulo 02.1.

³⁰³ Idem, *Ibidem*.

³⁰⁴ TEPEDINO, Gustavo. *Controvérsias sobre contratos coligados e a aplicação da teoria do grupo econômico*. Soluções práticas. São Paulo: Revista dos Tribunais. v. 03, p. 267-283. Nov. 2011, p. 270.

rescindir e cobrar valores inadimplidos, cuja relação contratual envolvia os seguintes contratos: (i) compra e venda mercantil; (ii) antecipação de bonificação por performance; (iii) franquia Lubrax; (iv) franquia BR Mania e; (v) licença e uso de marca.

No contrato de compra e venda havia a cláusula de aquisição mínima de combustível, com imposição de multa por inadimplemento, porém, a revendedora acabou por não adquirir o volume mínimo pactuado, descumprindo o contrato. Nos contratos de franquia também havia a previsão de multa por descumprimento contratual.

Ao analisar as circunstâncias do caso concreto, o Tribunal constatou que, além da ausência da aquisição mínima, a revendedora havia descumprido a cláusula de exclusividade e adquirido produtos de outra distribuidora. Assim, interpretando os contratos conjuntamente, mas sem desconsiderar a individualidade de cada contrato, reconheceu como válidas as cobranças contratuais, inclusive, as multas por inadimplemento. Destaca-se a ementa:

Contratos de franquia, promessa de compra e venda mercantil, licença de marca e antecipação de bonificação celebrados em conjunto, para viabilizar a operação de posto de combustíveis com a bandeira "BR". Ação de rescisão contratual e cobrança. Decreto de parcial procedência. Reconhecimento da aquisição de produtos de origem diversificada, rompida a exclusividade daqueles fornecidos pela autora. Ausência de compra das quantidades mínimas contratadas. Cerceamento de defesa incorrente. Alegação genérica de abusividade. Confissão corretamente reconhecida. Multas previstas nos contratos de franquia indeferidas em primeira instância, tido como caracterizado "bis in idem". Apesar de serem conexos os contratos, subsiste a individualidade de cada um dos ajustes de vontade, de maneira que a cláusula penal inserida em cada um destes está voltada para um ressarcimento isolado de danos pressupostos e não perde sua eficácia diante da contratação conjunta e por conformar sua hipótese de incidência uma mesma prática ilícita, que afeta todos os contratos simultaneamente. Sentença parcialmente reformada. Verba honorária majorada. Provido o apelo da autora e desprovido o da ré³⁰⁵.

Neste sentido, é oportuno ressaltar trecho do voto do Relator Fortes Barbosa, no qual se analisa especificamente os dois contratos de franquia, pertencentes ao complexo coligado que visa a distribuição do combustível, cujos negócios jurídicos são

³⁰⁵ TJSP. *Apelação Cível nº 1012744-37.2019.8.26.0004*. Rel. Fortes Barbosa. 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - DJe 8-6-2022.

dependentes entre si, mas cada qual possui sua individualidade e, por conseguinte, entendeu pela ausência de *bis in idem* na cobrança de multa referente ao descumprimento de cada contrato; em suas palavras:

Há, entre os dois contratos de franquia enfocados e os demais, uma relação de dependência, pois não seriam isoladamente celebrados, sendo queridos como um todo, formando-se uma unidade de interesse econômico, que resulta numa conexão funcional, apta a ser estabelecida mesmo sem coincidência subjetiva perfeita.

É mantida, no entanto, a individualidade de cada um dos ajustes de vontade, de maneira que a cláusula penal inserida em cada um destes não perde sua eficácia diante da contratação conjunta e por conformar sua hipótese de incidência uma mesma prática ilícita, que afeta todos os contratos simultaneamente.

Para cada contrato, a cláusula penal atua no sentido de fixar os pressupostos de uma futura indenização e precifica seu valor, evitando a proliferação de discussões acerca da situação decorrente da ausência de sua execução adequada.

Não é viável a afirmação de um “bis in idem”, considerando que o “Contrato de Promessa de Compra e Venda Mercantil com Licença de Uso de Marca e outros Pactos” contempla cláusula penal voltada para a reparação de prejuízos atinentes apenas a este negócio, não se sobrepondo àquelas inseridas nos dois contratos de franquia.

Assim, com base na interpretação conjunta e individual dos contratos coligados celebrados entre a distribuidora e o revendedor de combustível, o TJSP reformou parcialmente a sentença de primeiro grau, para fins de validar a aplicação da cláusula penal de cada um dos negócios jurídicos celebrados, mantendo a extinção dos contratos, já declarada em primeiro grau.

A partir deste julgado, evidencia-se a importância da interpretação conjunta dos contratos objeto de estudo, mas também a necessidade da análise individual de cada negócio jurídico ali celebrado, na medida em que a autonomia permanece hígida, não obstante exista uma forte interligação entre eles.

Com efeito, para fins de interpretar os contratos coligados, é imperioso partir-se tanto de uma análise vertical como horizontal, ou seja, da visão do complexo e da

individual de cada contrato³⁰⁶, de modo a aferir a causa comum entre os contratos e seus efeitos.

No caso, a partir da causa comum, qual seja, a distribuição de combustível, avalie-se qual a contribuição de cada contrato perante a coligação, por exemplo, existindo dois contratos de franquia, tendo ambos o seu papel na cadeia, existirão obrigações e deveres inerentes a cada um destes, logo, é possível manter a cobrança de suas cláusulas penais, desde que não constatada qualquer abusividade.

O segundo julgado, proveniente do TJDF, datado de 1º de março de 2023, consistiu no julgamento de apelações originárias de 13 (treze) ações rescisórias, sendo 06 (seis) ajuizadas pela revendedora de combustível, as quais haviam sido julgadas improcedentes, e 7 (sete) ajuizadas pela distribuidora, as quais foram julgadas procedentes, declarando-se a extinção dos contratos e condenando a revendedora ao pagamento de multa e restituição de valores recebidos à título de desempenho.

Em julgamento, o Tribunal manteve as sentenças de primeiro grau, sob o fundamento de que o juízo de origem teria analisado adequadamente os contratos ora coligados, aplicando-se as normas do Código Civil ao caso, não havendo razão para reforma das sentenças. Abaixo a ementa:

Apelação cível. Rescisão de contratos de venda de combustíveis, licença de uso de marca e outras avenças, regidos pelo Código Civil. Cerceamento de defesa: não o configura o indeferimento de provas pericial contábil e oral desnecessárias. Validade dos contratos principais e coligados, em vigor há mais de 10 anos. Lesão: ausência dos pressupostos necessários ao seu reconhecimento. Injustificável revisão de cláusulas. Onerosidade excessiva não reconhecida: riscos previsíveis, inerentes à atividade econômica das empresas e investimentos malsucedidos dos postos revendedores. Inadimplemento: a justificar a rescisão dos contratos, com o pagamento da multa pactuada e restituição dos valores recebidos a título de bonificação³⁰⁷.

No voto do Relator Fernando Habibe, foram expostos os fundamentos pela manutenção das sentenças; de início, ressalte-se o trecho indeferindo os pedidos de

³⁰⁶ O aludido método de interpretação foi objeto de estudo no subcapítulo 02.1.

³⁰⁷ TJDF *Acórdão* 1667332, 07153329820178070001, Relator: FERNANDO HABIBE, 4ª Turma Cível, data de julgamento: 1/3/2023, publicado no DJE: 14/3/2023.

novas provas apresentado pela revendedora, ao declarar: “Quanto à produção probatória (oral e pericial contábil) é desnecessária, pois a matéria é eminentemente de direito, basicamente interpretação de cláusulas contratuais”³⁰⁸.

No mérito, afastou-se o pedido de anulação dos contratos celebrados entre as partes, ressaltando as características da relação contratual estabelecida, a qual fora celebrada por duas sociedades empresárias, cujo tratamento é paritário e, assim, regido pelas normas do Código Civil. Desta feita, evidenciou a importância do princípio da autonomia privada, eminente na celebração destes contratos; em suas palavras:

Inicialmente, é importante consignar que a relação jurídica firmada pelas partes é regida pelo Código Civil, (...) se trata de negócio de natureza privada, entre empresas no exercício da atividade empresarial.

É cediço que contratos desta natureza, dada a simetria natural entre as empresas contratantes, não se admite um dirigismo contratual, ou seja, obsta a relativização dos princípios da autonomia de vontade e da força obrigatória das avenças. Para a doutrina especializada o princípio da autonomia privada corresponde ao poder reconhecido pela ordem jurídica aos particulares para dispor acerca dos seus interesses, notadamente os econômicos (autonomia negocial), realizando livremente negócios jurídicos e determinando os respectivos efeitos.

É certo que a autonomia privada, embora tenha cedido espaço para outros princípios, tais como o da boa-fé e da função social do contrato, ainda permanece como pedra angular no sistema de direito privado, principalmente na disciplina jurídica relacionada ao Direito Empresarial³⁰⁹.

Em acréscimo, indeferiu o pedido de revisão contratual, pois, além da ausência de prova da invocada abusividade, observou a aplicação dos princípios da livre iniciativa e livre concorrência contidos nestes contratos e, aplicando-se os 421 e 421-A do CC³¹⁰, entendeu-se que a alocação e riscos, oriunda desta natureza contratual, deve ser respeitada, razão pela qual afastou o pedido de revisão.

³⁰⁸ TJDFT; *Acórdão 1667332*, op.cit.

³⁰⁹ Idem, *Ibidem*.

³¹⁰ Os artigos 421 e 421-A, inseridos no Código Civil a partir da Lei de liberdade econômica, foram objeto de estudo no subcapítulo 02.1.

Por fim, analisando-se o pedido de onerosidade excessiva, declarou por sua rejeição, afastando a aplicação da teoria da imprevisão ao caso, à luz das próprias cláusulas contratuais estipuladas pelas partes; ao dispor:

[...] Para cada contrato foi prevista a quantidade dos produtos contratados, a forma de apuração, a data estimada de início da aquisição dos produtos pelo revendedor, penalidades, garantias, e na maioria deles, contratos vinculados.

Assim, não há como se aplicar o instituto de onerosidade excessiva ao caso, mormente pelo fato de que os riscos das contratações eram de (...) conhecimento pelo GRUPO PASSARELA. É evidente que as empresas deste Setor têm conhecimento acerca da possibilidade de alteração de faturamento dos Postos, durante o período contratual, motivo pelo qual esta alegação não é apta a alcançar o reconhecimento da imprevisibilidade³¹¹.

A partir deste julgado, infere-se a relevância de interpretar os contratos em conjunto, observando-se cada cláusula contida nos negócios jurídicos, à luz das próprias regras do Código Civil, em especial, reconhecendo a natureza da relação constituída, mas também quais os impactos da Lei de liberdade econômica no tratamento destes contratos paritários.

Nesta esteira, diante de contratos celebrados entre a distribuidora e revendedor de combustível, constata-se a alocação de riscos inerentes à atividade empresarial desenvolvida, tais como, a obrigação de aquisição da quantidade mínima do produto e a proibição de adquirir produtos de outras marcas, sendo que o seu descumprimento acarretou o direito de a distribuidora rescindir os contratos e de cobrar os valores pactuados.

Diante disso, infere-se a importância de analisar conjuntamente os contratos objeto de estudo, pois a sua natureza conexa implica a existência de cláusulas contratuais, das quais, não obstante sejam individualizadas, complementam-se para o alcance da distribuição do combustível, na medida em que, mediante a interpretação conjunta, se poderá avaliar quais os efeitos de um contrato sobre os demais.

³¹¹ TJDFT; *Acórdão 1667332*. op.cit.

4.5.2 Derrogação dos efeitos típicos: olhar específico aos contratos na rede de combustível

Conforme visto anteriormente neste trabalho, a derrogação dos efeitos típicos consiste em afastar o tratamento do contrato na sua forma típica, para analisá-lo com base no próprio regime da coligação em que está inserido.

Além disso, observou-se o cabimento da derrogação dos efeitos típicos perante os contratos coligados, para fins de melhor tratamento da coligação, sendo que, para sua ocorrência, é necessário examinar as circunstâncias negociais, extrair o sinalagma próprio de cada contrato e identificar o seu papel na cadeia³¹².

A partir disso, o estudo visa analisar a derrogação dos efeitos típicos como modo de tratamento dos contratos coligados celebrados entre a distribuidora e o revendedor de combustível bandeirado.

De toda sorte, uma vez definido o tipo legal a que se enquadra, não se trata de aplicar imediatamente as previsões legais ao mesmo atinentes. Para além disso, a inquirição acerca da qualificação de um contrato deve também abranger a subsequente análise da aplicabilidade do regime do tipo contratual em tela ao caso concreto³¹³.

Sobre o tema, destacam-se dois julgados do STJ, datados de 23/06/2009 e 18/05/2021, respectivamente. Em ambos, ao se reconhecer a coligação contratual envolvendo os contratos celebrados entre a distribuidora e o revendedor de bandeira, se declarou a aplicação da Lei nº 8.245/91 (Lei de locação).

No primeiro, fora declarada como adequada a Ação de despejo para dirimir litígio envolvendo a distribuidora de combustível e o revendedor de bandeira, pois as partes haviam celebrado contrato de locação e, diante da coligação contratual estabelecida, os demais contratos também seriam regidos pela referida Lei. Veja-se a ementa do julgado:

³¹² A derrogação dos efeitos típicos foi objeto de estudo no subcapítulo 02.4.

³¹³ CARDOSO, Patrícia Silva; MOTA, Mauricio Jorge. A Qualificação dos Contratos como determinante da Natureza e do Regime contratual: Uma Análise dos Contrato de operação de Posto de Serviços. In: Marilda Rosado de Sá Ribeiro (org.). *Estudos e pareceres: Direito do petróleo e gás*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005, p. 252-253.

Recurso especial. Civil. Locação. Natureza jurídica do contrato celebrado entre distribuidora de combustíveis e posto de abastecimento de veículo. Contrato de locação. Aplicação da lei nº 8.245/91. Ação de despejo. Instrumento adequado. Precedentes. Recurso especial parcialmente provido. 1. Não há o indispensável prequestionamento, para fins de recorribilidade especial, diante da ausência de manifestação da Corte de origem acerca da matéria versada nos dispositivos legais tidos por violados. 2. A aferição dos requisitos autorizadores da tutela antecipada existência de prova inequívoca e verossimilhança do direito pleiteado implicaria análise do conjunto fático-probatório dos autos, o que atrai o óbice da Súmula 7/STJ. 3. A execução provisória do despejo, cujo fundamento é o descumprimento de cláusula contratual, não depende de caução, nos termos do art. 64 c/c o art. 9º, III, da Lei nº 8.245/91. 4. O contrato celebrado entre empresa distribuidora de combustíveis e posto de abastecimento de automóveis, em que há pactos adjacentes ao aluguel do imóvel onde se desenvolverá a atividade comercial, possui natureza jurídica de locação, de modo que as relações negociais decorrentes dessa avença serão regidas pela Lei nº 8.245/91. Precedentes. 5. Recurso especial parcialmente provido, para afastar a multa do art. 538 do CPC³¹⁴

Coadunando do elucidado entendimento, no segundo julgado, o STJ reconheceu a aplicação da Lei 8.245/91 para tratar não apenas do contrato de locação celebrado, como também dos demais contratos a este coligado. Destaca-se a ementa:

Recurso especial. Direito civil. Contrato de sublocação firmado entre distribuidora de combustíveis e posto de revenda. Contratos coligados. Manutenção da natureza jurídica. Aplicação da lei n. 8.245/1991. Interesse de agir reconhecido. Recurso especial provido. 1. Nos contratos coligados ou conexos há uma justaposição de modalidades diversas de contratos, de maneira que cada um destes mantém sua autonomia, preservando suas características próprias, haja vista que o objetivo da junção de tais contratos é possibilitar uma atividade econômica específica. 2. O fato de o contrato de sublocação possuir outros pactos adjacentes não retira sua autonomia nem o desnatura, notadamente quando as outras espécies contratuais a ele se coligam com o único objetivo de concretizar e viabilizar sua finalidade econômica, de modo que as relações jurídicas dele decorrentes serão regidas pela lei n. 8.245/1991. Interesse de agir reconhecido, no caso vertente. 3. Recurso especial provido³¹⁵.

Neste sentido, é oportuno destacar trecho de voto do Relator Ministro Marco Aurélio Belizze, ao destacar a autonomia dos contratos coligados e, ao mesmo tempo,

³¹⁴ STJ; *Resp n. 839.147/PR*, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 23/6/2009, DJe 3/8/2009.

³¹⁵ STJ; *Resp. 1475477/MG*, Rel. Ministro Marco Aurélio Belizze, terceira turma, julgado em 18/05/2021, DJE 24/05/2021.

reconhecer que o contrato de sublocação é complementado pelos demais, inexistindo óbice em aplicar a Lei de locação para tratá-los em conjunto. Veja-se:

Nota-se, portanto, que a coligação dos contratos foi realizada a fim de que eles possam materializar os interesses das partes, enquanto, de outro lado, a eficácia de um contrato repercutirá nos demais, não obstante cada uma das espécies contratuais conexas não perca suas características e efeitos próprios.

Por conseguinte, o fato de o contrato estabelecer, além da sublocação, a obrigação de compra e venda de produtos exclusivamente da locadora, mediante aquisição de quantidade mínima, assim como prever os direitos de utilização da marca da distribuidora e de escolha dos locais de colocação dos letreiros e anúncios para divulgação de produtos, configura a interligação funcional dos contratos, mediante a justaposição desses. Depreende-se, na verdade, que o negócio jurídico da sublocação é complementado por outras figuras contratuais, as quais se conjugam para garantir a eficaz execução funcional do contrato, e não para lhe alterar o objeto.

Diante dessas considerações, constata-se que o acórdão recorrido deve ser reformado, pois extinguiu o processo sem resolução do mérito ante a ausência de interesse de agir, argumentando que o contrato discutido nos autos não estaria submetido às regras da Lei n. 8.245/1991, o que, conforme exposto acima, não merece prosperar.

A partir destes julgados, observa-se que o STJ posicionou-se pela derrogação dos efeitos típicos como forma de tratamento dos contratos celebrados entre a distribuidora e o revendedor de bandeira, ao afastar a aplicação das normas típicas dos demais contratos, por exemplo, as do contrato de compra e venda e comodato regidos pelo Código Civil, para fins de aplicar a Lei de locação.

A respeito do tema, Roberto da Silva afirma que o contrato de locação não perde sua natureza típica quando interligado com os demais, apesar de cooperarem entre si visando a distribuição dos combustíveis e, por conseguinte, não há óbice em aplicar a referida Lei para tratamento destes contratos; em suas palavras:

Esclareça-se que o fato de prever o contrato obrigações outras, tais como a exclusividade na aquisição de combustíveis, a cessão de equipamentos e o respeito à marca da empresa locadora, não lhe desnatura de forma alguma a natureza locatícia, não perdendo o contrato tal tipicidade, pois as obrigações acima mencionadas devem ser classificadas como deveres assumidos pelo locatário para o atingimento do resultado final do contrato

que, em suma, é a locação do imóvel com a utilização do uso convencionado³¹⁶.

A partir disso, se observa a possibilidade de derrogação dos efeitos típicos, mediante a aplicação de uma legislação para reger os contratos ora em estudo, a exemplo da aplicação dos dispositivos da Lei nº 8.245/91 para reger não somente o contrato de locação, mas também todos os demais inseridos na coligação, pela necessidade de análise globalizada dos negócios celebrados.

Em estudo sobre o tema, Francisco Crescenzo De Marino, não obstante reconheça a possibilidade de afastar a incidência de normas típicas dos contratos celebrados entre a distribuidora e o revendedor de combustível, critica a aplicação automática de todos os dispositivos da Lei de locação para tratar destes contratos, pois não consiste em uma locação pura e simples³¹⁷.

Nestes termos, Marino destaca que, para aferir se o procedimento de despejo é adequado frente às peculiaridades do fim visado de distribuição do combustível, é necessário levar em conta os efeitos de uma ruptura contratual possivelmente abusiva para o locatário, no caso o revendedor; cuja análise advém do exame das cláusulas contratuais e das circunstâncias do caso concreto³¹⁸.

Por conseguinte, o autor entende pela licitude do despejo decorrente de descumprimento contratual por parte do revendedor, por outro lado, vislumbra abusividade no despejo puro e simples, sem que houvesse a ocorrência de descumprimento contratual³¹⁹.

Em outros termos, o afastamento das regras típicas não consiste em ato automático, sendo imperiosa uma análise pormenorizada dos contratos, a partir da sua interpretação

³¹⁶ DA SILVA, Roberto. Os contratos de distribuição de combustíveis e as cláusulas gerais da função social do contrato e da boa-fé objetiva. op.cit, p. 287/288.

³¹⁷ MARINO, Francisco Paulo De Crescenzo. Contratos coligados e qualificação contratual em algumas decisões recentes do STJ. op.cit, p. 152

³¹⁸ As circunstâncias do caso concreto assim são elencadas: (i) tempo transcorrido desde celebração do contrato; (ii) investimentos do locatário; (iii) contribuição locatário para criação ou desenvolvimento do ponto comercial; demais circunstâncias capazes de intensificar a expectativa do locatário. In: Idem, Ibidem.

³¹⁹ MARINO, Francisco Paulo De Crescenzo. Contratos coligados e qualificação contratual em algumas decisões recentes do STJ. op.cit, p. 152.

conjunta, considerando suas circunstâncias negociais e o sinalagma próprio da coligação, para, assim, identificar se o afastamento das regras típicas dos contratos influenciará positivamente no modo de tratamento dos contratos.

Neste sentido, destaca-se julgado oriundo do TJSC afastando a aplicação da Lei de locação para tratamento dos contratos celebrados entre a distribuidora e o revendedor de combustível, sob o fundamento de que não se trata de um contrato de locação puro e simples, mas sim de negócio interligado aos demais, cujo fim visado é a distribuição de combustível. Veja-se:

Apelação cível. Ação de despejo c/c indenização. Sentença de improcedência. Insurgência dos autores. Contratos de locação de imóvel atrelados a contratos de comissão mercantil, financiamento e comodato de equipamentos para instalação e exploração de posto de combustível. Pedido de despejo deflagrado frente à Petrobrás, que, embora tenha figurado como locatária, nunca exerceu posse sobre o imóvel. Posse direta exercida pelos próprios demandantes durante toda a relação contratual. Posterior transferência a terceiro que, nessas circunstâncias, não pode ser atribuída à ré, mas aos autores. Situação que, ademais, denota o encerramento do pacto locatício havido entre as partes. Descabimento do pleito desalijatório. Suscitada a responsabilidade da recorrida pela adequação ambiental do estabelecimento. Ausência de previsão contratual. Ademais, pedido genérico. Recurso conhecido e desprovido³²⁰.

Assim, ressalte-se trecho de voto do Relator Jorge Luis Costa Beber, confirmando a sentença de primeiro grau que indeferiu pedido de despejo com base na Lei de locação:

Afora tais contratos, as partes também encetaram outras três negociações: na mesma ocasião do pacto locatício (28.01.1991), o contrato de comodato de equipamentos em favor do Posto Ideal Ltda. (fl. 86); e, na exata data do contrato de comissão mercantil (30.01.1991), a "escritura pública de financiamento com confissão de dívida e garantia", relativa a empréstimo em dinheiro para construção do posto de combustíveis, e a "escritura pública de promessa de compra e venda mercantil e outros pactos", referente à aquisição de quantidades mínimas mensais de produtos derivados de petróleo e álcool, encontrando-se ambas as avenças averbadas nas matrículas imobiliárias (fls. 34/41). Diante desse cenário, considerando o encadeamento contratual, o culto e operoso magistrado sentenciante, Dr. Maximiliano Losso Bunn, afastou o pedido de despejo, entendendo que a relação havida entre as partes não

³²⁰ TJSC; Apelação Cível n. 0018300-51.2008.8.24.0045, de Palhoça, rel. Des. Jorge Luis Costa Beber, Primeira Câmara de Direito Civil, j. 18-5-2017.

ostenta natureza locatícia. Em resumo: os autores não deixaram de exercer a posse sobre os imóveis (quer indiretamente, como proprietários, quer diretamente, na condição de ocupantes, tanto que lá desenvolviam atividade financeira), ao menos não em virtude dos ajustes locatícios que constituem o objeto deste feito. É o que basta para concluir que, em verdade, e como dito, a relação jurídica havida entre as partes não possui natureza jurídica de locação³²¹.

Portanto, a derrogação dos efeitos típicos é útil para tratamento dos contratos celebrados entre a distribuidora e o revendedor, pois trata da coligação de modo globalizado, considerando a conexão entre os contratos, os efeitos que cada qual produz com relação aos demais e a sua contribuição para o alcance do fim visado pela coligação, qual seja, a distribuição do combustível.

Todavia, a aplicação da derrogação dos efeitos típicos não é medida automática, sendo que dependerá de cada caso concreto. No caso dos contratos celebrados entre a distribuidora e o revendedor de bandeira, considerando a sua natureza conexa, se realiza uma interpretação conjunta, mediante análise minuciosa destes contratos, atreladas às suas circunstâncias negociais e, por conseguinte, aferir a necessidade ou não da derrogação dos efeitos típicos.

4.5.3 Tentativa de preservar os contratos e o nexó funcional da coligação: Aplicação do Princípio da Conservação

O princípio da conservação, exarado no art. 184 do CC³²², tem como pressuposto salvar o negócio jurídico, para fins de reconhecer a utilidade de cada contrato³²³. A partir deste, se determina, no processo de interpretação do negócio jurídico, que em nome da proteção da autonomia privada e da primazia da eficácia jurídico-social, seja preservado o negócio jurídico na maior extensão possível diante das circunstâncias fáticas³²⁴.

³²¹ TJSC; *Apelação Cível* n. 0018300-51.2008.8.24.0045.op.cit.

³²² Art. 184. Respeitada a intenção das partes, a invalidade parcial de um negócio jurídico não o prejudicará na parte válida, se esta for separável; a invalidade da obrigação principal implica a das obrigações acessórias, mas a destas não induz a da obrigação principal.

³²³ Consoante ensinamento de Antonio Junqueira de Azevedo, apresentado neste trabalho no subcapítulo 2.2.

³²⁴ GUERRA, Alexandre. *Princípio da conservação dos negócios jurídicos*. São Paulo: Almedina, 2016, p. 170.

Dito de outro modo, consiste em procurar salvar tudo que é possível num negócio jurídico concreto, tanto no plano da existência, quanto da validade, quanto da eficácia. Seu fundamento prende-se à própria razão de ser do negócio jurídico³²⁵.

A aplicação deste princípio pode observar-se de diversas formas, tais como, a revisão, a confirmação do negócio jurídico, a redução parcial ou a conversão do negócio jurídico. A revisão judicial é uma das manifestações do princípio da conservação dos negócios jurídicos, vetor de compreensão negocial no qual o pano de fundo é a sua preservação³²⁶.

Alexandre Guerra, à luz de ensinamento de Paulo Lobo³²⁷, afirma que a forma mais adequada para garantia do princípio da conservação dos negócios jurídicos será a que visa a ofertar à parte prejudicada a possibilidade de revisão quando do rompimento do equilíbrio entre as prestações³²⁸.

Por sua vez, a confirmação do negócio jurídico se trata de ato de sanação do negócio jurídico anulável, que pode se tornar imprestável caso a confirmação não ocorra³²⁹.

A confirmação dos negócios jurídicos cristaliza de modo decisivo o princípio da conservação dos negócios jurídicos, visando a preservar a eficácia jurídica e social que a ordem jurídica a eles deseja reconhecer³³⁰.

Segundo Renan Lotufo, os requisitos da confirmação são dois: (i) a atenção à substância do negócio jurídico celebrado (devendo se observar que confirmação deve

³²⁵ BUSSATA, Eduardo Luiz. Princípio da conservação dos contratos. In: HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes; TARTUCE, Flávio(coords.). *Direito contratual: temas atuais*. São Paulo: Método, 2007, p. 150-151.

³²⁶ VERA-CRUZ PINTO, Eduardo. Da diferença entre negócio (facto) e contrato (norma) na actual interpretação pelos juizes da justiça contratual. In: GUERRA, Alexandre; BENAC-CHIO, Marcelo. TOLEDO, Armando Sérgio Prado de (coord.). *Negócio jurídico*. São Paulo: Quartier Latin, 2013, p. 27.

³²⁷ Nas palavras de Paulo Lobo: “As normas que incidem sobre o conteúdo material dos contratos devem ser encaradas pelos intérpretes, particularmente pelos julgadores, como normas voltadas fundamentalmente à revisão contratual e não à sua resolução ou à sua decretação da nulidade”. In: LÔBO, Paulo Luiz Neto. *Direito Civil: Volume 03: Contratos*. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 209-210.

³²⁸ GUERRA, Alexandre. *Princípio da conservação dos negócios jurídicos*. op.cit. p. 256.

³²⁹ AZEVEDO, Álvaro Villaça. *Teoria Geral do Direito Civil: Parte Geral*. São Paulo: Atlas, 2011, p. 355.

³³⁰ GUERRA, Alexandre. *Princípio da conservação dos negócios jurídicos*. op.cit. p. 299.

conter as indicações precisas do negócio viciado a convalidar-se, de modo que, tratando-se de negócios jurídicos solenes, deve ser adotada a forma prevista em lei); (ii) a vontade expressa de mantê-lo³³¹.

Por seu turno, a redução do negócio jurídico trata de procedimento pelo qual mantem-se, essencialmente o mesmo negócio jurídico (que não se altera, portanto), mas fica somente amputada a sua parte inválida, preservando-o com sua fisionomia originária³³².

A redução parcial apenas será possível se o tipo negocial permitir a ausência do elemento contaminado³³³.

Por fim, a conversão é o processo pelo qual o negócio jurídico nulo pode produzir efeitos de um negócio diverso³³⁴. Cuida-se, de uma manifestação do princípio da conservação dos negócios jurídicos que estabelece a subsistência da atividade negocial para a realização do fim prático desejado e manifestado pelos envolvidos da relação jurídica³³⁵.

Sempre que possível, tanto o legislador quanto o intérprete devem evitar que o negócio não produza efeito algum. É dizer, devem observar a máxima *utile per inutile non vitiatur*, ainda que diante de negócios jurídicos nulos, como verbera o artigo 170 do Código Civil³³⁶.

A partir da apresentação dos modos de atuação do princípio da conservação, o trabalho visa apresentar a sua aplicação na coligação contratual objeto de estudo. Para tanto, de início, é importante ressaltar o dever tanto da distribuidora, como do revendedor de combustível, em cumprirem com os termos pactuados de cada contrato celebrado entre ela.

³³¹ LOTUFO, Renan. *Código Civil comentado*. Parte Geral. (arts. 1º a 232). op.cit. p. 478.

³³² GUERRA, Alexandre. *Princípio da conservação dos negócios jurídicos*. op.cit. p. 316.

³³³ BDINE JÚNIOR, Hamid Charaf. *Efeitos do negócio jurídico nulo*. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 160

³³⁴ AMARAL, Francisco. *Direito Civil*. Introdução. 6.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 533.

³³⁵ GUERRA, Alexandre. *Princípio da conservação dos negócios jurídicos*. op.cit. p. 332.

³³⁶ AZEVEDO, Antonio Junqueira de. *Estudos e Pareceres de Direito Privado*. A conversão dos negócios jurídicos: seu interesse teórico e prático. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 134.

A título exemplificativo, no caso da distribuidora, o dever de entregar os produtos solicitados respeitadas as condições comerciais pactuadas no dia a dia da execução continuada (o que leva a ajustes especiais e temporários para adequar às mudanças que o próprio mercado provoca) e no caso do revendedor, de adquirir tais produtos somente da distribuidora a que está vinculado pela exibição da marca e nome comercial, respeitando a destinação dos equipamentos e de respeito à marca, além daquela de pagar os produtos segundo as condições pactuadas³³⁷.

Assim sendo, é oportuno elucidar julgado, oriundo do TJSP, do qual se concedeu parcial provimento às apelações originárias de Ação Rescisória julgada procedente em primeiro grau. Ao analisar o litígio, o Tribunal ressaltou a obrigatoriedade de cumprimento dos contratos celebrados entre a distribuidora e o revendedor, como também o dever de colaboração das partes para manutenção dos contratos.

No caso, constatou-se que a revendedora não estava conseguindo adquirir a quantidade mínima de combustíveis e, nesta situação, a distribuidora ao invés de propiciar melhores condições para o alcance dos termos pactuados, teria agido de modo contrário. Ainda, diante da prova pericial realizada nos autos de origem, restou constatada a capitalização de juros pela distribuidora.

Por conseguinte, apesar de manter a extinção dos contratos, reconheceu a culpa recíproca das partes, atrelada a descontinuidade das relações contratuais e, ainda, afastou-se a cobrança de juros capitalizados³³⁸. Assim, destaca-se voto da Relatora Lígia Araújo Bisogni:

³³⁷ DA SILVA, Silvio Roberto. Os contratos de distribuição de combustíveis e as cláusulas gerais da função social do contrato e da boa-fé objetiva. op.cit, p. 285.

³³⁸ Ação declaratória c/c pedido de rescisão contratual. Contratos firmados entre Petrobrás e posto de combustíveis. Adquirente do imóvel no qual o posto de combustíveis está instalado e sobre o qual pesa a garantia da hipoteca. Legitimidade ativa. Intervenientes-hipotecantes. Pedido de ilegitimidade formulado pela ré e aceito pelos próprios autores. Exclusão da lide. Responsabilidade pelo pagamento dos ônus sucumbenciais. Quota mínima de aquisição de produtos. Possibilidade. Tabela Price. Comprovação por perícia de que houve cobrança de juros capitalizados. Culpa recíproca das partes, com compensação de multas. Sentença parcialmente alterada. Agravo retido provido, apelação da ré parcialmente provida e apelação do autor improvida (TJSP; *Apelação Cível 1026289-97.2017.8.26.0602*; Relator (a): Lígia Araújo Bisogni; Órgão Julgador: 34ª Câmara de Direito Privado; Foro de Sorocaba - 3ª Vara Cível; Data do Julgamento: 15/03/2021; Data de Registro: 17/03/2021).

O contrato é feito para ser cumprido. Aos contratantes cabe o dever de colaborar para o adimplemento da outra parte. O credor não deve dificultar o pagamento, pelo contrário, deve facilitar o cumprimento da obrigação. É quase um dever de solidariedade.

Então, se os autores não estavam conseguindo vender o mínimo, a ré deveria ajudar, com sua larga experiência, a suprir esta deficiência e não querer obrigar os autores a pagarem o consumo mínimo, sem que estivessem revendendo, pois isto levaria a situação que levou, em prejuízo até da própria requerida. A autora até depositou o valor de R\$ 515.631,23 em 10/11/2005, mas a requerida recusou o recebimento (fls. 128/132). Assim, fica reconhecida a culpa concorrente. A prova pericial demonstrou que a requerida cobrou juros compostos juros compostos não podem ser cobrados. Nos autos da execução, os cálculos serão refeitos, partindo-se da dívida confessada, sem capitalização dos juros.

Posto isto, julga-se parcialmente procedente esta ação judicial, para reconhecer a que houve a rescisão dos contratos havidos entre as partes por culpa concorrente, e para determinar a execução do valor devido, sem capitalização, multa de 10% e correção monetária pelo IGPM, com exclusão das parcelas já pagas.

No julgado elucidado, não obstante o Tribunal tenha mantido a extinção dos contratos, evidencia-se a aplicação do princípio da conservação foi aplicado tanto na análise do comportamento da distribuidora e revendedor perante o alcance do fim visado pela coligação, como no afastamento da cobrança de juros capitalizados, servindo de meio para a revisão das cobranças contratuais.

Em outro julgado, também oriundo do TJSP, negou-se provimento a Apelação da distribuidora interposta em face de sentença improcedente de Ação rescisória movida por esta em face do revendedor de combustível.

Como fundamento, o Tribunal entendeu pela ausência de elementos hábeis a implicar a extinção dos contratos celebrados. Além disso, reconheceu que o comportamento do revendedor teria sido favorável à manutenção da operação econômica constituída. Veja-se a ementa:

Ação de rescisão contratual c. c. cobrança de multa e indenização por perdas e danos. Fornecimento de combustíveis. Pretensão da Petrobrás Distribuidora quanto ao reconhecimento de rescisão contratual por culpa do posto de combustíveis, em decorrência da suspensão temporária das atividades do réu/apelado, sem aquisição habitual dos produtos fornecidos pela autora/apelante. Descabimento. Apelado que, ao retornar

com suas atividades, voltou a adquirir normalmente os produtos da apelante, sem qualquer oposição desta. Demonstrado o interesse da Petrobrás Distribuidora quanto à continuidade dos contratos e preservação do negócio jurídico. Inexistência de "justa causa" apta a ensejar a rescisão contratual, com a respectiva aplicação da multa. Precedentes deste E. TJSP, também envolvendo a Petrobrás Distribuidora S.A. Improcedência da demanda mantida. Verba honorária. Fixação pela r. sentença em 10% sobre o valor atribuído à causa. Montante que se apresenta elevado. Necessidade de fixação por apreciação equitativa, nos termos do § 8º do art. 85 do NCPC. Recurso provido, em parte³³⁹.

Em seu voto, a Relatora Lígia Araújo Bisogni evidenciou os contratos que foram celebrados entre a distribuidora e o revendedor, além dos atos deste último, no sentido de propiciar a manutenção dos contratos:

Pois bem, denota-se que, desde janeiro de 2013, as partes mantêm relação jurídica pautada em Contrato de Promessa de Compra e Venda Mercantil com Licença de Uso de Marca (págs. 29/38), Contrato de Antecipação de Bonificação por Desempenho (págs. 59/62), Contrato de Bonificação por Desempenho (págs. 55/58) e Contrato de Franquia Empresarial de Unidade Franqueada Lubrax+ (págs. 39/54), todos vinculados entre si.

De fato, o próprio réu reconhece a paralisação temporária de suas atividades, algo que ocorreu em alguns meses do ano de 2016, sem que isso, todavia, importasse no rompimento dos contratos firmados a autora, tanto que, já com o ajuizamento da ação (junho/2017), o posto já se encontrava regulamente em operação, demonstrando-se, inclusive, a continuidade na aquisição dos produtos da autora, sem que houvesse qualquer oposição a respeito (cf. pág. 129, págs. 151-161, págs. 357 e seguintes)

Nesse sentido, conforme pronunciou o d. magistrado de origem, "(...) ainda que o posto tenha permanecido fechado por um período, o fato de a ré ter retornado a suas atividades, voltando a adquirir os produtos, sem qualquer empecilho ou obstáculo pela autora (que forneceu os produtos), configura o interesse da PETROBRÁS na continuidade dos contratos e preservação do negócio, não havendo, portanto, que falar-se em "justa causa" para a rescisão.

Desta feita, percebe-se que o comportamento adotado pela autora não condiz com suas alegações relacionadas ao descumprimento contratual, até porque as circunstâncias trazidas aos presentes autos revelam que não houve descumprimento por parte do réu quanto à "habitualidade" ou

³³⁹ TJSP; *Apelação Cível 1026289.97.2017.8.26.0602*; Relator (a): Lígia Araújo Bisogni; Órgão Julgador: 34ª Câmara de Direito Privado; Foro de Sorocaba. 3ª Vara Cível; Data do Julgamento: 15/03/2021; Data de Registro: 17/03/2021.

“exclusividade” em adquirir os produtos, nos termos que estabelece a cláusula n. 9.1.8. do contrato firmado entre as partes (págs. 35).

Diante deste último julgado, evidencia-se a aplicação do princípio da conservação, a partir da análise do comportamento das partes, em especial, o do revendedor, o qual não teria deixado de adquirir produtos da distribuidora e permaneceu cumprindo com a cláusula de exclusividade. Assim, reconheceu-se a impossibilidade de extinção dos contratos.

Por fim, destacam-se dois julgados do TJSP aplicando o instituto da *supressio*³⁴⁰ para dirimir conflito envolvendo a distribuidora e o revendedor de combustível. No primeiro caso, a ação originária se tratava de extinção contratual movida pela revendedora, a qual fora julgada procedente, para fins de reconhecer o cumprimento dos contratos pela autora e deferir o pedido de extinção.

Insatisfeita, a distribuidora interpôs apelação, requerendo a declaração de validade de cláusulas contratuais, em especial, a de aquisição da quantidade mínima de produtos e prorrogação automática por tempo indeterminado enquanto a revendedora não atingisse o mínimo exigido.

Em julgamento, o Tribunal reconheceu a validade da cláusula de aquisição mínima de produtos, todavia, ressaltou que, apesar de a revendedora haver descumprido com a aludida cláusula contratual, tal prática “foi repetidamente aceita pela apelante ao longo dos mais de 10 anos de relação jurídica mantida entre as partes”³⁴¹.

Neste sentido, reconheceu-se que a distribuidora, em nenhum momento durante a execução dos contratos, teria se insurgido com a não aquisição da quantidade mínima de produtos. Por conseguinte, “tal inatividade gerou para a parte contrária legítima expectativa quanto à dispensa deste direito, de modo que a pretensão a repentinamente

³⁴⁰ Segundo Ruy Rosado de Aguiar Junior, na *supressio* “um direito não exercido durante determinado lapso de tempo não poderá mais sê-lo, por contrariar a boa-fé”. AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de. *Extinção dos contratos por incumprimento do devedor*. op.cit, p. 254-255.

³⁴¹ TJSP; *Apelação nº 1006338-94.2018.8.26.0566*; 25ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. Hugo Crepaldi; j. 14.03.2019.

exercê-lo configura realidade afrontadora da boa-fé³⁴². Assim, aplicou o instituto da *supressio* ao caso, negando provimento a Apelação:

Apelação. Ação declaratória de rescisão contratual. Contratos coligados de promessa de compra e venda mercantil, comodato de equipamentos, licença de uso da marca e franquia empresarial de loja de conveniência. Sentença que declara o regular cumprimento das obrigações contratuais assumidas pelo posto de gasolina autor perante a distribuidora de combustíveis. Pretensão desta ao exercício da cláusula de consumos mínimos mensais, denominada 'cláusula de galonagem', a qual, por si só, não representa nenhuma abusividade. Sucessivas prorrogações contratuais sem jamais cogitar compelir a apelada à aquisição das quantidades mínimas ajustadas, o que apenas fez quando comunicada da vontade desta em encerrar a relação que mantinham. Inatividade gerou para a parte contrária legítima expectativa quanto à dispensa deste direito, de modo que a pretensão a repentinamente exercê-lo configura realidade afrontadora da boa-fé. Direito que, diante de seu não-exercício por prorrogado lapso temporal, não pode mais o ser ('supressio'). Precedentes deste Tribunal. Negado provimento.³⁴³

No segundo julgado, o Tribunal analisou apelações interpostas pela distribuidora e revendedor em face de sentença de procedência de ação rescisória, na qual foi determinada a extinção de todos os contratos celebrados entre a distribuidora e revendedor, com aplicação de multa em desfavor da revendedora e obrigação da devolução dos equipamentos cedidos mediante comodato.

Diante disso, a distribuidora apelou requerendo a cominação de multa moratória, perdas e danos e lucros cessantes, previstas no contrato de comissão mercantil. O revendedor, por sua vez, apelou alegando que havia cumprido integralmente com os termos dos contratos pactuados, afirmando já ter entregado os equipamentos cedidos. Ainda, alegou excessos por parte da distribuidora, o qual teria implicado na impossibilidade de adquirir as quantidades mínimas estabelecidas.

Analisando o caso, o Tribunal reconheceu a validade dos contratos e suas cláusulas pactuadas, mas afastou o pedido de aplicação de multa e perdas e danos requeridos pela distribuidora, ao verificar a ocorrência de *supressio*, na medida em que esta não havia se

³⁴² TJSP; *Apelação nº 1006338-94.2018.8.26.0566*. op.cit.

³⁴³ Idem, *Ibidem*.

insurgido em face da obtenção mínima dos produtos durante todo o período de execução do contrato. Veja-se:

Ação de rescisão contratual c/c cobrança de multa, abstenção de uso de marca e devolução de equipamentos. Sentença de procedência. Comodato de prazo determinado, contrato de comissão mercantil, e contrato de licença de uso de marca. Denúncia ao término do prazo contratual ajustado. Prevalência. Contrato de comissão mercantil prevendo aquisição de quantidades mínimas de combustíveis. Inobservância ao longo de anos de execução do contrato. Incidência do instituto da *supressio*. Multas, perdas e danos, e lucros cessantes indevidos. Condenação desconstituída e ampliação rejeitada. Precedente STJ. Garantia hipotecária que remanesce hígida. Decaimento recíproco. Adequação dos ônus. Ação procedente em parte. Sentença parcialmente modificada. Recurso dos réus (posto) parcialmente provido, e recurso da autora (petrobrás) desprovido³⁴⁴.

A partir destes dois julgados, evidencia-se a aplicação do instituto da *supressio*, a partir da análise do comportamento reiterado das partes contratantes e o dever de cooperarem na execução e manutenção dos contratos.

Diante disso, infere-se que aplicação do princípio da conservação está diretamente ligada ao comportamento da distribuidora e revendedor, sendo dever de ambos agir em modo colaborativo, respeitando os termos pactuados e, em caso de dificuldades da outra parte, de propiciar melhores condições para execução e continuidade dos contratos.

Do mesmo modo, observou-se a aplicação do princípio da preservação, tanto como forma de manutenção dos contratos celebrados entre a distribuidora e revendedor, mas também na análise do comportamento das partes para o alcance do fim visado pela coligação, resultando no reconhecimento de culpa recíproca e até afastamento das multas e perda e danos, por falta de colaboração do contratante.

³⁴⁴ TJSP; *Apelação Cível 1060767-27.2013.8.26.0100*; Relator (a): José Wagner de Oliveira Melatto Peixoto; Órgão Julgador: 37ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 4ª Vara Cível; Data do Julgamento: 28/05/2019; Data de Registro: 05/06/2019

CONCLUSÃO

Diante do exposto, os contratos coligados consistem em negócios jurídicos interligados entre si, por um nexos funcional existente entre eles, o qual possui papel determinante para aferição do fim visado pela coligação. Para fins de identificação dos contratos coligados, é necessário constatar uma organização entre os contratos, que reflita a operabilidade comum da coligação.

A causa concreta, denominada de função econômica contratual, confere relevância prática à coligação, ao evidenciar a interdependência entre os negócios e justificar o nexos funcional da coligação. Neste sentido, é relevante o cotejamento das causas dos contratos para identificar a coligação, pois, se a partir deste, aferir-se uma causa comum entre eles, haverá coligação.

No tocante às espécies de coligação, as de significativa relevância estão atreladas à fonte da coligação contratual, em especial, a *ex lege*, natural e voluntária. A *ex lege* decorre da lei, seja pela referência direta da coligação, seja pela previsão de um ou de mais efeitos desta. A natural tem origem na natureza acessória de um dos contratos, sendo natural por derivar de um contrato principal, mas podendo ocorrer de forma incidental. Por último, a coligação voluntária decorre exclusivamente da vontade das partes, sendo esta sua própria fonte.

A respeito da distinção dos contratos coligados com os mistos e único, infere-se que, enquanto estes últimos constituem apenas um instrumento contratual e não possuem autonomia entre os contratos, aqueles possuem uma pluralidade de contratos, os quais são autônomos, mas interligados entre si, pelo mesmo nexos funcional da cadeia.

A partir disso, surge a necessidade de estudar a propagação dos efeitos da coligação, sobretudo, daqueles importantes para análise da relação entre a distribuidora e o revendedor, tais como, validade, eficácia e derrogação dos efeitos típicos. Para tanto, evidenciou-se o relevante papel da interpretação conjunta dos contratos, ao servir tanto para identificar uma coligação, como para aferir a intensidade da conexão.

A invalidade, por sua vez, é quando o negócio jurídico não está de acordo com as regras jurídicas, situação que acarreta nulidade, podendo ser parcial ou total. Para fins de aferir se haverá sua propagação nos contratos coligados, se destacam dois parâmetros a serem analisados: (i) se o fim visado foi atingido, pois a resposta positiva resultará na propagação e; (ii) se os contratos ainda detêm utilidade, pois a resposta negativa resultará na propagação.

Por seu turno, a ineficácia se refere à inaptidão, temporária ou permanente de efeitos finais e próprios dos negócios jurídicos. Quanto à propagação das ineficácias entre os contratos coligados, também há de se aferir se o fim visado fora atingido e verificar a utilidade das prestações, mas também, em caso de inadimplemento obrigacional, é importante observar a continuidade das prestações, sendo que, se estas se mantiverem, não haverá contaminação das ineficácias, já o contrário, implicará na sua propagação.

A derrogação dos efeitos típicos, consistente no afastamento das regras típicas para tratamento dos contratos, é admitida como modo de tratamento dos contratos coligados, devendo-se, para tanto, extrair o sinalagma próprio da coligação e analisar as suas circunstâncias negociais.

Na sequência, o trabalho abordou especificamente a relação entre a distribuidora e o revendedor de combustível bandeirado, a qual consiste na vinculação exclusiva deste último com aquele, para fins de revenda dos produtos. Nesse caso, justifica-se a existência de coligação contratual, na medida em que, o revendedor, ao se vincular à determinada distribuidora, celebra diversos contratos referentes a venda, marca, aluguel do imóvel, utilização dos equipamentos, entre outros, cuja causa concreta está atrelada à comercialização do combustível, estando todos os negócios jurídicos cooperando entre si para tal fim.

Assim, a respeito da propagação das invalidades nestes contratos, a partir de exemplos práticos, se verificou a possibilidade de propagação, de modo parcial ou total, sendo que, há casos pelos quais se declarou nula determinada cláusula contratual, mas manteve-se a obrigatoriedade das demais e, por outro lado, caso de propagação total da

invalidade, quando, a partir da nulidade de uma das cláusulas, houve prejuízo na distribuição de combustível e, como tal, restaram prejudicadas as demais obrigações contratuais.

No tocante à propagação das ineficácias, à luz de casos práticos, observou-se que a resolução de um ou mais contratos coligados poderá afetar os demais, a depender do caso concreto. Assim, partindo-se da análise de manutenção do fim comum e utilidade das prestações, será constatada a propagação das ineficácias quando a extinção de um culminar na dos demais, como exemplo, a resolução do contrato de compra e venda de combustível resultar na extinção do contrato de comodato e cessão de marca vinculados àquele, em razão da perda da razão prática destes.

Em acréscimo, na busca pelo tratamento ideal, o trabalho constatou a relevância de interpretar os contratos celebrados entre a distribuidora e o revendedor de modo conjunto, pois as cláusulas contratuais dos negócios jurídicos se complementam para o alcance da distribuição do combustível, sendo que, a partir de uma interpretação global, demonstram-se os efeitos de cada contrato perante os demais.

Além disso, reconheceu-se como útil a aplicação da derrogação dos efeitos típicos para tratamento dos contratos objeto de estudo, como exemplo, o afastamento da Lei de locação em Ação de despejo movida pela distribuidora, como forma de tratar os contratos globalmente. Porém, tal medida não é automática, sendo necessária uma análise minuciosa dos contratos, para verificar a necessidade ou não da derrogação.

Por fim, quanto à aplicação do princípio da conservação na relação contratual entre a distribuidora e o revendedor, constatou-se sua relevância tanto na manutenção dos negócios jurídicos, como na análise do comportamento e deveres das partes, pois, nos casos práticos elucidados, ao se observar a existência de comportamentos contrários à conservação dos contratos, como exemplo, de a distribuidora não propiciar melhores condições para o revendedor atingir a quantidade mínima de combustível, restou reconhecida culpa recíproca, e até se declarou inexigível a multa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de. *Extinção dos contratos por incumprimento do devedor*. 2.ed. Rio de Janeiro: AIDE, 2004.

AMARAL, Caroline dos Reis; DELGADO, Maria Florência. Uma análise da exclusividade nas relações contratuais entre revendedor e empresa distribuidora no mercado de combustíveis. In: *Anais do 3º Congresso Brasileiro de P&D em Petróleo e Gás*, realizado no período de 2 a 5 de outubro de 2005, Salvador. Disponível: <http://www.portalabpg.org.br/PDPetro/3/trabalhos/IBP0155_05.pdf>. Acesso em 02 de março de 2023.

AMARAL, Francisco. *Direito Civil*. Introdução. 6.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

AMORIM, Fernando de Souza; Santos, Paulo Marcio Reis. Responsabilidade civil nos contratos coligados. In: *Direito civil contemporâneo I*. Florianópolis: CONPEDI, 2020.

ALVIM, Agostinho. *Da inexecução das obrigações e suas consequências*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1980.

ASSIS, Araken de. *Resolução do contrato por inadimplemento*. 3.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

AZEVEDO, Álvaro Villaça de. Contratos coligados de sublocação de imóvel e franquia comercial. Aplicabilidade do art. 21 da Lei n. 8.245/91. In: *Revista Trimestral de Direito Civil*. Rio de Janeiro, v. 8, p. 213-232, out.-dez., 2001

_____. *Teoria geral dos contratos típicos e atípicos*. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. *Teoria Geral do Direito Civil: Parte Geral*. São Paulo: Atlas, 2011.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. *Estudos e Pareceres de Direito Privado*. A conversão dos negócios jurídicos: seu interesse teórico e prático. São Paulo: Saraiva, 2004.

_____. *Negócio jurídico: existência, validade e eficácia*. 4. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2002.

AULETTA, Giuseppe Giacomo. *La risoluzione per inadempimento*. Milano: Giuffrè, 1942, p. 115-120.

BARBA, Vincenzo. La conexão entre os negócios e o vínculo negocial. Parte primeira. *Revista Trimestral de Direito e Procedura Civil*, a. LXII, n. 3, p. 792, set. 2008.

BATISTA, Neimar; DE AMORIM, Ana Rosa. Os contratos coligados e sua sistemática interpretativa. In: *Revista do Direito da Unicuritiba*. vol.01, n. 28, Curitiba, 2019.

BDINE JÚNIOR, Hamid Charaf. *Efeitos do negócio jurídico nulo*. São Paulo: Saraiva, 2010.

BELO, Emília. *Os efeitos decorrentes da coligação de contratos*. São Paulo: MP Editora, 2014.

BETTI, Emilio. *Teoria generale del negozio giuridico*. Reimpressão da 2ª edição. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1994.

_____. *Teoria geral do negócio jurídico*. Campinas: Servanda, 2008.

BEVILÁQUA, Clóvis. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil comentado*. 3. ed. São Paulo: F. Alves, 1930. v.4.

BIANCA, Massimo. *Diritto civile*. Vol. III Il Contatto. Milano. Giuffrè Editore. 1998.

BOJUNGA, Luiz Edmundo Appel. "Natureza jurídica do 'franchising' ". *Revista dos Tribunais*, São Paulo, Vol.653, pp.54 a 68, março de 1990.

BULGARELLI, Waldirio. Contrato de concessão de venda com exclusividade. Revenda. Rescisão. Responsabilidade dos contratantes. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, n. 264. 1978.

_____. *Contratos mercantis*. 13.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BUSSATA, Eduardo Luiz. Princípio da conservação dos contratos. In: HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes; TARTUCE, Flávio (coords.). *Direito contratual: temas atuais*. São Paulo: Método, 2007.

CARDOSO, Patrícia Silva; MOTA, Mauricio Jorge. A Qualificação dos Contratos como determinante da Natureza e do Regime contratual: Uma Análise dos Contrato de operação de Posto de Serviços. In: Marilda Rosado de Sá Ribeiro (org.). *Estudos e pareceres: Direito do petróleo e gás*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

CARIOTA FERRARA, Luigi. *Il negozio giuridico nel diritto privato italiano*. Napoli: Morano [s.d].

CARNACCHIONI, Daniel Eduardo. *Curso de direito civil: teoria geral das obrigações e dos contratos: institutos fundamentais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

CARNELUTTI, Francisco. *Teoria giuridica dela circolazione*. Padova: Cedam, 1933.

CARVALHO, Francisco Pereira de Bulhões. *Ineficácia do ato jurídico e a reforma do Código Civil*. Rio de Janeiro, Borsoi, 1966.

CASTIGLIA, Giuseppe. Negozi collegati in funzione di scambio. Negozi collegati in funzione di scambio (su alcuni problemi del collegamento negoziale e della forma giuridica delle operazioni economiche di scambio)". *Rivista diritto civile*, 1979, II.

CASTRO, Torquato. *Da causa do contrato*. Recife: Imprensa Universitária, 1966.

Coelho, Fábio Ulhoa. *Curso de direito comercial*. vol. 1: Direito de empresa. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. *Curso de direito comercial*. vol. 03: Direito de empresa. 17.ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

CLARIZIA, Renato. I contratti per il finanziamento dell' impresa. Mutuo di scopo, leasing, factoring. In *Tratado di diritto commerciale*, Torino: Giappicheli, 2002.

CRISCUOLI, Giovanni. La nullità parziale del negozio giuridico. Milano: Giuffrè, 1959.

COLOMBO, Claudio. *Operazione economiche e collegamento negoziale*. Padova: Cedam, 1999.

CORDEIRO, Antonio Menezes de. *Manual de direito comercial*. vol. I. tomo I. 2. ed. 2000.

_____. *Tratado de direito civil português*. Coimbra: Almedina, v. 2, tomo 2, direito das obrigações, 2010.

COSTA, Mário Júlio de Almeida. *Direito das obrigações*. 12. ed. Coimbra: Almedina, 2019.

CORRADI, Mauro. *Curso realizado em Simpósio Posto de gasolina: o segredo da administração eficaz*. Auditores independentes e Consultores Associados, Goiânia, 1998.

D'ANGELO, Andrea. *Contrato e operazione economica*. Torino: Giappichelli, 1992.

DA SILVA, Silvio Roberto. Os contratos de distribuição de combustíveis e as cláusulas gerais da função social do contrato e da boa-fé objetiva. In: Marilda Rosado de Sá Ribeiro (org.). *Estudos e pareceres: Direito do petróleo e gás*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005

DÍEZ-PICAZO, Luis. *Fundamentos del derecho civil patrimonial: Las relaciones obligatorias*, vol. 2. 4. ed. Madrid: Editorial Civitas, 1993.

DI MAJO, Adolfo. Responsabilità contrattuale. *Digesto delle Discipline Privistiche sezione civile*. 4.ed. Torino: UTET, 1998.

DI NANNI, Carlo. Collegamento negoziale e funzione complessa. *Rivista del diritto commerciale*. 1977, pp. 279-343.

DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro: Teoria das obrigações contratuais e extracontratuais*. Volume 3. ed. 28. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. *Lei de locações de imóveis urbanos comentada*. 9.ed. São Paulo: 2008.

DI SABATO. Unità e pluralità di negozi. Contributo alla dottrina del collegamento negoziale. *Rivista di diritto civile*, 1959le, 1977.

EICK, Fernando Gemelli. *Redes contratuais no direito brasileiro*. São Paulo: Almedina, 2022.

ENEI, José Virgílio Lopes. Contratos coligados. *Revista de Direito Mercantil: industrial, econômico e financeiro*, São Paulo, v.42, n.132, p. 111-128, out./dez. 2003.

ENNECCERUS, Ludwing. *Derecho de Obligaciones: Doctrina Especial*. traducción de la 35.ed. Barcelona: BOSCH/Casa Editorial, 1935.

FARIA, Werter Rotunno. *Direito da Concorrência e Contrato de Distribuição*. Sergio Antonio Fabris Editor. Rio Grande do Sul: 1992.

FERNANDES, Marcelo Cama Proença. *Contratos: eficácia e relatividade nas coligações contratuais*. São Paulo: Saraiva, 2014.

FERRI, Giovanni Battista. *Causa e tipo nella teoria del negozio giuridico*. Milano: Giuffrè, 1966.

FIDELIS, Antonio; FIDELIS, Guilherme Faustino. *Combustíveis e distribuidoras: Os conflitos entre postos de gasolina e as distribuidoras*. Curitiba: Juruá, 2022.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. Tradução Flávio P. Meurer, 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GAGLIARDI, Rafael Villar. *Exceção de contrato não cumprido*. São Paulo: Saraiva, 2010

GALGANO, Francesco. *Tratado di diritto civile e commerciale*. Milão: Giuffrè, tomo 1, v. III, 1988.

GASPERONI, Nicola. Collegamento e connessione tra negozi. *Rivista del diritto commerciale e del diritto generale delle obbligazioni*, 1955.

GIORGIANNI, Michele. *Negozi giuridico collegati, separata da Rivista italiana per le Scienze Giuridiche*. Roma: Soc. Ed. del <Foro italiano>, 1937.

GOMES, Orlando. *Contratos*. Atualizado de acordo com o Código Civil de 2002, por Antônio Junqueira de Azevedo e Francisco de Paulo de Crescenzo Marino. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

_____. *Contratos*. Atualizado por Edvaldo Brito e Reginalda Paranhos de Brito. 28. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

GOMES, Susete. *Paradigmas para a interpretação dos contratos complexos*. São Paulo: Editora IASP, 2018.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro*. vol. 03: Contratos e atos unilaterais. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

GRASSO, Biagio. *Eccezione d' inadempimento e risoluzione del contratto: profili generali*. Napoli: Jovene, 1973.

GUERRA, Alexandre. *Princípio da conservação dos negócios jurídicos*. São Paulo: Almedina, 2016.

GUILHERME, Luiz Fernando de Almeida. *Comentários à Lei de locações: Lei n. 8.245/91, de 18 de outubro de 1991*. Barueri: Manole, 2017.

JORGE JÚNIOR, Alberto Gosson. *Resolução, rescisão, resilição e denúncia do contrato: questões envolvendo terminologia, conceito e efeitos*. Revista dos Tribunais, São Paulo, v.98, n.882, p. 87-101, abr. 2009.

KATAOKA, Eduardo Takemi. *A coligação contratual*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

KIRCHNER, Felipe. *Contratos coligados: conformação teórica e fundamentos de responsabilidade civil*. Rio de Janeiro: Processo, 2022.

KONDER, Carlos Nelson. *Qualificação e coligação contratual*. Revista Forense, Rio de Janeiro, vol. 406, p. 55-86, nov./dez. 2009.

_____. *Contratos conexos: Grupos de contratos, redes contratuais e contratos coligados*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

LEÃES, Luiz Gastão Paes de Barros. *Contrato de locação de postos de abastecimento como negócio indireto*. In: LEÃES, Luiz Gastão Paes de Barros. *Pareceres*. São Paulo: Singular, 2004.

LENER, Giorgio. *Profili del collegamento negoziale*. Milano: Giuffrè, 1999.

LEONARDO, Rodrigo Xavier. Os contratos coligados. In: BRANDELLI, Leonardo. *Estudos em homenagem à Professora Véra Maria Jacob de Fradera*. Porto Alegre: Lejus, 2013.

_____, Rodrigo Xavier. *Redes contratuais no mercado habitacional*. São Paulo: RT, 2003.

LISBOA, Roberto Senise. *Manual de direito civil: Contratos e declarações unilaterais: teoria geral e espécies*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. v. 3.

LOBO, Jorge. *Contrato de Franchising*. Rio de Janeiro, 1997.

LÔBO, Paulo Luiz Neto. *Direito Civil: Volume 3: Contratos*. 8. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022.

_____. *Direito Civil: Volume 3: Contratos*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

LÓPEZ FRÍAS, Ana. *Los contratos conexos*. Estudio de supuestos concretos y ensayo de una construcción doctrinal. Barcelona: Bosch, 1994.

LORENZETTI, Ricardo. Redes contractuales: conceptualización jurídica, relaciones internas de colaboración, efectos perante a terceiros. *Revista de Direito do Consumidor*, n. 28, p. 22-58, out.-dez. 1998.

LOTUFO, Renan. *Código Civil comentado*. Parte Geral (arts. 1º a 232). São Paulo: Saraiva, 2003.

LUDWIG, Marcos. *Usos e costumes no processo obrigacional*. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2005.

_____. *Tratado de los contractos*. Buenos Aires: Rubinzal Cuzoni, 1999.

LUNA, Priscilla Maria Coutinho Medeiros de; MEIRA, Vanessa Raissa. Os meios de vinculação dos revendedores às distribuidoras de combustíveis sob o enfoque da cláusula de exclusividade. In: *Revista de Direito e-energia*. Ano 05, vol. 8. Agosto-dez.2013, p. 131.

MARINO, Francisco Paulo De Crescenzo. Contratos coligados e qualificação contratual em algumas decisões recentes do STJ. *Revista do IASP*. 19.ed. jan-jun/2007.

_____. *Contratos coligados no direito brasileiro*. São Paulo: Saraiva. 2009.

MARQUES, Claudia Lima. *Contratos no código de defesa do consumidor*. 4.ed. Revista dos Tribunais. 2002.

MARTINS-COSTA, Judith. Novas reflexões sobre o princípio da função social dos contratos. *Estudos de direito do consumidor*. Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2005, v.7.

_____. O fenômeno da supracontratualidade e o princípio do equilíbrio: inadimplemento de deveres de proteção (violação positiva do contrato) e deslealdade contratual em operação de descruzamento acionário. In: *Revista Trimestral de Direito Civil*. v. 26. Abril/junho 2006, pp. 213-219.

_____. O método da concreção e a interpretação dos contratos: primeiras notas de uma leitura suscitada pela Código Civil. In: NANNI, Giovanni Ettore (Coord). *Temas relevantes do direito civil contemporâneo: reflexões sobre os cinco anos do Código Civil*. Estudos em homenagem ao professor Renan Lotufo. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. O fenômeno da supracontratualidade e o princípio do equilíbrio: inadimplemento de deveres de proteção (violação positiva do contrato) e deslealdade contratual em operação de descruzamento acionário. *Revista Trimestral de Direito Civil*. a. 7, v. 26, p. 221, abr.-jun. 2006.

MARTINS, Fran. *Curso de direito comercial: contratos e obrigações comerciais*. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

MARTINS, Sergio Pinto. O *franchising* como forma de terceirização. *Revista de Direito do Trabalho*. v. 95, 996, pp. 33-42, jul.-set. 1996.

MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*. 16.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

MELLO, Marcos Bernardes de. *Teoria do fato jurídico: plano de eficácia*. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MENKE, Fabiano. Livro III: Dos fatos jurídicos. In: NANNI, Giovanni Ettore (coord). *Comentários ao Código Civil: direito privado contemporâneo*. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

MEOLI, Bruno. *I contratti collegati nelle sperienze giuridiche italiana e francese*. Napoli: Edizione Scientifiche Italiane, 1999.

MESSINEO, Francesco. Verbete: *Contratto collegato*. Enciclopedia del diritto. Varese. Giuffrè Editore. 1962.

_____. Il contrato in genere. In *Tratado di diritto civile e commerciale Cicu Messineo*, vol. XXI, Tomo II, Milano, 1962.

MOUSSALLEM, Tárek. A Lógica como técnica de análise do direito. In: CARVALHO, Paulo de Barros (Org.). *Construtivismo Lógico Semântico*. Vol. I. Capítulo II. Coordenação: Paulo de Barros Carvalho. São Paulo: Noeses, 2014.

NADER, Paulo. *Curso de direito civil*. Contratos. vol. 03. 9. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

NANNI, Giovanni Ettore. Contratos coligados. IN: LOTUFO, Renan; e NANNI, Giovanni Ettore (coord.). *Teoria geral dos contratos*. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. *O inadimplemento absoluto e resolução contratual: requisitos e efeitos*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

NETO, Gaudêncio Jerônimo de Souza; MARINHO, Karoline Lins Câmara; NETO, Otacílio dos Santos Silveira. Responsabilidade Civil dos distribuidores e revendedores por adulteração de combustíveis à luz do direito do consumidor. In: *Anais do 3º Congresso Brasileiro de P&D em Petróleo e Gás*, realizado no período de 2 a 5 de outubro de 2005, Salvador. Disponível: <http://www.portalabpg.org.br/PDPetro/3/trabalhos/IBP0625_05.pdf>. Acesso em 02 de março de 2023.

NICOLÒ, Rosario. *Deposito in funzione di garanzia e inadempimento del depositario*. Il foro italiano, 1936.

NITSCHKE, Guilherme Carneiro Monteiro. Comentário ao artigo 113 §§1o e 2o do Código Civil: interpretação contratual a partir da Lei da Liberdade Econômica. *Direito privado na lei da liberdade econômica*. Comentários. MARTINS-COSTA, Judith; NITSCHKE, Guilherme Carneiro Monteiro (coord.). São Paulo, SP: Almedina, 2022

_____. *Lacunais contratuais e interpretação: história, conceito e método*. São Paulo: Quartier Latin, 2019.

NOGUEIRA, Ricardo José Negrão. *Curso de Direito Comercial e de Empresa*. vol. 02. 12.ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023.

OPPO, Giorgio. *Contratti parasociali*. Milano: Dottor Francesco Vallardi, 1942.

PENTEADO, Luciano Camargo de. Redes Contratuais e Contratos Coligados. In: *Direito Contratual*. Temas Atuais. Coord. Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka e Flávio Tartuce. São Paulo: Método. 2007.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de direito privado. tomo III*. 3.ed. reimpressão. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1970.

RAPAZZO, Antonio. *I contratti collegati*. Milano: Giuffrè, 1998.

RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil*. 28.ed. São Paulo: Saraiva, 2022

ROPPO, Enzo. *O contrato*. Coimbra: Almedina, 1988.

ROSAS, Roberto. Contratos coligados. *Revista de Direito Civil, Imobiliário, Agrário e Empresarial*. São Paulo: Revista dos Tribunais. v.3, jan/mar. 1978.

ROSENVALD, Nelson; CHAVES, Cristiano. *Direito das Obrigações*. 4.ed. Rio de Janeiro Lumen Juris, 2010.

ROSENVALD, Nelson. Livro I: Do direito das obrigações. In: GODOY, Claudio Luiz Bueno de [et al.] *Código Civil comentado: doutrina e jurisprudência; coordenação Cezar Peluso*. 15. ed. Barueri [SP]: Manole, 2021.

SALOMÃO FILHO, Calixto. *Regulação da atividade econômica (princípios e fundamentos jurídicos)*. São Paulo: Malheiros, 2001.

SAYEG, Ricardo Hasson. *Aspectos contratuais da exclusividade no fornecimento de combustíveis automotivos*. Bauru: Edipro, 2002.

SCOGNAMIGLIO, Renato. Collegamento negoziale. *Enciclopedia del Diritto*. v. 7. Milano: Giuffrè, 1960.

SILVA, Clóvis Veríssimo do Couto e. *A obrigação como processo*. São Paulo: José Bushatsky, 1976.

SILVA PEREIRA, Caio Mário. *Instituições de direito civil*. v. III. 11.ed. atual. Por Regis Fichtner: Rio de Janeiro, Forense, 2003, p. 272.

SIQUEIRA, Tânia Bahia Carvalho, A Cláusula de Exclusividade nos Contratos Empresariais, in *Revista de Direito Privado*, vol.13, Revista dos Tribunais, São Paulo, 2003.

SCALISI, Vincenzo. Inefficacia (diritto privato). *Enciclopedia del Diritto*. Milano: Giuffrè, 1971.

SOUZA, Ananda Portes. Extensão de cláusula arbitral em contratos coligados celebrados entre as mesmas partes. *Revista de Arbitragem e Mediação*. São Paulo, v. 14, n. 52, p. 171-194, jan./mar. 2017.

TEPEDINO, Gustavo. *Controvérsias sobre contratos coligados e a aplicação da teoria do grupo econômico*. Soluções práticas. São Paulo: Revista dos Tribunais. v. 03, p. 267-283. Nov. 2011.

TEPEDINO, Gustavo; BARBOZA, Heloisa Helena; MORAES, Maria Celina Bodin de. *Código Civil interpretado: conforme a Constituição da República: arts. 421 a 965*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. v. 2.

TERRA, Aline de Miranda Valverde; NANNI, Giovanni Ettore. Exceção de contrato não cumprido na coligação contratual. *Civilistica.com*. Rio de Janeiro. 10, n. 2, 2021. Disponível em: <<http://civilistica.com/excecao-de-contrato-nao-cumprido-na-coligacao/>>. Acesso em 21 de março de 2023

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Locação comercial coligada com promessa de venda e compra - desequilíbrio econômico do negócio - revisão contratual - princípio da boa-fé objetiva. *Revista Magister de Direito Empresarial, Concorrencial e do Consumidor*, Porto Alegre, v. 05, n. 27, p. 73-97, jun./jul. 2009.

TROIANO, Paolo. *Il collegamento contrattuale volontario*. Roma [impresso no Centro Copie Pioda], 1999.

VARELA, João de Matos Antunes. *Das obrigações em geral*. 9.ed. Coimbra: Almedina, 2009.

VASCONCELOS, Pedro Pais de. *Contratos atípicos*. 2.ed. Coimbra: Almedina, 1996.

VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito civil: contratos em espécie*. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

VERA-CRUZ PINTO, Eduardo. Da diferença entre negócio (facto) e contrato (norma) na actual interpretação pelos juízes da justiça contratual. In: GUERRA, Alexandre; BENACCHIO, Marcelo; TOLEDO, Armando Sérgio Prado de (coord.). *Negócio jurídico*. São Paulo: Quartier Latin, 2013.

VINCENZO BARBA. *La connessione tra i negozi e il collegamento negoziale*. Parte prima. *Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile*, a. LXII, n. 3, p. 792, set. 2008.

VILANOVA, Lourival. *Universo das formas lógicas e o direito*. Escritos jurídicos-filosóficos. vol. 1. São Paulo: IBET/Axis Mundi, 2003.

WAISBERG, Ivo. Franquia. In: *Tratado de direito empresarial. Contratos mercantis. v. IV.* (coord.) Modesto Carvalhosa. São Paulo: RT, 2018.

ZANETTI, Cristiano. Título V: Dos contratos em geral. In: NANNI, Giovanni Ettore. *Comentários ao Código Civil: direito privado contemporâneo. 2. ed.* São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS

BRASIL. Agência Nacional do Petróleo. Portaria nº116, de 05 de julho de 2000.

BRASIL. Agência Nacional de Petróleo. Resolução nº 58, de 17 de outubro de 2014.

BRASIL. Agência Nacional de Petróleo. Resolução nº 41, de 05 de novembro de 2013.

BRASIL. Agência Nacional de Petróleo. Resolução nº 668, de 15 de fevereiro de 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1998.

BRASIL. Lei nº. 9.478. Diário Oficial da União. Brasília, 06 de agosto de 1997.

BRASIL. Lei nº 8.245. Diário Oficial da União. Brasília, 18 de outubro de 1991.

BRASIL. Lei nº 13.966. Diário Oficial da União. Brasília, 26 de dezembro de 2019.

BRASIL. Lei nº 10.406 (Código Civil). Diário Oficial da União. Brasília, 10 de janeiro de 2002.

JURISPRUDÊNCIA

STJ. *Agravo Regimental no Recurso Especial. nº 1.206.723/MG.* Quinta Turma. Relator Ministro Jorge Mussi. Julg. 17/05/2012.

STF; *Embargos de divergência no Recurso Extraordinário nº 78162.* Pleno. Relator Ministro Xavier de Albuquerque, j. 20/10/1997, Dje 02/06/1998, p. 3.930 e RT86-02/501

STF. *RE 84.727/RJ*, Segunda Turma, Relator Ministro Cordeiro Guerra, com voto do Ministro Moreira Alves, j. 27-04-1976. *RE nº 86.246/RJ*, Rel. Min. Moreira Alves, j. 04/03/1977.

STJ. *Resp. 1127403/SP*. Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Rel. p/ Acórdão Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 04/02/2014, DJe 15/08/2014.

STJ; *Resp. 1540888/MG*, Relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, julgado em 1º/02/2016, DJe 04/02/2016.

STJ, 4ª T., *Resp. 337040*, Relator Ministro Ruy Rosado de Aguiar, julg. 02.05.2002, pub. DJ 01.07.2002.

STJ, *Resp. 985531*. 3ª Turma. Relator: Desembargador convocado Vasco Della Giustina. julg. 01/09/2009. DJe 28/10/2009

STJ; *Resp. n. 1.874.259/SP*, Relatora Ministra Nancy Andrichi, Terceira Turma, julgado em 19/10/2021, DJe de 22/10/2021.

STJ; *Resp n. 839.147/PR*, Relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 23/6/2009, DJe 3/8/2009.

STJ; *Resp. 1475477/MG*, Relator Ministro Marco Aurélio Belizze, terceira turma, julgado em 18/05/2021, DJE 24/05/2021.

STJ; *Resp. n. 1.615.977/DF*, Relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 27/9/2016, DJe de 7/10/2016.

STJ; *Resp. 475.220/GO*, Relator Ministro Paulo Medina, Sexta Turma, julgado em 24/06/2003, DJ 15/09/2003.

STJ; *Resp n. 839.147/PR*, Relator Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 23/6/2009, DJe 3/8/2009.

TJDFT; *Acórdão 1667332*, 07153329820178070001, Relator: Fernando Habibe, 4ª Turma Cível, data de julgamento: 1/3/2023, publicado no DJE: 14/3/2023

TJGO, Processo cível e do trabalho. *Apelação Cível 5191012-43.2017.8.09.0051*, Relator Desembargador. Jeronymo Pedro Villas Boas, 2ª Câmara Cível, julgado em 14/12/2021, DJe de 14/12/2021.

TJMG; *Apelação Cível 1.0000.21.094039.1/001*, Relator(a): Desembargador Sérgio André da Fonseca Xavier, 18ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 15/02/2022, publicação da súmula em 16/02/2022.

TJPR; 17ª Câmara Cível. *Agravo de Instrumento 0030097-64.2020.8.16.0000*. Curitiba. Rel.: Juíza de direito substituto em segundo grau Sandra Bauermann. J. 19.08.2021.

TJPR. *Agravo de Instrumento nº 1276381-0*. 12ª Câmara Cível. Relatora Juíza de direito substituta em segundo grau Ângela Maria Machado Costa. Unânime. J. 03.06.2015.

TJPR; 12ª Câmara Cível – *Agravo de instrumento nº 0029881-74.2018.8.16.0000*. Curitiba. Relator Desembargador Marco Antonio Antoniassi. J. 04.10.2018.

TJSC; *Apelação Cível n. 0018300-51.2008.8.24.0045*, de Palhoça, Relator Desembargador Jorge Luis Costa Beber, Primeira Câmara de Direito Civil, j. 18-5-2017.

TJSP; *Apelação Cível 1032810-47.2019.8.26.0001*; Relator (a): Hugo Crepaldi; Órgão Julgador: 25ª Câmara de Direito Privado; Foro Regional I - Santana - 7ª Vara Cível; Data do Julgamento: 01/03/2021; Data de Registro: 01/03/2021.

TJSP; *Apelação Cível 1010589.35.2017.8.26.0003*; Relator (a):Tercio Pires; Órgão Julgador: 34ª Câmara de Direito Privado; Foro Regional III. Jabaquara.3ª Vara Cível; Data do Julgamento: 23/08/2021; Data de Registro: 23/08/2021.

TJSP; AI 2048971-31.2013.8.26.0000, 32ª Câmara de Direito Privado. Relator: Luis Fernando Nishi. Julg. 13/02/2014.

TJSP; *Apelação Cível 1100154-73.2018.8.26.0100*; Relator (a): Arantes Theodoro; Órgão Julgador: 36ª Câmara de Direito Privado; Foro Regional VIII - Tatuapé - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 06/08/2020; Data de Registro: 06/08/2020.

TJSP; *Apelação Cível 1082605-50.2018.8.26.0100*; Relator (a): Adilson de Araújo; Órgão Julgador: 31ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 40ª Vara Cível; Data do Julgamento: 15/02/2022; Data de Registro: 15/02/2022.

TJSP. *Apelação Cível nº 1012744-37.2019.8.26.0004*. Relator Fortes Barbosa. 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - DJe 8-6-2022.

TJSP; *Apelação Cível 1026289-97.2017.8.26.0602*; Relator (a): Lígia Araújo Bisogni; Órgão Julgador: 34ª Câmara de Direito Privado; Foro de Sorocaba - 3ª Vara Cível; Data do Julgamento: 15/03/2021; Data de Registro: 17/03/2021

TJSP; *Apelação nº 1006338-94.2018.8.26.0566*; 25ª Câmara de Direito Privado, Relator Desembargador Hugo Crepaldi; j. 14.03.2019.

TJSP; *Apelação Cível nº 1095422-49.2018.8.26.0100*; 28ª Câmara de Direito Privado; Relator: Cesar Lacerda. Data do julgamento: 13/07/2021; Data de publicação: 13/07/2021.

TJSP; *Apelação Cível 1012711-74.2015.8.26.0008*; Relator (a): Daise Fajardo Nogueira Jacot; Órgão Julgador: 27ª Câmara de Direito Privado; Foro Regional VIII - Tatuapé - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 30/05/2023; Data de Registro: 31/05/2023.

TJSP; *Apelação Cível 0024871-73.2005.8.26.0114*; Relator (a): Walter Exner; Órgão Julgador: 36ª Câmara de Direito Privado; Foro de Campinas - 9ª Vara Cível; Data do Julgamento: 17/05/2018; Data de Registro: 17/05/2018.